

Gabriel Gonzalo Rodríguez

**AQUELES SOLDADINHOS DE PRUMO...**

Reforma e doutrina militar durante a presidência de Raúl Alfonsín através do processo de promulgação da Lei de Defesa Nacional (1983-1988)

Franca  
2004

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Universidade Estadual Paulista  
Faculdade de História, Direito e Serviço Social/Franca  
Pós-Graduação em História

**AQUELES SOLDADINHOS DE PRUMO...**

Reforma e doutrina militar durante a presidência de Raúl Alfonsín através do processo de promulgação da Lei de Defesa Nacional (1983-1988)

Gabriel Gonzalo Rodríguez

Dissertação apresentada ao Departamento de História da Faculdade de História, Direito e Serviço Social para a obtenção do grau de mestre sob a orientação do Prof. Dr. Héctor Luis Saint-Pierre

Franca  
2004

## AGRADECIMENTOS

Quando comecei esta aventura de realizar meu mestrado num país estrangeiro, supus que tudo dependia de meu esforço individual e da minha concentração no estudo. Nestes dois anos, aprendi que um trabalho deste tipo só se torna possível de ser levado a cabo graças ao apoio que se pode receber de um grupo de pessoas que, inseridas no campo do conhecimento ou na terra fértil da amizade, facilitando a emergência e realização de potencialidades só possíveis nessa companhia. Portanto, eu quero agradecer, nesta hora, a todos, até mesmo arriscando-me a estar sendo negligente ou injusto com alguns. Mas, saibam todos em meu coração ninguém está excluído do time mais formidável que pude juntar para a realização deste trabalho.

Por outro lado, naqueles distantes dias do final de 2001 e princípio de 2002, meu país viveu, talvez, um dos períodos mais trágicos da sua história, com a revolta popular que levou à queda do governo de Fernando de la Rúa. Nesses dias de tempo nublado, quando o Cruzeiro do Sul estava cuidadosamente coberto – como formosamente expressou Carlos Fuentes –, o Brasil significou para mim um farol de esperança a me guiar para um porto seguro onde foram preservados meus projetos e esperanças. É o lugar onde pode concretizar os desafios que meu próprio país com frequência cruel nega aos seus próprios filhos, razão por que quero expressar meu agradecimento mais fundo a este nobre país de pessoas maravilhosas e oferecer este trabalho como um elemento que contribua para saber alguns aspectos da história argentina presente.

E ao dar carnadura aos meus agradecimentos, no primeiro lugar quero agradecer ao Prof. Dr. Héctor Luis Saint-Pierre por ter confiado em mim aceitando-me como orientando, e pela tarefa árdua que empreendeu para polir as minhas desmesuras e transformar minha dissertação em um verdadeiro trabalho científico, além de ter me demonstrado durante esses dois anos que o rigor acadêmico pode andar de mãos dadas com o calor da amizade com que me honrou desde o princípio. Também quero agradecer à Prof. Dra. Suzeley Kalil Mathias e aos outros membros do CELA (Centro de Estudos Latino-americanos) e ao GEDES (Grupo de Estudos de Defesa e Segurança) da Unesp/Franca, por terem me oferecido suas amizades e um espaço favorável para o trabalho e a discussão acadêmica.

Durante o curso das diversas disciplinas tive o prazer de estudar e freqüentar as aulas de uma brilhante equipe de profissionais, sobretudo importante por reconduzir-me ao campo da História, estimulando leituras, debates e uma genuína amizade. Portanto, quero expressar o meu agradecimento aos Prof. Dres. Alberto Aggio, Teresa Malatian, Marisa Saenz Leme,

Horacio Gutiérrez e Maria Aparecida de Souza Lopes; além de ressaltar a contribuição especialmente importante das Dras. Malatian e Mathias quando do meu exame de qualificação, ocasião em que formularam comentários e sugestões de grande utilidade para a feliz conclusão deste trabalho. E quero especialmente destacar a minha eterna gratidão e amizade à Marisa, retribuindo aquela com que me distinguiu e foi decisiva para o meu crescimento profissional e humano.

Entre os meus companheiros de estudos, tive a oportunidade de conhecer pessoas inesquecíveis com as quais empreendi uma fantástica troca cultural, além de submetê-las à provação de suportar dois anos de loucura rio-platense. Em primeiro lugar, quero agradecer aos meus sócios de república – Fabiane Costa Oliveira, Maria Conceição dos Santos e Raimundo Soares Pessoa –, por terem me integrado à mesma, ensinando-me a conviver e compartilhar com pessoas de realidades absolutamente diversas. Esta experiência me enriqueceu muito como pessoa e, por isso, fico novamente grato aos meus caros Fabiane, Lía, Rai.

Durante a conclusão deste trabalho morei numa outra república com as novas gerações do mestrado. Por isso, também agradeço ao Alexandre Budaibes, com quem compartilhei histórias e extensas e inesquecíveis conversas. E aos outros integrantes da república, César Agenor Fernandes da Silva e Renato Martinelli, que me permitiram compartilhar por algum tempo de suas aventuras e temperar estes dias de trabalho com a sua boa onda. Por outro lado, eu quero agradecer a um monte de amigos feitos no curso do mestrado. Em primeiro lugar, agradeço ao “charro” brasileiro Jorge Eschriqui Vieira Pinto, por suas conversas latinas que constituíram um intervalo inesquecível nos meus estudos. Quero agradecer fraternalmente aos colegas Martha Victor Vieira, Claudiane Ferreira da Silva, Fabiana de Souza Fredrigo, Antônio Marco *Dezesseis*, Maria da Conceição Silva, Paulo Sérgio da Silva, Tássio Franchi, Flávio Henrique Dias Saldanha, Jónis Freire, Marcelo Silva *Beraba*, Marcos Sorrilha Pinheiro (o *Jaca*), por terem feito muito mais agradável a minha vida em Franca.

Também quero agradecer aos meus colegas argentinos que me acompanhem há tantos anos, Antonio Manna e Matilde Rodríguez, ensinando-me a ser um verdadeiro professor universitário, e sempre encorajadores da minha vinda a Franca. Também tiveram muito que ver nesta história.

Também quero agradecer às minhas irmãs Leticia e Juliana, aos seus maridos e aos meus sobrinhos, pelo apoio e afeto com que sempre me agraciaram. Também agradeço às famílias Segura, Cerqueira e Valiño, em suas diferentes ramificações, por me fazerem ser mais um deles, e sempre terem me apoiado como tal.

E, finalmente, um agradecimento especial à minha esposa Adriana Verónica Segura pelos sete anos de feliz matrimônio que levamos juntos e por ter me demonstrado no último biênio tudo aquilo que pode ser feito por amor.

... O tempo é a minha matéria, o tempo presente, os homens presentes,  
a vida presente”.  
Carlos Drummond de Andrade, “Mãos dadas”, 1940.

“...Que vuelva bruñido el bronce, que se limpien las banderas  
Yo quiero una fila entera de soldados desfilando  
Y todo un pueblo cantando con renovada pasión  
Quiero de nuevo el honor aunque no existan victorias  
Quiero llorar con la gloria de una marcha militar  
Y un banderín agitado frente a un ejército popular”.  
Víctor Heredia, “Aquellos soldaditos de plomo”, 1983.

## RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo analisar a política de defesa durante a presidência de Raúl Alfonsín (1983-1989), primeiro presidente da República Argentina assumido depois da ditadura militar de 1976-1983. Para esta análise se levarão em consideração duas questões fundamentais, como são a doutrinaria e a reforma militar. Ambas as questões serão vistas a partir do eixo proveito pelo processo de discussão e aprovação da Lei nº 23.554, ou Lei de Defesa Nacional. Se havia feito evidente a necessidade de uma mudança doutrinária, vistos os limites éticos e operativos que tinha mostrado a doutrina até aquele momento em vigência, a Doutrina da Segurança Nacional (D.S.N.), seja na sua utilização em operações internas de contra-insurgência como no plano exterior, após a derrota argentina na Guerra das Malvinas (abril-junho de 1982). Essa mudança doutrinária, a partir da qual as autoridades democráticas perseguiram a conformação dum instrumento militar acorde às necessidades de defesa nacional na frente de uma possível agressão estrangeira, implicava paralelamente a concreção duma reforma das instituições militares acorde com a nova orientação. Neste sentido, a Lei de Defesa Nacional era concebida como o instrumento legal que consagrasse legalmente a nova doutrina e, a partir da promulgação de uma série de leis adicionais, permitisse realizar uma reforma total das instituições militares argentinas. O processo de discussão, aprovação e promulgação da Lei de Defesa se estendeu durante quase toda a presidência de Alfonsín, e nos permite analisar o comportamento dos principais atores da política de defesa: o próprio governo de Alfonsín, com seu forte impulso inicial e crescentemente freado pelas resistências que encontrava por parte dos militares; os próprios fardados, que no seu esforço por manter intacto o seu poder institucional e os próprios integrantes, mergulharam numa profunda crise que explodiu na Semana Santa de 1987; e finalmente o Parlamento que, limitado num principio pela aquiescência da bancada oficialista às diretivas do Poder Executivo e a crise que atravessava a oposição, encontrou a partir daquela crise o espaço necessário para a

aprovação dum lei que seria o ponto de partida do processo de subordinação das Forças Armadas ao poder civil.

## RESUMO ESTRANGEIRO

Esta disertación tiene como objetivo analizar la política de defensa durante la presidencia de Raúl Alfonsín (1983-1989), primer presidente de la República Argentina asumido luego de la dictadura militar de 1976-1983. Para realizar el mismo se tendrán en cuenta dos cuestiones fundamentales, como son la doctrinaria y la reforma militar, las que serán vistas a partir del eje brindado por el proceso de discusión y aprobación de la Ley n° 23.554, Ley de Defensa Nacional. Se había hecho evidente la necesidad de un cambio doctrinario, visto los límites éticos y operativos que había mostrado la doctrina hasta entonces en vigencia, la Doctrina de la Seguridad Nacional (D.S.N.), tanto sea en su utilización en operaciones internas de contrainsurgencia como en el plano exterior, tras la derrota argentina en la Guerra de las Malvinas (abril-junio de 1982). Ese cambio doctrinario, a partir del cual las autoridades democráticas buscaron la conformación de un instrumento militar acorde a las necesidades de defensa nacional frente a una potencial agresión extranjera, implicaba paralelamente la concreción de una reforma de las instituciones militares concordante con la nueva orientación. En este sentido, la Ley de Defensa Nacional era concebida como el instrumento legal que consagrara legalmente la nueva doctrina y, a partir de la promulgación de una serie de leyes adicionales, permitiera realizar una reforma total de las instituciones militares argentinas. El proceso de discusión, aprobación y promulgación de la Ley de Defensa se extendió durante casi toda la presidencia de Alfonsín, y nos permite analizar el comportamiento de los principales actores de la política de defensa: el propio gobierno de Alfonsín, con su fuerte impulso inicial y crecientemente frenado por las resistencias que encontraba por parte del actor militar; los propios uniformados, que en su esfuerzo por mantener intacto el poder institucional y a sus propios integrantes, se vieron inmersos en una profunda crisis que estalló en la Semana Santa de 1987; y finalmente el Parlamento que, limitado en un principio por la aquiescencia de la bancada oficialista a las directivas del Poder

Ejecutivo y la crisis que atravesaba la oposición, encontró a partir de aquella crisis el espacio necesario para la sanción de una ley que sería el punto de partida del proceso de subordinación de las Fuerzas Armadas al poder civil.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	12
CAPÍTULO I: FORÇAS ARMADAS, POLÍTICA E DEFESA NA HISTÓRIA ARGENTINA .....	22
1.1. O militarismo na história argentina .....	22
1.2. Defesa ou Segurança? As doutrinas militares na história das FF.AA. argentinas .....	35
1.3. A restauração democrática de 1983 e as propostas para a área da Defesa .....	49
CAPÍTULO II: DO IMPULSO PARA A PARALISIA (dezembro de 1983 – abril de 1987) .....	62
2.1. Os labirintos de uma reforma militar.....	62
2.2. A Lei de Defesa Nacional e os seus meandros.....	78
2.3. À procura de um Exército: o debate da reforma das FF.AA .....	95
CAPÍTULO III: UM FAROL NA TEMPESTADE (abril de 1987 – abril de 1988) .....	110
3.1. As rebeliões <i>carapintada</i> : a guerra entre o escritório e a barraca de campanha .....	110
3.2. Caminhos que se aforquilham: continuidade do debate na reforma das FF.AA .....	123
3.3. O parto de uma lei mãe: o consenso bipartidário e a Lei de Defesa Nacional .....	137
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	150
FONTES E BIBLIOGRAFIA .....	159

## INTRODUÇÃO

“A tarefa do governo mostra grandes dificuldades adicionais se considerarmos que as Forças Armadas cujo controle devem se sujeitar são as instituições castrenses que alcançaram o maior nível de autonomia institucional na região latino-americana. Porém, mais difícil ainda é este encargo quando se observa terem sido estas mesmas Forças Armadas as que cometeram massivas violações aos direitos humanos nas últimas décadas. Essas agiram como entidades corporativas, institucionalizando uma das mais vastas operações criminais na região... Por conseguinte, o que está em jogo, no final das contas, não só é a forma da retirada das Forças Armadas para os quartéis, mas as possibilidades de uma nova ”entrada” na política nacional.”, (VARAS, Augusto. Democratización y reforma militar en Argentina. In: VARAS, Augusto. **La autonomía militar en América Latina**. Caracas: Nueva Sociedad, 1988, pp. 57-58)

Nosso propósito neste trabalho é analisar um aspecto central da política de defesa desenvolvida pelo governo de Raúl Alfonsín -que exerceu a presidência da Nação Argentina entre os anos de 1983 e 1989- qual seja a reforma das Forças Armadas (FF.AA.). O eixo central das nossas reflexões será o processo de debate e aprovação da Lei de Defesa Nacional, concretizado no mês de abril de 1988. Esta lei teve como propósito definir o marco legal específico de ação das FF.AA. e operar como uma “lei mãe” que, complementada por um conjunto de leis a serem sancionadas a partir do seu texto, não só garantisse uma normatização da totalidade das atividades na área de Defesa, mas também a subordinação das instituições militares ao poder político.

Como se expressou, acertadamente, Luis Tibiletti<sup>1</sup>, na entrevista que nos concedeu, há quatro eixos a partir dos quais as políticas são articuladas em relação às FF.AA.: em primeiro lugar, o nível das políticas internacionais, onde estão incluídas as relações externas do país como um todo; em segundo lugar estão as políticas de segurança externa que constituem um aspecto das políticas internacionais (cujo objetivo central é a manutenção da independência e a segurança do Estado contra agressões externas); em seguida, encontra-se o nível das políticas de defesa, onde são definidas as missões e estrutura do instrumento militar necessário para assegurar os objetivos do aspecto anterior; e, por último, as políticas militares

---

<sup>1</sup> TIBILETTI, Luis, Entrevista com o autor, Buenos Aires, 16 de maio de 2003.

são o nível da relação específica do Governo com as FF.AA., na medida em que a composição, manutenção e ubiquação de seus quadros a inserem entre as instituições do Estado. Portanto, nosso trabalho é centrado no estudo do terceiro desses níveis, para o qual circunscrevem-se as políticas de governo no plano militar. Por isso que, para justificar a sua relevância e contribuição à discussão do problema militar na Argentina, faremos um breve percurso pelos principais escritos que versam sobre o período ao qual nos dedicamos.

Anteriormente, a questão militar foi tratada por diversos autores argentinos, de variados pontos de vista e abordagens ideológicas, como Jorge Abelardo Ramos, Miguel Angel Scenna e Darío Cantón. Ainda assim, os autores clássicos neste tema são o norte-americano Robert Potash e o francês Alain Rouquié. O primeiro, nos seus quatro volumes de **El ejército y la política en Argentina**, analisa exaustivamente o Exército, entre os anos de 1928 e 1973, e suas relações freqüentemente complexas com o poder político. Rouquié percorre, nos seus dois volumes de **Poder militar y sociedad política en la Argentina**, a mesma questão e período, mas tentando unir a análise histórica com considerações de tipo sociológico. Esta abordagem culmina no seu livro **El Estado Militar en América Latina**, onde a partir de uma análise histórica da questão militar na América Latina, estabelece uma classificação, tentando identificar padrões de intervencionismo militar nos países latino-americanos. Embora não se possa questionar a qualidade desses livros, ambos privilegiam o ator militar sobre o político, obscurecendo a relação entre eles existente.

Nos estudos sobre as doutrinas militares das FF.AA. argentinas, fundamentalmente no caso do Exército, o principal autor é Ernesto López, principalmente o seu artigo *Doctrinas militares en Argentina: 1930-1980*, e no seu livro **Seguridad Nacional y sedición militar**. O sociólogo argentino analisa as doutrinas militares, considerando-as como normativas, tendentes a garantir o melhor desenvolvimento do aparelho militar. Essas doutrinas engendram uma concepção de guerra, da nação, das relações *FF.AA. -poder político* e

aspectos instrumentais, concentrando-se as pesquisas lopezianas nos três primeiros pontos. O maior aporte do autor, conforme pensamos, são as percepções da adaptação das doutrinas - fornecidas pelos Estados Unidos e pela França- às instituições militares do período posterior à Segunda Guerra Mundial e seu direcionamento à repressão do peronismo. Outro trabalho de interesse é o de Alicia S. García que, no seu livro **La Doctrina de la Seguridad Nacional**, percorre as origens e o desenvolvimento desta doutrina, destacando a influência externa e o seu caráter anticomunista, embora a autora defenda ter ocorrido também um redirecionamento contra o peronismo.

Quanto ao *Proceso de Reorganización Nacional*<sup>2</sup>, salientamos o ensaio de Álvaro Abós, **El poder carnívoro**. Destacamos este livro porque nele o autor apresenta o regime militar de 1976-1983 a partir de três registros: a palavra, a ação e a imagem. Sobre a base desta abordagem, certamente pós-moderna, Abós atinge um alvo freqüentemente esquecido pelos aderentes dessa perspectiva: dar conta, avaliar, julgar, uma boa demonstração de criatividade e predomínio do conteúdo sobre a forma. Outros trabalhos apresentam características particulares que os tornam de utilidade e interesse. Um deles é a coletânea dos cientistas políticos Peter Waldmann e Enrique Garzón Valdés, intitulada **El poder militar en la Argentina**. Este trabalho surge de um seminário feito na Alemanha, em 1981. As diversas abordagens analisam o *Proceso* em suas continuidades e diferenças em relação às experiências autoritárias anteriores e aprofundam em determinadas questões específicas.

Para o período objeto de nosso estudo, como em certa medida acontece com os estudos previamente referidos, a produção historiográfica não está à altura da sua importância. Lamentavelmente, na Argentina ainda existe o prurito profissional de considerar que o historiador só estuda os períodos mais distantes no tempo, deixando a abordagem da história presente para os sociólogos, cientistas políticos e, freqüentemente, inclusive para os

---

<sup>2</sup> No nosso texto usaremos a expressão resumida *Proceso*, como é costume na bibliografia e fala cotidiana na Argentina.

jornalistas. Portanto, a revisão da produção bibliográfica existente sobre a presidência de Alfonsín mostrará a ausência de historiadores profissionais desde que, com exceção de David Rock no seu livro **Argentina 1516-1987**. De la colonización española hasta Raúl Alfonsín, e Luis Alberto Romero em **Breve historia contemporánea de la Argentina**, não se registram contribuições de importância no campo da história. Por outro lado, e isto pode ser deduzido dos títulos mencionados, a análise deste período é circunscrita a uma visão geral no contexto de um período mais largo e, inclusive no caso de Rock, termina nem mesmo por abarcar a totalidade da presidência de Alfonsín. É por isso que, além do propósito enunciado inicialmente, nós tentamos começar a cobrir um vazio na produção historiográfica sobre a história argentina presente, com a esperança de que futuros e mais aprofundados trabalhos sejam proximamente realizados.

No concernente à transição à democracia na Argentina, a coletânea de Oscar Oszlak, *Proceso, crisis y transición democrática*, reúne as apresentações de um seminário realizado em Buenos Aires em meados de 1983. Nelas tenta-se analisar a herança do *Proceso* e as suas projeções no futuro da democracia. Especial destaque do ator militar oferece a coletânea **Los militares: ¿el retorno a los cuarteles?**, em que diversos especialistas como S. E. Finer, Peter Calvert e Arturo Valenzuela têm como eixo àquela produção dos anos 1960, em que os fardados assemelhavam-se a ser uma burocracia eficiente e com possibilidade de impor a ordem nas sociedades subdesenvolvidas. Um volume interessante para o caso argentino é **Fuerzas Armadas, Partidos Políticos y Transición a la democracia en Argentina**, de Andrés Fontana. Este se centra na análise das tentativas de abertura das ditaduras de Videla e Viola, permitindo aprofundar o conhecimento sobre as tortuosas vinculações entre militares e políticos, com anterioridade à Guerra das Malvinas, assim como compreender a lógica do período junho 1982/dezembro 1983.

A nossa análise da produção escrita relativa à presidência de Raúl Alfonsín começa com dois ensaios jornalísticos -da autoria de Joaquín Morales Sola e Horacio Verbitsky, talvez os melhores analistas políticos da imprensa Argentina no último quarto do século passado, cujas produções são importantes sobre o período 1983-1989. O primeiro deles, no seu **Asalto a la ilusión**. Historia secreta del poder en la Argentina desde 1983, percorre a presidência de Alfonsín e o primeiro ano e meio da presidência de Carlos Menem, abrangendo os principais aspectos políticos das mesmas. Quanto ao segundo, no seu livro **Civiles y militares**. Memoria secreta de la transición, estuda o período 1983-1987, isto é, da posse de Alfonsín até os primórdios da Lei de Obediência Devida, centrando a sua análise na política militar do governo radical.

Diversos estudos tentaram uma análise geral da presidência de Alfonsín. De um modo geral, as coletâneas de José Nun e Juan Carlos Portantiero, **Ensayos sobre la transición democrática argentina**, e a de Enrique Garzón Valdés e Manfred Mols **La nueva democracia argentina** (1983-1986), têm como eixo a primeira metade da presidência de Alfonsín. Quanto à política exterior argentina, podem ser relacionadas as coletâneas dos especialistas Roberto Bouzas e Roberto Russell, **Estados Unidos y la transición Argentina**, Felipe de la Balze y Eduardo Roca **Argentina y EE.UU. Fundamentos de una nueva alianza**, e Mônica Hirst **Argentina-Brasil**. Perspectivas comparadas y ejes de integración, reunindo-se diversos aportes sobre as relações bilaterais, econômicas, comerciais e perspectivas de segurança.

Sobre a questão militar, por ser fundamental na presidência de Alfonsín, os trabalhos são numerosos. A perspectiva mais abrangente é a de Ernesto López, em seu livro **Ni la ceniza ni la gloria**. Actores, sistema político y cuestión militar en los años de Alfonsín. Noutros escritos do autor, fundamentalmente a coletânea em co-autoria com David Pion-Berlin, **Democracia y cuestión militar**, aprofunda a sua visão sobre o período, ao tempo que

caracteriza o controle civil das FF.AA. e os processos de autonomia e corporativismo castrense. Dentre os livros surgidos de congressos da área, tem grande importância o do José Enrique Miguens, Ernesto López, Gustavo Druetta e Eduardo Estévez, **Defensa y democracia**. Un debate entre civiles y militares, onde as diversas questões são enriquecidas pelo aporte de especialistas civis e militares, alguns deles na atividade no momento desse simpósio. Outros trabalhos são o **Seminario Internacional de Defensa**, organizado e editado pela Fundação Sergio Karacachoff, da União Cívica Radical (U.C.R.), onde especialistas radicais e militares desenvolvem as suas perspectivas na área; o seminário organizado pela National Democratic Institute For International Affairs, **Hacia una nueva relación**. El papel de las Fuerzas Armadas en un gobierno democrático, no qual especialistas norte-americanos e latino-americanos expressam os seus pontos de vista sobre a problemática; os estudos compilados por Carlos J. Moneta, **Civiles y militares**. Fuerzas Armadas y transición democrática, e os recolhidos pelo cientista político chileno Augusto Varas em **La autonomía militar en América Latina**. Outros trabalhos de importância são os de Andrés Fontana, **La política militar en un contexto de transición**. Argentina 1983-1989, e o de Alfred Stepan, **Repensando a los militares en política**. Cono Sur: un análisis comparado, que incluem perspectivas da transição política e a análise da questão militar. Dentre os ensaios jornalísticos destaca-se o livro de Jorge Grecco e Gustavo González, **Argentina: el ejército que tenemos**.

Também são de interesse alguns ensaios jornalísticos: Raúl Kollmann, no seu livro **Sombras de Hitler**. La vida secreta de las bandas neonazis argentinas onde são abordadas as atividades de grupos tais como *Alerta Nacional*, de Alejandro Biondini. Outras duas pesquisas de interesse foram feitas no campo da produção e venda de armamentos: na sua investigação **Relaciones carnales**: la verdadera historia de la construcción y destrucción del misil Cóndor II, Eduardo Barcelona y Julio Villalonga fazem uma análise do período do desenvolvimento desse foguete na presidência de Alfonsín; e Daniel Santoro no seu **Venta de armas, hombres**

**de Menem**, ainda que baseado nas operações ilegais de venda de armamentos ao Equador e à Croácia durante a presidência do político riojano, também inclui capítulos sobre as tentativas de venda de armas pelo governo de Alfonsín.

Um tema chave que concentrou a atenção dos jornalistas e pesquisadores foi a aparição do movimento *carapintada* de Rico e Seineldin. No caso dos jornalistas, o livro de Jorge Grecco e Gustavo González **¡Felices Pascuas!** Los hechos inéditos de la rebelión militar, percorre quase hora a hora a crise de abril de 1987. O livro **Línea de fuego**. Historia oculta de una frustración, de Héctor Simeone e Eduardo Allegri, analisa os quatro levantamentos militares acontecidos entre 1987 e 1990. Entre o jornalístico e o acadêmico, encontra-se o livro de Hugo Chumbita, **Los carapintada**. Historia de un malentendido argentino. Já no plano acadêmico, **El último levantamiento**, de Ernesto López, analisa os levantamentos que tiveram como protagonista Aldo Rico -Semana Santa e Monte Caseros-; e Marcelo Saín, no seu **Los levantamientos carapintada**, desenvolve uma aprofundada análise dos mesmos. Um autor favorável a esses movimentos é Norberto Ceresole no seu **1988**. Crisis militar argentina. Já no plano do testemunho abertamente partidário, o livro de Raúl Jassem, **Seineldin**. El ejército traicionado, la Patria vencida.

Tomando os objetivos anunciados no começo desta introdução, podem ser identificados os atores principais que analisaremos em nosso trabalho. Se tivermos nos referido a Alfonsín e aos militares, o terceiro ator que falta é o Parlamento. Neste assunto, são os cientistas políticos e inclusive os próprios atores que nos provêm das contribuições principais. Liliana de Riz, no seu **Radicales y Peronistas: El Congreso Nacional entre 1983 y 1989**, nos provê um excelente estudo sobre a atividade de ambos os partidos nas Câmaras durante a presidência de Alfonsín, embora, infelizmente, em nossa perspectiva, não aborde a questão específica da legislação em matéria de Defesa. Um trabalho mais específico é oferecido por Gustavo Druetta no seu artigo *Diputados y defensa: radiografía de un poder*

*tenue*, publicado em muma coletânea organizada pelo próprio autor, junto à Miguens, López e Estévez. Nesse texto, Druetta tece uma análise profunda do trabalho dos deputados nacionais na área de defesa, a partir do seu trabalho parlamentar. Outros artigos de importância são os de José Manuel Ugarte, *La Comisión de Defensa Nacional: un rol casi inédito*. Neste, Ugarte analisa o mesmo período que o artigo de Gustavo Druetta *Herencia militar y lucha parlamentaria: para una concepción democrática de la defensa*, e em um artigo conjunto com Luis Tibiletti Ugarte trata *El rol de las comisiones de defensa parlamentarias como ámbito de interacción cívico militar. Ideas para incrementar y fortalecer dicho rol*. Nesses artigos os autores analisam o problema da defesa nacional a partir dos conflitos entre o Parlamento e o Poder Executivo. Como pode ser apreciado, sem deixar de reconhecer a sua importância e utilidade para o conhecimento deste período, grande parte desses estudos foi realizada pelos próprios atores, como será visto em forma recorrente no nosso trabalho. Por outro lado, a reflexão histórica está ausente, substituída pela análise política, sociológica e, como é evidente no trabalho conjunto de Tibiletti e Ugarte, uma intenção claramente normativa.

Para atingir nosso propósito, uniremos nas nossas análises aos três atores principais envolvidos: Poder Executivo, FF.AA. e Congresso. A partir daí, tentaremos mostrar que o governo de Alfonsín assumiu uma visão formalista sobre a questão militar, adocada com uma retórica que, embora rendesse no campo eleitoral, era problemática na hora de facilitar a sua relação com os mandos militares. Também, no radicalismo faltavam homens versados em questões militares, aspecto que contribuiu na constituição de uma administração política do problema militar realizada de modo quase diletante. Estas limitações de origem, combinadas com a relutância das FF.AA. em empreender modificações profundas e sequer revisar o seu passado, e a pressão de diversos setores da sociedade civil que agiam em sentido contrário, levaram o governo (cumpridas as reformas formais iniciais), a gradualmente abandonar as

reformas de fundo, necessárias para subordinar aos homens de uniforme ao poder civil e transforma-los numa instituição eficiente no seu cometido. As dificuldades políticas da situação levaram o governo de Alfonsín da reforma para a auto-reforma, culminando, mais tarde, na imobilidade e na resignação perante a cachoeira de problemas que deveram confrontar durante o seu governo.

Para as FF.AA. que tiveram de enfrentar uma saída traumática do poder, derrotadas numa guerra externa e severamente questionadas na eticidade do seu agir numa operação interna de contra-insurgência, o objetivo básico era fechar fileiras, acatar formalmente, mas conservar intactas as suas prerrogativas e, fundamentalmente, preservar aos seus integrantes de qualquer ação empreendida pelo poder político ou a Justiça. Não obstante esta pressão misturada com a funda rejeição social existente pelos militares, crescentemente transformaram isto num “salve-se quem puder”, onde os mandos que procuravam a sua salvação pessoal deixaram aos seus subordinados liberados à sua sorte. Deste modo, estavam sendo geradas as condições para a explosão de um conflito interno, gestado durante muito tempo, mas que sairia violentamente à luz no ano de 1987. Se o impulso do governo de Alfonsín na questão da reforma militar tinha ido se desvanecendo com o tempo, a crise militar desatada como conseqüência mediata dos fracassos da instituição militar durante o tempo do *Processo* entupiu as possibilidades de avanço dos fardados sobre as instituições civis, e inclusive afetou a capacidade de preservar a sua autonomia.

E, desse modo, foi feito o espaço pelo qual o Parlamento argentino achou uma possibilidade inédita num país de inveterada tradição presidencialista. Ante a hesitação do Poder Executivo, e perante o abismo de uma crise militar de desconhecidas e temidas conseqüências, o Parlamento logrou cumprir um dificultoso consentimento em matéria de políticas de defesa. Neste sentido, a coincidência de setores importantes do radicalismo e do peronismo foram essenciais para que o poder político tivesse sucesso na promulgação de uma

lei de defesa que, além de constituir uma *lei mãe* para a legislação subsequente no assunto, supôs a conclusão definitiva de qualquer ilusão corporativa das FF.AA. Assim, o processo de aprovação da Lei 23.554/88, Lei de Defesa Nacional, significou o passo inicial de um fato inédito na Argentina e na América Latina: a transformação das políticas de defesa em políticas de Estado, alcançando a subordinação militar ao poder civil e a transformação do instrumento militar em uma ferramenta útil para a realização da sua função específica: a defesa nacional quando da ocorrência de agressão externa.

Enunciados os nossos propósitos, e realizada a revisão bibliográfica correspondente, deixamos na opinião dos leitores a consideração sobre se os tais objetivos foram atingidos corretamente.

## CAPITULO I: FORÇAS ARMADAS, POLÍTICA E DEFESA NA HISTÓRIA ARGENTINA

### 1.1. O militarismo na história Argentina

Como instituição do Estado receptora da prerrogativa estatal do uso legítimo da violência, as Forças Armadas (FF. AA.) têm um vínculo natural com a atividade política. Como veremos adequadamente, os aspectos doutrinários têm nas suas formulações uma clara base política. Por outro lado, as instituições armadas dependem do Estado para a sua organização e normal funcionamento. As FF.AA. dependem do Poder Executivo Nacional que exercita a posição de Chefe Comandante das mesmas<sup>3</sup> e do ministro da Defesa que exerce a ligação entre o poder político e os homens de uniforme. O Poder Legislativo, a partir do trabalho das comissões de Defesa que elaboram e discutem projetos de lei, legisla em questões de incumbência militar, estabelecendo o marco legal que regula a atividade normal da Força, aprovando o orçamento disponível para a área e empreendendo acordos para as promoções e ascensão dos seus membros<sup>4</sup>. Deste modo, é inevitável que os integrantes das FF.AA. desenvolvam algum tipo de interação com o poder político, seja esta de um modo passivo como objeto de consulta do mesmo, ou de um modo ativo que exercita pressões para obter certas reivindicações tendentes a melhorar a capacidade operativa da força.

Não obstante, em contextos de crise do sistema político, pode acontecer a hipertrofia da participação do militar na política. O fenômeno conhecido pelo nome de *militarismo* consiste no controle exercitado pelo militar aos civis, conforme a definição de Gianfranco

---

<sup>3</sup> Art. 86, inciso 15 da Constituição Argentina de 1853.

<sup>4</sup> O Art. 86, inciso 16 da Constituição dispõe que o Poder Executivo “provê os empregos militares da Nação: com acordo do Senado, na concessão dos empregos ou patentes de oficiais superiores do Exército e da Armada; e por si só no campo de batalha.”

Pasquino<sup>5</sup>. O militarismo é mostrado como um conjunto de comportamentos tendentes a apertar de um modo inconstitucional as autoridades civis visando a obtenção de instrumentos que os homens de uniforme consideram indispensáveis, chegando inclusive à tomada do poder para assegurar a sua obtenção<sup>6</sup>. Na opinião de Pasquino, a presença maior desse fenômeno acontece nos países em desenvolvimento. Entre as teses formuladas para explicar este aspecto, estão a de Samuel Huntington -para quem as causas do intervencionismo militar seriam dadas pelas relações entre as organizações militares e civis<sup>7</sup>- e a de S. E. Finer, para quem o aspecto central está na cultura política, compreendida como adesão às normas, procedimentos e instituições do sistema político<sup>8</sup>. Para Ernesto López, que analisa o militarismo no caso latino-americano, é normal que a Força intervenha na política, até mesmo naqueles países com sistemas políticos estáveis, para dizer na defesa, segurança e políticas internacionais. De acordo com este autor, o militarismo constitui um excesso relacionado à intervenção ilimitada do militar na política, caracterizado por ser freqüente e prejudicial para a legalidade efetiva, com capacidade de se tornar contra o próprio regime militar<sup>9</sup>. Por outro lado, Alain Rouquié considera que os golpes de Estado militares são resultado da dinâmica de um Estado orientador e árbitro entre os setores sociais, que procura a manutenção de um *status quo* suscetível de modificações enquanto garantida a manutenção das relações de domínio, excludentes tanto social como politicamente<sup>10</sup>.

Centraremos nossas análises no comportamento das instituições castrenses enquanto atores políticos entre o final do século de XIX -quando podemos falar de FF.AA. organizadas como instituição do Estado- e a década de 80 do século XX. Segundo Rouquié, os exércitos estatais primitivos tiveram tropas escassas e medíocres, uma oficialidade com formação

---

<sup>5</sup> PASQUINO, Gianfranco *Militarismo*, in: BOBBIO, Norberto; MATEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Diccionario de política**. México: Fondo de Cultura Económica, 1995, p., 963.

<sup>6</sup> Idem, *Ibidem*, p. 966.

<sup>7</sup> *Ibidem*, pp. 966-7.

<sup>8</sup> *Ibidem*, p. 967.

<sup>9</sup> LOPEZ, Ernesto. *Militarismo latinoamericano*, em BOBBIO, Norberto; MATEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Diccionario de política**. México: Fondo de Cultura Económica, 1995, p., 970.

<sup>10</sup> ROUQUIE, Alain. **El Estado militar en América Latina**. Buenos Aires, Emecé Editores, 1984, p. 51.

profissional deficitária e um sistema de promoção discricional, existindo uma diferença enorme entre as estimativas oficiais e a sua real situação<sup>11</sup>. A profissionalização do Exército foi feita a partir da reforma do seu sistema educacional: o Colégio Militar foi criado no ano de 1869<sup>12</sup>; em 1908, é acreditada a Escola denominada de Classes<sup>13</sup>. Mais tarde ocorreria a criação das escolas de armas; as de Cavalaria, Infantaria e Artilharia seriam criadas ou reorganizadas em 1924 durante a administração do Gal. Agustín P. Justo como Ministro de Guerra do governo de Marcelo T. de Alvear (1922-1928) e durante a sua própria presidência (1932-1938) foram criadas as escolas de Pioneiros e Pontoneiros e a de Aplicação de Aviação<sup>14</sup>. A redução da idade de aposentadoria obrigatória em cada grau, sancionada em 1905, e a obrigação instituída em 1915 de aposentadoria para os oficiais superados em grau por membros provenientes de turmas mais novas, contribuiu decisivamente à homogeneidade profissional do corpo de oficiais<sup>15</sup>. Por outro lado, o regulamento sancionado em 1901 proibiu a participação direta ou indireta em política do militar com controle de tropa ou em missões encomendadas pelo Ministério de Guerra<sup>16</sup>. A instauração do serviço militar obrigatório, em 1901, insere-se nos esforços de modernização do Estado argentino, ao mesmo tempo em que converte as FF.AA. em instituições que possuem entre os seus objetivos aquele da “argentinizacão” da massa da juventude descendente de imigrantes<sup>17</sup>. Rouquié mostra, acertadamente, que se concebia a conscrição enquanto apta a modelar a mentalidade dos futuros eleitores, sendo, contudo, o soldado-cidadão formado um “*miles* antes que *civis*”<sup>18</sup>. As

---

<sup>11</sup> Idem, *Ibidem*, p. 75.

<sup>12</sup> Não obstante, a maioria da oficialidade cursou os seus estudos nesta instituição recém no ano 1901, ROUQUIE, Op. cit., p. 79.

<sup>13</sup> Rebatizada em 1916 como Escuela de Suboficiales, formaria o pessoal de quadros de todas as armas de combate, POTASH, Robert A. **El ejército y la política en la Argentina**. Buenos Aires, Hyspamérica, 1986, vol. 1, p., 17.

<sup>14</sup> ROUQUIE, Alain. Op. cit., vol. 1, p., 261.

<sup>15</sup> POTASH, Robert A. Op. cit., vol. 1, p.18.

<sup>16</sup> Não obstante, em alguns casos o efeito destes regulamentos era relativo. O Gal. Pablo Ricchieri, -Ministro de Guerra que impeliu tanto esta regulamentação como a Lei de Serviço Militar Obrigatório- mostrou-se, em 1909, a favor da reforma eleitoral, apoiando ao Yrigoyen. Naquele momento revistava como Comandante de Corpo, ou seja, com controle de tropa. POTASH, Robert A. Op. cit., vol. 1, p., 26.

<sup>17</sup> ROUQUIE, Alain. Op. cit., 1984, p. 84.

<sup>18</sup> *Ibidem*, p. 109.

instituições castrenses começaram a sua existência devendo cumprir objetivos de natureza política; não obstante, a inadequação das instituições militares para a realização dessas incumbências teria sérias conseqüências futuras.

Por outro lado, a constituição de FF.AA. profissionais se concretizou em momentos em que se produzia a consolidação de um estado centralizado. As instituições militares garantiram a estabilidade do sistema político num momento economicamente fundamental para a jovem república, como era aquele da constituição de um laço estável com a Grã-Bretanha na área de comércio exterior. Porém, os instrutores principais e fornecedores do Exército seriam a França e, fundamentalmente, a Alemanha; para 1900 foi adotado o padrão alemão, o que foi insinuado pelas compras de armamento do final do século XIX. O Exército argentino foi formado à imagem e semelhança daquele da potência européia<sup>19</sup>. Uma das razões que suscitaram a admiração do padrão alemão por parte dos argentinos foi a homogeneidade apresentada pelo *Offizier Korps*<sup>20</sup>. Esse era o objetivo perseguido com a profissionalização do corpo de oficiais por meio da sua formação homogênea<sup>21</sup>. Isto constituiu um incentivo aos setores médios descendentes de imigrantes que se incorporavam às FF.AA. pretendendo ascender socialmente por meio da realização de uma profissão “patriótica”<sup>22</sup>.

Na opinião de Rouquié, as FF.AA. constituíram uma sorte de pioneiras, já que a modernização do Estado começou pelo ramo militar, freqüentemente por demandas dos próprios fardados. Por outro lado, ao contrário de uma administração civil de caráter prebendário, o fato de constituir uma burocracia na qual o mérito jogou um papel central tanto

---

<sup>19</sup> ROUQUIE, Alain. Op. cit., 1984, pp. 92-93. Porém, Potash realça no seu livro as manifestações críticas de alguns oficiais argentinos para a qualidade e relevância instrumental do padrão alemão para o Exército argentino. POTASH, Robert A. Op. cit., vol. 1, pp. 18-21.

<sup>20</sup> Dessa homogeneidade não se derivaram atitudes autoritárias. Potash destaca que “a influência dos valores militares alemães nos oficiais argentinos foi particularmente intensa na época do Kaiser, uma época durante a qual ditos valores incluíam o respeito à autoridade constituída”, e que “a experiência alemã não tinha exercitado uma influência conseqüente sobre a conduta política dos militares argentinos”. Também, o fato da persistência do intervencionismo militar por volta da década de 1960, o fez subestimar a influência alemã nas FF.AA. como fator desestabilizante do sistema político. POTASH, Robert A. Op. cit., vol. 1, pp. 83-84. Rouquié se expressa no mesmo sentido nos seus trabalhos. ROUQUIE, Alain. Op. cit., 1986, vol. 1, pp. 97-99.

<sup>21</sup> ROUQUIE, Alain. Op. cit., 1984, p., 97.

<sup>22</sup> ROUQUIE, Alain. Op. cit., 1984, p. 103.

na seleção como na promoção do pessoal hierárquico, e a existência de um sistema disciplinar rígido, conferia aos militares uma sensação de superioridade relativa aos civis. Muitos fardados consideravam que o grau de organização alcançado pelo Exército devia constituir um modelo para o resto da sociedade<sup>23</sup>. Por outro lado, o Exército teve um papel realçado no desenvolvimento industrial argentino. Levando como ponto de partida a preocupação em relação às “dependências estratégicas críticas”, os homens de uniforme se tornaram um grupo de pressão industrialista. Por volta da década de 1920 os generais Mosconi e Baldrich eram os advogados veementes do nacionalismo na área petroléira, seguidos, anos depois, pelo Gral. Manuel Savio na área do aço. No outubro de 1941 é criada por meio da Lei 12.709 a Direção Geral de Fabricações Militares (D.G.F.M.)<sup>24</sup>, promovida pelo Exército e dependente do Ministério da Guerra. A mesma foi concebida como o suporte que facilitaria o desenvolvimento industrial argentino. Além de armas e munição, foram concedidas à D.G.F.M. habilidades para estudar a capacidade industrial, de prospecção e exploração de minerais, e produção de elementos industriais dedicados à esfera civil que não foram produzidos por atores privados<sup>25</sup>. No ano 1947, foi criada a Sociedade Mista Siderúrgica Argentina (SOMISA), à frente da qual o mesmo Savio foi colocado. Por outro lado, a separação da Aviação do Exército (feita por Perón) deu um impulso novo à produção aeronáutica argentina, com a criação da companhia Indústrias Aeronáuticas e Mecânicas do Estado (I.A.M.E)<sup>26</sup>.

Em relação à Armada, o Ministério da Marinha foi criado em 1898, desdobramento do Ministério de Guerra. Mas na realidade, o processo de modernização da Armada começaria em 1907, em resposta à expansão naval começada pelo Brasil. O desenvolvimento da Marinha tinha de enfrentar dois obstáculos: o primeiro, referia-se ao fato de existirem somente duas

---

<sup>23</sup> ROUQUIE, Alain. Op. cit., 1984, pp. 117-120.

<sup>24</sup> O próprio Savio foi colocado à frente deste organismo. POTASH, Robert A. Op. cit., vol. 1, p., 360.

<sup>25</sup> ROUQUIE, Alain. Op. cit., 1984, pp. 332-333.

<sup>26</sup> Idem, Op. cit., 1986, vol. 2, pp. 81-82.

bases navais convenientemente equipadas (Rio Santiago -perto de La Plata- e Puerto Belgrano -nas vizinhanças da Bahía Blanca), carecendo-se dum porto de águas fundas; o segundo resumia-se à mentalidade terrestre do argentino e à sua dificuldade para entender o problema naval. Não obstante, a Escola Naval Militar foi fundada em 1872, no Rio Santiago, inspirada no padrão adotado pela Escola Militar. Em relação aos modelos de comportamento, a Armada adotaria como a maioria das marinhas do mundo o padrão britânico, o que a ligava à oligarquia. Também no que concerne ao equipamento da frota, a Grã-Bretanha seria a grande fornecedora de unidades modernas. Porém, os programas de treinamento não foram desenvolvidos naquele país como fez o Exército relativamente à Alemanha. Aquela função estava coberta pelos Estados Unidos, que puseram à disposição dos oficiais navais as instituições da *U.S. Navy* para o seu aperfeiçoamento. A mistura do modelo britânico com o treinamento norte-americano explica em parte que, ao contrário de um Exército germanófilo, a posição da Armada durante os dois conflitos mundiais era de fortes simpatias para com os Aliados<sup>27</sup>.

Para Rouquié, a “reorganização modernizante” dos exércitos latino-americanos os dirigiu a uma participação maior nos assuntos públicos, desde que foi depositada neles uma tríplice responsabilidade: centralização do poder, controle do território soberano inteiro, e integração social. Acrescentado isto à tradição de envolvimento em conflitos internos no decorrer do século XIX, a intervenção do militar em assuntos de natureza política era compreendida como uma continuação das funções mais que como uma perversão da missão das FF.AA.<sup>28</sup>. Os conflitos nos quais o Exército se envolveu após o fim da Guerra da Tríplice Aliança, em 1870, foram a sujeição dos índios (na Patagônia e no Chaco, no começo da década de 1880), e a repressão dos conflitos sindicais encabeçados pelos anarquistas durante a presidência de Hipólito Yrigoyen (como a *Semana Trágica*, de janeiro de 1919, e a greve dos

---

<sup>27</sup> Ibidem, vol. 1, pp. 101-104.

<sup>28</sup> ROUQUIE, Alain. Op. cit., 1984, p. 114.

peões rurais da Província de Santa Cruz em 1922)<sup>29</sup>. Como pode ser apreciado, o uso da força militar nesses conflitos internos teve como propósito à ocupação total do espaço territorial interno, e a manutenção da ordem social e a propriedade, motivo pelo qual os homens de uniforme também foram percebidos pelo poder político como uma sorte de *última ratio* para a qual podia-se recorrer para restabelecer a ordem quebrada.

Porém, grande parte da oficialidade teria uma forte participação na política argentina do princípio do século XX como integrante de um movimento de oposição. Na década de 1890, a U.C.R. é criada, objetivando acabar com o Estado oligárquico e ampliar a sociedade política. O recurso à insurreição para obter o voto livre e obrigatório era usado em oportunidades diversas: as “revoluções radicais” de 1890, 1893 e 1905 mostraram o descontentamento dos setores importantes da população. Muitos profissionais militares, particularmente os jovens oficiais, participaram destes movimentos<sup>30</sup>. A chegada ao poder de Hipólito Yrigoyen, no ano 1916, começou uma fase de conflito interno dentro do Exército. O uso do militar para tornar efetivas as intervenções provincianas foi contestado por meio de justificativas políticas e técnicas; outro fator que gerou críticas foi a indicação de um civil para a pasta de Guerra<sup>31</sup>. Mais questionadas foram as políticas de *reparação* do líder radical, isto era, o privilégio de ascensão e a reincorporação de uniformizados que tinham participado das revoluções radicais<sup>32</sup>. A reação dos militares que tinham permanecido fiéis à ordem constituída e à observância dos regulamentos internos foi a criação da primeira loja do exército argentino, a Loja Geral San Martín<sup>33</sup>.

No dia 6 de setembro de 1930, teve lugar a derrocada de Yrigoyen, pelas mãos do Gal. José Félix Uriburu. Desta data até 1983, somente dois presidentes -Agustín P. Justo e Juan D.

---

<sup>29</sup> Idem, Ibidem, p. 115.

<sup>30</sup> O irmão de Yrigoyen, o Cel. Martín Yrigoyen, era parte da direção do partido. ROUQUIE, Alain. Op. cit., 1986, vol. 1, p., 131.

<sup>31</sup> POTASH, Robert A. Op. cit., vol. 1, p., 27.

<sup>32</sup> ROUQUIE, Alain. Op. cit., 1986, vol. 1, pp. 148-149.

<sup>33</sup> Para uma análise detalhada desta loja, ver POTASH, Robert A. Op. cit., vol. 1, pp. 29-34.

Perón- completaram os seus mandatos; ambos compartilharam o fato de terem sido generais, e de serem os herdeiros políticos de dois experimentos golpistas, os de 1930 e 1943, respectivamente<sup>34</sup>. Justo chegou à presidência em 1932, como candidato da coalizão conservadora que tinha derrocado Yrigoyen, e obteve a vitória graças à proscricção da U.C.R., inaugurando o tempo da *fraude patriótica*. Nomeou-se deste modo tal período pelo fato de garantir que a razão, patrimônio da oligarquia, impunha-se às “mãos imperitas” do povo baixo radical<sup>35</sup>. A ascensão ao poder do Coronel Juan Domingo Perón, sagrada no dia 17 de outubro de 1945, quando a mobilização popular obteve a sua liberação depois de ter sido arrestado, assinalou uma série de situações inaugurais. Em primeiro lugar, significou a vitória dos setores populares que, por meio das possibilidades de organização que oferecidas pelo coronel a partir de sua atividade no campo de trabalho, tinham tomado consciência da necessidade de se tornarem sujeitos políticos ativos. Por outro lado, Rouquié mostra que o Exército se conscientizou de sua capacidade de veto das iniciativas políticas da oligarquia<sup>36</sup>. Chegando à presidência, Perón procedeu à expansão e modernização das FF.AA.<sup>37</sup> Por outro lado, tentou o controle ideológico do Exército por meio da observação da fidelidade ideológica da oficialidade e a realização obrigatória de cursos doutrinários peronistas nas instituições militares. Pode ser afirmado, como mostraram os eventos de 1955, que neste aspecto os resultados obtidos não foram exatamente os previstos<sup>38</sup>.

Se os radicais foram as vítimas de proscricções e fraude na nomeada *Década Infame* de 1930, a partir de 16 de setembro de 1955 seria a hora do peronismo. Da vitória da *Revolução Libertadora* até 1973, o problema crucial da política argentina seria aquele da conformação de um sistema político estável onde o peronismo estivesse proscrito. Os golpes de 1962 e 1966 tiveram como objetivo principal fechar a possibilidade de acesso ao poder do povão peronista.

---

<sup>34</sup> ROUQUIE, Alain. Op. cit., 1984, p. 304.

<sup>35</sup> Idem, ibidem, pp. 304-305.

<sup>36</sup> Idem, Op. cit., 1986, vol. 2, p., 71.

<sup>37</sup> Idem, ibidem, p., 75.

<sup>38</sup> Como ressaltam autores diversos. Cfr, Idem, ibidem, pp. 93-94.

A queda de Frondizi, no ano 1962, foi moldada no conflito entre as frações militares conhecidas como *azuis e vermelhos*<sup>39</sup>. Foram forçados os azuis, desenvolvimentistas e antiliberais, finalmente, a dar o poder ao radical Arturo Illia; este tinha forte ligação com os liberais vermelhos visceralmente antiperonistas. Mas, numa nova volta de noz, Illia seria deposto em 1966 pelos militares “industrialistas”, favoráveis às políticas econômicas que Frondizi tinha aplicado durante a sua presidência<sup>40</sup>. Para Rouquié, a intervenção do Exército era dada como “partido militar” para impor pela força, políticas rejeitadas pela cidadania<sup>41</sup>.

A *Revolução Argentina*, encabeçada pelo Gal. Juan Carlos Onganía, aprofundou as práticas tradicionais de anulação total dos mecanismos representativos. A condição excludente que o ditador colocava para assumir o poder era ser o único possuidor do mesmo concentrando, deste modo, a soma do poder que procurava exercitar durante tempo indefinido. A Junta de Chefes Comandantes que derrocou Illia devia subordinação a ele. Onganía era uma sorte de rei que guiou os seus atos de governo de acordo com hipóteses e necessidades militares, e a legislação promulgada refletiu esta orientação<sup>42</sup>. Na área de Defesa, a ditadura de Onganía seria a autora da primeira Lei de Defesa, a Lei nº 16.970, que teria o país. Também começou, em 1969, o Plano denominado Europa, com a compra de sessenta blindados AMX 13 e a obtenção de licenças para a produção de material de origem francesa. Paradoxalmente, um regime pro-EUA começou o processo de diversificação de provedores, descontente com a qualidade do material enviado pelos Estados Unidos para as FF.AA., e os controles e restrições para o acesso e uso de material pesado<sup>43</sup>.

Depois do fracasso da *Revolução Argentina*, o peronismo voltou ao poder no ano de 1973. O velho líder se oferecia para terminar com a violência revolucionária -temida pelos

---

<sup>39</sup> Azul é a cor da própria tropa nas cartas usadas nas manobras militares. Vermelhas são as tropas inimigas de acordo com a mesma terminologia. ROUQUIE. Alain, Op. cit., 1986, vol. 2, p., 210.

<sup>40</sup> Idem, Op. cit., 1984, p. 305.

<sup>41</sup> Idem, ibidem, pp. 305-306.

<sup>42</sup> Ibidem, pp. 328-329.

<sup>43</sup> Ibidem, p. 165.

militares- que tinha tido origem no final da década de 1960. Na sua gênese estava a violência irracional mostrada pelos militares antiperonistas no mês de junho de 1955, e a memória dos “mártires do nove de junho de 1956” e sua implacável repressão pela a ditadura de Aramburu<sup>44</sup>. O aparecimento dos primeiros grupos guerrilheiros, no começo dos anos 1960, não respondeu (como esperavam os militares) aos grupos de inspiração marxista, senão que os seus componentes eram jovens peronistas. A partir do *Cordobazo*, a rebelião popular que marcou o princípio do fim da ditadura de Onganía em 1969<sup>45</sup>, foi se tornando mais evidente a violência oculta na sociedade argentina. Por essa época, faz a sua aparição o Exército Revolucionário do Povo (E.R.P.), grupo guerrilheiro de inspiração trotsquista. No ano seguinte, faria a sua apresentação em cena a organização guerrilheira *Montoneros*, levando a cabo o seu ato talvez mais espetacular: o seqüestro e o assassinato do ex-ditador Aramburu. A repressão levada a cabo pelo Exército favoreceu a popularidade e o crescimento da organização, no clima de reputação ruim e desmoronamento que marcava aos militares depois da queda de Onganía<sup>46</sup>. Depois da morte de Perón, a viúva dele, a presidente María Estela Martínez,<sup>47</sup> visando combater os guerrilheiros, procurou o apoio dos militares, mas estes aplicaram, novamente, a política da *última ratio*. A sua passividade tinha como objetivo uma nova intervenção no mês março de 1976<sup>48</sup>.

Para Rouquié, a Junta que derrocou a viúva de Perón no dia 24 de março de 1976, dando início ao *Proceso*, teve como prioridade a luta contra a guerrilha<sup>49</sup>. Duas ameaças adicionais explicaram a colocação em operação de uma repressão furiosa que estendeu o seu acionar além da mera ameaça guerrilheira: em primeiro lugar, a existência de uma juventude

---

<sup>44</sup> POTASH, Robert A. Op. cit., vol. 2, p., 319.

<sup>45</sup> ROUQUIE, Alain. Op. cit., 1986, vol. 2, pp. 284-285.

<sup>46</sup> Idem, *Ibidem*, pp. 284-285.

<sup>47</sup> Conhecida popularmente como Isabel. No nosso texto será nomeada indistintamente María Estela Martínez, a viúva de Perón, Isabel Perón ou simplesmente Isabel.

<sup>48</sup> ROUQUIE, Op. cit., p. 306.

<sup>49</sup> Sobre o Processo de Reorganização Nacional, ver WALDMANN, Peter; GARZON VALDES, Ernesto (comp.). **El poder militar en la Argentina**, 1976-1981. Buenos Aires: Galerna, 1983. Uma perspectiva interessante é a oferecida por ABOS, Álvaro. **El poder carnívoro**. Buenos Aires: Legasa, 1985.

revolucionária de esquerda com presença em todos as instâncias estatais que, na opinião dos militares, devia ser extirpada; por outro lado, um movimento trabalhista altamente combativo que ultrapassou conduções burocratizadas e freqüentemente corruptas. Ambos os elementos constituíam uma ameaça para o *status quo*, pelo qual a repressão alcançou o duplo caráter de geracional e social<sup>50</sup>. Ao contrário da ditadura de Onganía, e acorde com as necessidades da “guerra suja”<sup>51</sup>, a estrutura de poder foi invertida; a Junta de Chefes Comandantes era a que possuía o poder supremo, enquanto sendo o Gral. Jorge Videla mero executor das orientações dela apesar das suas tentativas de independência. Isto obedeceu à necessidade de se perpetuar no poder, manter a iniciativa na frente dos civis, e preservar a continuidade institucional. A partir da percepção militar da existência de um estado de guerra, o aparelho burocrático foi diretamente controlado pelos homens de uniforme. Para regular os conflitos interforças, foi criada a Comissão de Assessoramento Legislativo, assim como o secretário da Presidência também cumpriu a função de institucionalizá-los<sup>52</sup>. Mas, houve conflitos que não puderam ser regulados, eram naqueles produzidos entre os militares e os seus apoios civis em relação à questão econômica. As políticas econômicas de Martínez de Hoz contradiziam os interesses estratégicos dos militares<sup>53</sup>. O programa ultraliberal dele, que promoveu a abertura da economia argentina para a competição estrangeira e a redução do Estado para um papel “subsidiário”, causou uma diminuição no consumo interno e a queda da produção industrial.

---

<sup>50</sup> ROUQUIE, Alain. Op. cit., 1984, p. 308.

<sup>51</sup> Embora, no curso deste texto, freqüentemente, seja utilizada esta expressão em seu sentido habitual, referendo-se à operação de contra-insurgência feita pelos militares na década de 1970, deve ser esclarecido que o termo “guerra” não guarda o conteúdo comum. Para que esta expressão pudesse ser considerada deste modo, o Congresso teria de ter autorizado ao Poder Executivo a declaração de guerra (art. 67, inciso 21, e art. 86, inciso 18 da Constituição). O Poder Executivo só declarou, no uso dos seus atributos constitucionais, o estado de sítio (arts. 23, e 86, inciso 19), e promulgou os decretos 2770/75 e 2771/75, nos quais ordenava as FF.AA. a aniquilação do acionar das organizações guerrilheiras. Além das discussões que podem ser suscitadas a este respeito, não podemos, sob nenhum ponto de vista, falar de guerra em relação à repressão militar. Deste modo, a ação dos homens de uniforme foi realizada dentro do plano do direito militar e civil, e não das “leis de guerra”, como argumentavam na sua defesa.

<sup>52</sup> ROUQUIE, Alain. Op. cit., 1984, p. 329.

<sup>53</sup> Um excelente estudo das políticas econômicas durante a ditadura é o de SCHVARZER, Jorge. **La política económica de Martínez de Hoz**. Buenos Aires: Hyspamérica, 1986,. Quanto aos grupos empresariais e ao processo de concentração econômica, ver ASPIAZU, Daniel; BASUALDO, Eduardo M.; KHAVISSE, Miguel. **El nuevo poder económico en la Argentina de los años ' 80**. Buenos Aires: Legasa, 1987.

Porém, a despesa pública ficou sem grandes modificações e não houve uma onda de privatizações. Os interesses dos militares -mantendo as suas prebendas, além da necessidade de desenvolver uma indústria pesada para a produção de armamentos- serviram de controle as políticas do ministério de Economia<sup>54</sup>.

Como pode ser apreciado, as relações entre civis e militares na Argentina foram altamente complexas. A intervenção militar sempre foi legitimada por amplos setores da opinião pública, e obtinha o apoio da oposição para o oficialismo de turno. Os militares foram vistos como os parceiros difíceis e imprevisíveis, mas nenhuma coisa podia ser feita sem ou contra eles. Se os civis procuravam o apoio militar para resolver as suas disputas, o inverso também era certo; freqüentemente, os militares procuraram o apoio civil para resolver os seus conflitos internos -sejam aqueles de natureza política, sejam aqueles com os sindicatos. Deste modo era determinada, de acordo com Rouquié, uma situação de interdependência que conduziu à militarização da vida política e a politização consentida das instituições militares<sup>55</sup>. Não obstante, toda vez que os militares intervieram, favoreceram em geral aos setores oligárquicos dominantes. A exceção à regra constituiu o golpe de 1943, cuja conseqüência foi a ascensão política de Perón que expeliu do poder à oligarquia exportadora de cereais e gado<sup>56</sup>. Na realidade, a função do militar, para Rouquié, consistia na manutenção dum equilíbrio social que preservasse o sistema; as suas conseqüências eram a manutenção de um empate social perpetuado ao longo de toda a crise de hegemonia, diminuindo as possibilidades de constituir um sistema representativo<sup>57</sup>. Outro fator que impedia esta constituição era o caráter da saída militar do poder. A transitoriedade dos governos militares era inata à sua existência. Como Rouquié mostra, “um exército não pode governar

---

<sup>54</sup> ROUQUIE, Alain. Op. cit., 1984, p. 333.

<sup>55</sup> Ibidem, pp. 306-307.

<sup>56</sup> Ibidem, p. 320.

<sup>57</sup> Ibidem, pp. 322-325.

diretamente e por um período prolongado sem deixar de ser exército”<sup>58</sup>. Por isto, a democracia representativa era a razão pela qual haviam chegado ao poder, seja para protegê-la, recuperá-la ou modificá-la, e o horizonte final de seu destino. A oligarquia também sustentou isto como bandeira, e vetou as pretensões de corporativismo que poderiam abrigar certos militares, forçando-os a dar seu espaço a generais liberais<sup>59</sup>.

Se o militarismo tornava mais complexas as relações entre militares e civis, também era certo que repercutia na estrutura interna das FF.AA., principalmente em relação aos alinhamentos internos da força. A partir da década de 1930 surgiu uma corrente nacionalista que se opôs à corrente liberal predominante até aquele momento no Exército. A corrente nacionalista representou uma divisão entre os oficiais adeptos de um tipo de nacionalismo conservador e autoritário e aqueles cuja opinião era semelhante à dos grandes setores da população, até que a ascensão de Perón ao poder mudasse a relação interna de forças<sup>60</sup>. Não obstante, os esforços realizados por este para “peronizar” as FF.AA. restaram falidos, como foi mostrado pelo golpe de 1955<sup>61</sup>. Durante a presidência de Frondizi, o Exército apresentou a característica, de acordo com Potash, de ser “um corpo tanto dividido como unido”. Os fatores que serviram como elementos unificantes eram a rejeição compartilhada à volta de Perón e dos peronistas ao poder, misturada com uma preocupação relativa a uma eventual expansão comunista incrementada com a vitória da revolução cubana. As divergências se apresentavam em relação ao melhor sistema político que pudesse atingir esses alvos<sup>62</sup>. O Exército era abalado pelas divergências internas entre azuis e vermelhos com posterioridade ao golpe de 1962, como temos mostrado anteriormente. Porém, a vitória de Illia nas eleições de 1963 conduziu a uma redefinição do profissionalismo militar. Os homens de uniforme

---

<sup>58</sup> Ibidem, p. 385.

<sup>59</sup> ROUQUIE, Alain. Op. cit., 1984, pp. 385-386.

<sup>60</sup> POTASH, Robert A. Op. cit., vol. 1, p., 406.

<sup>61</sup> Os esforços para aproximar aos militares ao movimento peronista são comentados por POTASH, Robert A. Op. cit., vol. 2, pp. 163-169.

<sup>62</sup> Ibidem, pp. 447-448.

consideraram que um exército profissional não teria mesmo senso se seu desenvolvimento não correspondesse aos objetivos nacionais<sup>63</sup>. Assim, eram as FF.AA. que deveriam impor a sua concepção de nação, objetivando desse modo, fechar a brecha entre profissão militar e objetivos nacionais. Por essa estrada consolidou-se o caráter corporativo das FF.AA.

A hegemonia das concepções profissionais vinculava-se à vitória da arma de cavalaria no interior do Exército. A reestruturação deste deu-se de acordo com os pontos de vista daquela<sup>64</sup>. Essa prevalência na reestruturação da arma alterava o equilíbrio da força, levando a um estado interno de conflito que afetou sua eficiência. Depois do fracasso tumultuoso da experiência autoritária de 1966-1973, com a designação do Chefe Comandante do Exército - Gal. Jorge R. Carcagno- a infantaria recuperou o poder à força, deslocando a cavalaria<sup>65</sup>. Os seus sucessores no comando, como Leandro Anaya, Videla e Viola seriam também representantes dessa arma. Não obstante, não pode ser considerada a prevalência da infantaria como um período de estabilidade no Exército. Até mesmo dentro da infantaria foram apresentados conflitos, como os emergidos com a nova especialidade de comandos<sup>66</sup>. Essa fratura aprofundar-se-ia com os anos e as experiências que marcaram as FF.AA., constituindo-se num fator de relevância no período objeto de nosso estudo.

## **1.2. Defesa ou Segurança? As doutrinas militares na história das FF.AA. argentinas**

Conforme Ernesto López, a existência de doutrinas militares é derivada do fato de constituir a guerra um esforço fundado no entrosamento dos recursos humanos e materiais disponíveis, desenvolvido em um contexto internacional no qual são identificados os aliados e

---

<sup>63</sup> Ibidem, p., 504.

<sup>64</sup> ROUQUIE, Alain. Op. cit., 1986, vol. 2, p., 233.

<sup>65</sup> ROUQUIE, Alain. Op. cit., 1986, vol. 2, p., 296.

<sup>66</sup> Alguns dos primeiros expoentes do Exército argentino nesta especialidade, como Aldo Rico, tiveram “profundas divergências” com o diretor da Escuela Militar de la Nación, Gal. Jorge R. Videla, durante a sua permanência na instituição como instrutor de cadetes, nos anos 1971-72. CHUMBITA, Hugo. **Los carapintada**. Historia de un malentendido argentino. Buenos Aires: Planeta, 1990, p. 44.

adversários, sendo que toda a doutrina militar de um exército profissional contém elementos de natureza política<sup>67</sup>. O próprio López analisa quatro elementos básicos das doutrinas militares: primeiro, uma concepção da guerra (convencional, nuclear, fronteiriça, etc.); segundo, uma concepção de nação; terceiro, uma concepção da relação exército/sistema político; e, por último, considerações técnico-militares (hipótese de guerra, regulamentos de condução, de combate, etc.). A concepção de guerra, segundo este autor, está relacionada às avaliações sobre o contexto internacional e fontes de provisão de elementos bélicos e não bélicos, entre outros, enquanto a concepção da nação é justificada por constituir este o apoio a partir do qual é empreendido o esforço de guerra. Também considera o autor que os primeiros três pontos colocam o militar dentro do universo da política<sup>68</sup>. Na nossa opinião, a descrição levada a cabo por López sobre os elementos componentes de uma doutrina militar é de grande precisão e utilidade. Portanto, analisaremos o aspecto doutrinal com apoio nesta perspectiva.

É importante mencionar que a existência de uma doutrina necessariamente não significa a afirmação de uma unanimidade ao seu respeito, mas trata-se da postura aceita pelo núcleo principal dos mandos militares e da oficialidade, sendo a atividade profissional a partir dela estruturada. Nem necessariamente supõe o seu carácter escrito, mas também compreende um grupo de práticas consensuais que terminam constituindo um *corpus* coerente. Às vezes, na elaboração de tais doutrinas não participa exclusivamente o pessoal militar, mas também civis quando existe conexão entre os aspectos bélicos e não bélicos para a sua conformação. A participação civil pode ser dada ao nível individual, como a influência exercida por Jordan Bruno Genta sobre o nacionalismo militar de princípios da década de 1940; ou grupal, como a influência dos *cursillistas* sobre o grupo liderado por Onganía<sup>69</sup>. Se levarmos em consideração

---

<sup>67</sup> LOPEZ, Ernesto. Op. cit., 1995, p. 974.

<sup>68</sup> Ibidem, p. 974.

<sup>69</sup> Idem. Op.cit., 1985, pp. 104-105. Os cursillistas eram grupos católicos que, de acordo com Rouquié, participaram (como o fez Onganía) “em retiros organizados de acordo com o padrão dos cursos famosos de Cristandade nascidos na Espanha franquista. Esses cursinhos integristas constituíam uma sorte de “rearme moral” católico destinado a nutrir ao fiel e dotá-lo duma fé sem falhas, à prova de dúvidas.” ROUQUIE, Alain.

o analisado no ponto prévio relativo à história complexa e contraditória das FF.AA. argentinas, permeada por conflitos com o poder político, interforças e interarmas, pode-se deduzir facilmente que o elemento doutrinal não era determinado *per se* nem neutro, mas estava bastante relacionado à prevalência de certos setores internos e à sua projeção no cenário político geral. Previamente à posse de Raúl Alfonsín na presidência, o Exército argentino tinha conhecido três doutrinas militares: a primeira, a doutrina militar que podemos denominar “liberal”, desenvolvida até 1943; a segunda, a Doutrina da Defesa Nacional (D.D.N.), característica da fase peronista; por último, a partir de fins da década de 1950 e princípios de 1960, foi imposta a Doutrina da Segurança Nacional (D.S.N.).

A doutrina liberal também é conhecida como doutrina Justo-Rodríguez, porque foi articulada pelo Ministro de Guerra, Gal. Manuel Rodríguez, durante a presidência de Justo<sup>70</sup>. Rodríguez tinha sido assistente de Justo quando este último agiu como Ministro de Guerra, durante a presidência do radical Marcelo T. de Alvear (1922-1928), e tinha conquistado a reputação de ser um modelo de profissional, amante dos regulamentos, e afastado da política –característica esta que lhe valeu o apelido de “o homem do dever”<sup>71</sup>. A concepção de guerra da doutrina liberal correspondia ao esboço de guerra convencional, de exército nacional regular contra exército nacional regular, por objetivos clássicos: defesa ou ampliação de uma soberania estatal. Avanços tecnológicos do tipo da aviação e das forças blindadas não modificaram tal patamar, como nenhum conceito bélico moderno tal como a guerra de posições<sup>72</sup>. Os militares consideraram o Brasil e o Chile como os seus potenciais inimigos<sup>73</sup>. Isto foi derivado da posição subordinada do país no plano internacional, que reduzia o alcance

---

Op. cit., 1986, vol. 2, p., 259.

<sup>70</sup> LOPEZ, Ernesto., Op. cit., 1985, p. 107.

<sup>71</sup> POTASH, Robert A. Op. cit., vol. 1, pp., 124; 135.

<sup>72</sup> LOPEZ, Ernesto. Op. cit., 1985, p. 110.

<sup>73</sup> POTASH, Robert A. Op. cit., vol. 1, p. 35.

da força militar para o seu uso eventual na resolução dos conflitos regionais<sup>74</sup>, nos quais a Argentina procurava consolidar sua liderança no Cone Sul.

Relativamente a concepção de nação, considerava-se que as bases econômicas do país concordavam com o padrão de exportação de gado e de produtos agrícolas. Uma conferência ditada pelo Cel. Juan Pierrestegui em 1929<sup>75</sup>, nos ilustra qual era o pensamento militar nesse período. Para este fardado, a prosperidade argentina dependia do seu lugar como país exportador rural, desde que “é sua verdadeira força na paz e para a paz e muito especialmente na guerra”<sup>76</sup>. López observa que

[...] o padrão exportador agrícola sustentava, em rigor, uma Nação *cativa*. Quer dizer, uma Nação cujo Estado resignou a possibilidade da *autodeterminação* e que, pelo seu baseamento predominantemente exportador agrícola, adiou a possibilidade da autosustentação econômica [...]<sup>77</sup>.

Finalmente, as relações entre o Exército e o sistema político foram estruturadas baseadas na prescindência das FF.AA. no tocante às políticas, sem qualquer tipo de questionamento sobre a sua legitimidade de origem<sup>78</sup>. Na realidade, quando Rodríguez morreu no cumprimento das suas funções no ano de 1936 a sua figura foi homenageada como um exemplo de militar democrático, o que permitiu a Rouquié afirmar que,

[...] a morte prematura do “o soldado eminente” permite esta operação ideológica lucrativa: o culto do dever e das virtudes disciplinares impede as perguntas indiscretas dos oficiais no relativo a uma realidade política feita de fraude, de corrupção e de privilégio [...]<sup>79</sup>.

---

<sup>74</sup> LOPEZ, Ernesto. Op. cit., 1985, p. 110.

<sup>75</sup> Ironicamente, esta alocução seria pronunciada três semanas antes do colapso da bolsa de Wall Street. POTASH, Robert A. Op. cit., vol. 1, p. 46.

<sup>76</sup> Ibidem, p. 47.

<sup>77</sup> LOPEZ, Ernesto. Op. cit., 1985, p. 112.

<sup>78</sup> Ibidem, p. 108.

<sup>79</sup> ROUQUIE, Alain. Op. cit., 1986, vol. 1, p. 265.

A Armada também compartilhou este ponto de vista legalista, como amostra o elogio feito ao San Martín pelo presidente do Centro Naval Alte. Irizar, no ano 1932, ao afirmar que “jamais quis pôr a sua potestade militar ao serviço das facções políticas”<sup>80</sup>. Porém, aqui não era uma mera questão política, mas da legitimidade dos procedimentos que levaram as autoridades ao poder. Se considerarmos que as FF.AA. agiram repetidamente para derrocar governos escolhidos de acordo com os procedimentos formais, e cujos índices de corrupção eram muito menores que aqueles do período 1930-1943, pode ser afirmado que o Exército concedeu seu consentimento ao clima político prevalente durante a *Década Infame*.

O abandono da doutrina Justo-Rodríguez aconteceu como consequência dos eventos derivados da revolução de 4 de junho de 1943. A figura do Cel. Juan Domingo Perón começou a surgir como aquela que marcaria uma fase crucial da história argentina, e o Exército também seria fortemente influenciado pela sua atuação. Isto foi comprovado no plano doutrinário por meio da instauração da D.D.N. cujo principal expositor foi o próprio Perón, na condição de Ministro de Guerra, em uma conferência sobre a Defesa Nacional pronunciada na Universidade de La Plata no dia 10 de junho de 1944<sup>81</sup>.

Em sua concepção da guerra, a D.D.N. continuava concebendo a mesma nas condições convencionais, embora se salientasse ter a Segunda Guerra Mundial, ao fazer chegar a guerra por meio dos bombardeios aéreos para as populações civis, levado à sua máxima expressão o conceito de *Nação em armas*<sup>82</sup> elaborado por Colmar von der Goltz em 1883<sup>83</sup>. Cabe assinalar que Von der Goltz ditou cursos na E.S.G. aproximadamente no ano 1910<sup>84</sup>. Por outro lado, a situação européia, a hostilidade ao governo militar por parte dos Estados Unidos, e a assimetria crescente em relação ao Brasil na provisão e equipamento militar, mostrou para os

---

<sup>80</sup> Ibidem, p. 267.

<sup>81</sup> LOPEZ, Ernesto Op. cit., 1985, p. 117.

<sup>82</sup> Por meio deste conceito foi querido mostrar que a guerra constituía o esforço da totalidade duma nação em busca da vitória. LOPEZ, Ernesto. Op. cit., 1985, p. 117.

<sup>83</sup> Ibidem, pp. 117-118.

<sup>84</sup> ROUQUIE, Alain. Op. cit., 1986, vol. 1. p. 94.

argentinos militares uma reiteração das penúrias sofridas quando da Primeira Guerra Mundial. Portanto, a idéia de nação em armas não somente comprometia a todas as instâncias da vida nacional no esforço bélico, mas também desenvolveu no militar um aprofundamento da sua visão industrialista. Como referimos em ponto prévio, os militares avaliaram agora positivamente os esforços na procura do aumento da capacidade industrial, a autosustentação econômica, e o controle dos recursos minerais estratégicos. Portanto, as intenções de desenvolver uma indústria nacional de armamentos se tornou crucial na opinião dos militares, embora não se pudessem as FF.AA. prescindir da compra de armamentos estrangeiros<sup>85</sup>.

Das necessidades militares foi derivada uma concepção de nação alternativa à hegemônica durante a fase liberal. Agora uma ação enérgica do Estado foi oferecida no planejamento do desenvolvimento nacional e na assinação correta de recursos humanos e materiais<sup>86</sup>. Também ficou evidente a necessidade de uma melhoria na saúde e alimentação da população, sendo que -como destaca Ernesto López – para Perón

[...] a elevação das condições da vida da população – o que assumirá a forma da justiça social e a justiça distributiva no texto das suas formulações políticas- também foi apresentado como uma exigência para a defesa. Assentavam-se deste modo princípios doutrinários gerais que, em uma mão, postularam a necessidade de um desenvolvimento autosustentado nacional e, para outro, na medida em que: a) deveriam ser superados os ordenamentos oligárquicos, e b) elevar o nível de vida da população, tornavam aceitável por parte do militar uma amplificação dos marcos da participação econômica e política em benefício dos setores populares [...]<sup>87</sup>.

Deste modo, partindo das necessidades específicas na área de Defesa, o peronismo aparecia em cena como o grande movimento modernizador da vida política, econômica e social da Argentina no século XX.

Dos postulados anteriores depende-se que o Exército –controlado por Perón em seu exercício no Ministério de Guerra- teve uma destacada participação na reforma do sistema

---

<sup>85</sup> LOPEZ, Ernesto. Op. cit., pp.118-120, POTASH, Robert A. Op. cit., vol. 1, p., 407.

<sup>86</sup> LOPEZ, Ernesto. Op. cit., 1985, p. 120.

<sup>87</sup> Ibidem, p. 121.

político argentino. Para alcançar este objetivo, Perón tentaria promover o encontro dos militares com um setor da vida nacional excluído até aquele momento: os trabalhadores. Porém, a participação do militar era determinada de um modo indireto; cumprida a reorganização estatal e do sistema político, os militares deveriam voltar aos quartéis para continuar suas atividades profissionais. Este modo de agir (que López denomina “profissionalismo comprometido”) insinuava que os militares não deveriam ter uma participação ativa, mas sim uma posição clara no concernente aos assuntos nacionais<sup>88</sup>.

Depois da queda de Perón, aconteceu um período de crise interna das instituições militares que recém culmina com a vitória dos azuis em 1962. Paradoxalmente, é neste período de incerteza e conflitos internos que é desenvolvida uma nova doutrina militar cuja validade atingirá um quarto de século, o D.S.N.. Apesar dessa extensão temporária da sua influência, o órgão as modificações vinculadas à irrupção castrense no governo durante os períodos 1966-1973 e 1976-1983.

O ponto de partida da D.S.N. na Argentina é derivado da vitória da Revolução Libertadora. Para Rouquié, o ideário dos revolucionários misturava as noções de democracia e sistema liberal, igualava peronismo com comunismo, juntando por esta estrada o elitismo de oligarquia com as doutrinas militares do Pentágono, o que os impeliu a um processo drástico de desperonização das FF.AA.<sup>89</sup>. A reformulação das hipóteses militares, depois de 1955, transformou o Exército de guardião das fronteiras em custódio da ordem social. Apareceu, então, o problema comunista como objeto a ser superado pela reformulação doutrinal, sendo o anticomunismo uma continuação do antiperonismo que desvelava centralmente aos militares. O problema comunista levou os fardados a aceitar a hegemonia norte-americana, já que os Estados Unidos eram o único país com potencial militar suficiente para conter a ameaça soviética. A partir dessa época um trabalho forte foi desenvolvido para a conformação de uma

---

<sup>88</sup> Ibidem, pp. 122-124.

<sup>89</sup> ROUQUIÉ, Alain. Op. cit., 1986, vol. 2, pp. 134-135.

doutrina centrada no problema da guerra contra-revolucionária, esforço refletido no considerável número de artigos publicados na **Revista Militar** e a **Revista de la Escuela Superior de Guerra** entre final dos anos 1950 e princípio de 1960. Também aconteceu, semelhante à fase de profissionalização vivida no começo do século, a contratação de militares estrangeiros para dar cursos e escrever artigos sobre a contra-insurgência. Neste sentido, os argentinos baseavam-se nos espertos franceses que possuíam experiência naquele tipo de conflitos, adquirida nas brigas coloniais da Indochina e da Argélia. O apoio filosófico da nova doutrina consistiu na reatualização dos princípios antiliberais do catolicismo ultramontano, viés que – excluído seu conteúdo nacionalista – foi oferecido como um compromisso improvável entre o liberalismo político e econômico e concepções sociais hierárquicas e fortemente autoritárias<sup>90</sup>.

Um fator externo que contribuiu para a mudança doutrinal foram as políticas de segurança hemisféricas desdobradas pelos Estados Unidos com posterioridade ao final da Segunda Guerra Mundial. A constituição do T.I.A.R. (Tratado Interamericano de Assistência Recíproca) e a criação da Junta interamericana de Defesa (J.I.D.) mostraram a preocupação americana em garantir a segurança dentro da sua área hegemônica. Embora o T.I.A.R. não tenha especificado a criação de um organismo permanente com vistas à defesa do hemisfério, os Estados Unidos alcançaram, pelo J.I.D., projetar no cenário continental um organismo de caráter permanente em tal sentido<sup>91</sup>. Porém, o T.I.A.R. seria rapidamente ineficiente devido à mudança estratégica operada nos Estados Unidos em razão da guerra de Coreia (1950-1953), a partir da qual foi abandonada a estratégia de guerra total em favor de uma concepção de guerra limitada. Esta mudança, justificada pela posse, por parte da União Soviética, de um arsenal nuclear, causou a obsolescência do tratado<sup>92</sup>. Deste modo, as prioridades passaram

---

<sup>90</sup> Ibidem, pp. 156-159.

<sup>91</sup> O processo pelo qual se chegou ao T.I.A.R., e a duvidosa pertença da J.I.D. ao sistema interamericano são corretamente analisados por LOPEZ, Ernesto. Op. cit., 1987, pp. 33-36.

<sup>92</sup> Sobre a mudança da estratégia norte-americana, ver LOPEZ, Ernesto. Op. cit., 1987, pp. 41-48.

pelo controle da segurança interna, ensejando que os americanos viessem com melhores olhos o avanço militar na pauta de relações civis-militares no continente americano<sup>93</sup>.

Além dos mecanismos institucionais, os Estados Unidos tiveram razões mais tangíveis para seduzir os países latino-americanos. A partir da década de 1950 começou a implementação do P.A.M. (Programa de Ajuda Militar), que permitiu às nações latino-americanas a atualização dos armamentos das suas FF.AA., com o objetivo de homogeneizar as equipes e métodos das mesmas. Os militares argentinos rejeitaram ser integrados ao programa devido às possibilidades de acesso aos recursos estratégicos e o estabelecimento de missões militares permanentes dos Estados Unidos, às quais os países signatários deveriam comprometer com a assinatura dos acordos que puseram esses programas em validade<sup>94</sup>. Também o treinamento de militares latino-americanos em bases norte-americanas apontou para a consolidação da capacidade dessas forças para a ação contra-insurgente. Porém, uma diferença se estabeleceu entre os países pequenos que receberam treinamento em bases extraterritoriais, exclusivamente guiadas por tal finalidade, e os países grandes da região que receberam um aperfeiçoamento geral em bases metropolitanas dos Estados Unidos<sup>95</sup>.

Com a vitória da revolução cubana, em 1959, os norte-americanos aperfeiçoaram os seus mecanismos de cooptação em plano continental. Em primeiro lugar, a administração Kennedy deu forte impulso à Aliança para o Progresso, concebida para contribuir ao desenvolvimento econômico e social da América Latina. No âmbito estritamente militar, foi somado um novo elemento -as conferências das FF.AA. Deste modo, começaram a ser realizadas as Conferências Navais Interamericanas, a partir de 1959; as Conferências dos Exércitos Americanos, a partir de 1960, e as Conferências de Chefes das Forças Aéreas Americanas, no ano 1961<sup>96</sup>. De acordo com López, essas conferências atendiam a um duplo

---

<sup>93</sup> LOPEZ, Ernesto. Op. cit., 1987, pp. 51-52.

<sup>94</sup> Ibidem, pp. 55-61.

<sup>95</sup> Ibidem, pp. 62-65.

<sup>96</sup> Ibidem, pp. 69-70.

propósito: em um sentido, influenciavam na difusão e estabelecimento das metodologias anti-subversivas; em outro, encorajavam o avanço do militar na esfera política até controlar o aparelho estatal<sup>97</sup>. Uma última esfera freqüentemente desconsiderada, mas realçada por López nos seus trabalhos, é aquela da produção acadêmica. Em muitos dos trabalhos, dedicados no geral à análise dos sistemas políticos do Terceiro Mundo ou latino-americanos em particular, foi feita uma avaliação do militar enquanto encorajado na projeção da esfera política e no controle do Estado. Os homens de uniforme foram vistos como agentes modernizadores e, por conseguinte, o intervencionismo militar foi absolvido pelos benefícios colaterais que trariam a estas sociedades no concerniente a estabilidade e progresso institucional e material<sup>98</sup>.

O impacto das missões francesas no desenvolvimento do D.S.N. foi reforçado pela presença do Chefe Comandante Gal. Carlos S. Toranzo Montero. Na opinião deste militar, a Argentina devia modernizar os seus planejamentos baseando-se na hipótese da guerra revolucionária. Isso estava justificado pela ameaça potencial de uma insurreição de inspiração comunista, e pela opinião de Toranzo Montero sobre o peronismo, por ele definido como “um conglomerado de criminosos unidos uns aos outros com sentido de poder”, que tentavam voltar ao “estado totalitário”<sup>99</sup>.

O padrão consolidado pela D.S.N. em relação à concepção de guerra foi derivado da noção de dissuasão, esvaziando a guerra de conteúdo ao tornar estéril a noção de vitória, por meio do aparecimento e desenvolvimento do armamento nuclear. Os modelos militares nos quais se inspiraram os criadores dessa noção de guerra estavam centrados no entendimento de “aproximação indireta”, isto é, tudo aquilo que pudesse levar à vitória sem causar uma confrontação direta entre as grandes potências. A partir destas posições, os estrategistas argentinos delinearão uma doutrina militar cujo alinhamento com Ocidente foi privilegiado, bem como os conflitos internos, em detrimento dos conflitos regionais com os países

---

<sup>97</sup> Ibidem, op. cit., p. 70.

<sup>98</sup> Ibidem, pp. 72-73.

<sup>99</sup> POTASH, Robert A. Op. cit., vol. 2, pp. 428-429.

fronteiriços. A vitória da revolução cubana os colocou no caminho da profecia autocumprida, quando se evidenciava o Partido Comunista argentino não estar em condições de liderar uma estratégia insurgente nem por peso nem tradição<sup>100</sup>. A importância dada pela D.S.N. aos conflitos internos foi refletida nos regulamentos militares – como no R-C-2-1 “Regulamento para o Exército Argentino. Condução para as Forças Terrestres”, cujo capítulo III define as forças irregulares como

[...] todos os tipos de forças e operações não convencionais. Incluirá o pessoal inteiro, organizações e procedimentos das guerrilhas, forças insurgentes, subversivas, de resistência, terroristas, revolucionários e semelhantes [...] A causa fundamental do desenvolvimento de atividades irregulares em grande escala originará-se no descontentamento de uma parte considerável da população pelas condições políticas sociais e econômicas nas que viviam [...];

no Anexo I – Conceitos Básicos, C/ a Guerra -é definida à guerra interna como “[...] a que é desenvolvida entre grupos sociais importantes de um mesmo país, no seu próprio território. A guerra interna tem uma diferença notável com as duas anteriores (mundial e local), porque representa a ruptura da coesão interior de uma nação.”

Também foram divididas as guerras em econômicas e ideológicas, sendo consideradas estas últimas como sendo

[...] a guerra revolucionária comunista que é o que desenvolve o comunismo internacional para impor a doutrina marxista no mundo. Não obstante, tem também um propósito “político” que a acompanha, contanto a expansão marxista conforma um domínio hegemônico político do país que irradia comunismo, sobre os países comunizados [...] <sup>101</sup>.

Na concepção de nação emanada da D.S.N., existiu uma menção periódica aos conceitos de segurança e desenvolvimento. Na realidade, o segundo aparecia unido a hipertrofia do primeiro, marcando a este a regra do que foi procurado nesta formulação

<sup>100</sup> LOPEZ, Ernesto, Op. cit., 1985, pp. 126-128.

<sup>101</sup> R-C-2-1 “Reglamento para el Ejército argentino. Conducción para las Fuerzas Terrestres”, pp. 258-259, 290, 293, em GARCIA, Alicia S. **La doctrina de la Seguridad Nacional**. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1991, pp. 29-30.

doutrinal. Não obstante, alguns militares, como o Gal. Juan E. Guglielmelli, diretor da revista *Estrategia*, a partir da difusão de noções tais como “desenvolvimento é segurança”, percorreram um caminho que os alinhou à antiga D.D.N.. A noção de desenvolvimento na matriz da D.S.N. estava relacionada às teorias desenvolvimentistas em voga no período, supondo estas que para alcançar o padrão das grandes potências econômicas todo país deveria atravessar fases semelhantes até alcançar a sua decolagem. Embora esta postura tenha refletido a subordinação conceitual existente em relação aos Estados Unidos, reservaram uma ampla margem de discricionariedade às FF.AA. em relação ao seu equipamento, como mostraria a implementação do Plano Europa, mencionado na seção prévia<sup>102</sup>.

Em relação ao sistema político, apesar do conflito que marcou o período da sua validade como orientação, a D.S.N. ofereceu uma regra específica conhecida como “Doutrina West Point”, por ter sido formulada naquele lugar por Onganía na V Conferência dos Exércitos Americanos no mês de agosto de 1964. Afirmava-se a subordinação do Exército às autoridades constitucionais, mas condicionado a que não acontecesse

a) desordem de autoridade; b) trastrocamentos violentos no equilíbrio e independência dos poderes; c) cancelamento das liberdades e direitos cívicos; d) situações excepcionais de fato. Ante a dita situação, desde que o povo não pode fazê-lo, as FF.AA. devem intervir<sup>103</sup>.

De acordo com López, apesar de fixar limites ao poder político, a Doutrina West Point estabelecia a subordinação das FF.AA. ao poder constituído, restabelecendo a regra liberal, fazendo a sua atualização. Na nossa opinião, esta avaliação é errônea, sendo as FF.AA., como nós já afirmamos, o receptor de instituição da prerrogativa estatal do exercício legítimo da força, não podendo reivindicar a sua habilidade para determinar as circunstâncias sob as quais o mesmo seria feito. Por outro lado, o próprio autor assinala com justiça que a Doutrina West

---

<sup>102</sup> LOPEZ, Ernesto, Op. cit., 1985, pp. 128-129.

<sup>103</sup> Ibidem, p. 130, tomado do livro de LANUSSE, Alejandro. **Mi testimonio**. Buenos Aires: Laserre, 1977, p. 4.

Point ajudou “a subordinação estratégica a uma potência hegemônica e a uma manipulação excludente em relação às políticas internas”<sup>104</sup>.

Durante a experiência de governo peronista -1973-1976- foram levadas adiante tentativas para reformular a D.S.N. em chave nacional-popular. Na X Conferência de Exércitos Americanos, realizada em Caracas no ano 1973, o Chefe Comandante do Exército Carcagno propôs sua redefinição a partir dos princípios de a) respeito à autodeterminação dos povos; b) não intervenção; c) adaptação do pensamento militar e de suas estratégias para as realidades políticas e econômicas que esboçava o continente, d) nova caracterização do inimigo potencial (comunismo). Também notou-se a emergência de um novo tipo de subversão que era determinado pela fome e pela miséria<sup>105</sup>. Não obstante, a brevidade do seu exercício na chefia, o espetáculo de evolução posterior mostrou que a posição de Carcagno era, talvez, muito frágil para poder impulsionar mudanças daquela magnitude. Os seus sucessores, Leandro E. Anaya e Alberto Numa Laplane, tentaram dirigir o Exército pelo denominado “profissionalismo integrado”. A substituição deste último por Videla em agosto de 1975, significou o passo do Exército para uma postura de “profissionalismo prescindente”<sup>106</sup>, que marcou a conta regressiva para o golpe de março de 1976.

López também mostra que durante o *Proceso* produziram-se mudanças substantivas na D.S.N. No plano da concepção de guerra, realça que foram revigoradas as velhas hipóteses de conflito com países vizinhos como o Chile (pelo conflito do canal de Beagle), não obstante ter sido produzida uma aproximação com outro rival regional tradicional, o Brasil<sup>107</sup>. Por outro lado, a situação centro-americana a partir da vitória da Revolução Sandinista na

---

<sup>104</sup> Ambas as observações acham-se em LOPEZ, Ernesto. Op. cit., 1985, p. 130.

<sup>105</sup> GARCIA, Alicia S. Op. cit., p. 39.

<sup>106</sup> GARCIA, Alicia S. Op. cit., pp. 41-44.

<sup>107</sup> Duas perspectivas gerais sobre a política externa são oferecidas por LANUS, Juan Archibaldo. **De Chapultepec al Beagle**. Política externa argentina, 1945-1980. Buenos Aires: Hyspamérica, 1986, 2 vols., e VAZQUEZ OCAMPO, José María. **Política externa argentina (1973-1983)**. De los intentos autonómicos a la dependencia. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1989, 2 vols. No conflito com o Chile para o canal de Beagle, ver PASSARELLI, Bruno. **El delirio armado**. Argentina-Chile, la guerra que evitó el Papa. Buenos Aires: Sudamericana, 1998,.

Nicarágua elevou a perspectiva do D.S.N. para o marco regional<sup>108</sup>. A ênfase posta na luta anti-subversiva no cenário interno por meio das operações desenvolvidas na questionável *guerra suja*, fez com que os militares se sentissem autorizados para planejar o seu agir no plano regional. No que se refere à concepção de nação, procurava-se reorganizar a nação, devendo ser destacada a necessidade de levar à frente um projeto nacional. Mas a implementação do projeto econômico de Martínez de Hoz, significou a vitória dos setores tradicionalmente predominantes da vida nacional e a volta da Argentina a uma posição dependente<sup>109</sup>. Finalmente, a relação do Exército com o sistema político foi concebida com uma inclinação intervencionista de sinal reacionário que abarcava a atividade política inteira. A responsabilidade de governo foi compartilhada pelas três forças, e foram empreendidos esforços tendentes a perpetuar a experiência autoritária no tempo<sup>110</sup>.

A relativa utilidade da D.S.N. pode ser verificada na prática. Primeiramente, na luta contra os grupos guerrilheiros onde um firme sucesso foi obtido, porém altamente questionado pelo desprezo às normas éticas mais elementares que exibiram os militares em sua ação. Por outro lado, em 2 de abril de 1982, o ditador Leopoldo F. Galtieri ordenou a ocupação das Ilhas Malvinas, ocasião em que a República Argentina enfrentaria seu primeiro conflito armado contra uma nação estrangeira desde o final da guerra da Tríplice Aliança, em 1870. No dia 14 de junho, as forças argentinas se renderam perante o exército inglês, comandado pelo Gal. Jeremy Moore. A Guerra das Malvinas, do ponto de vista militar, constituiu um livro de amostras de todos os erros que pode cometer um mando militar em situação de conflito<sup>111</sup>. Portanto, a D.S.N., útil para operações moralmente questionáveis e

---

<sup>108</sup> Sobre o apoio dos militares argentinos para a contra nicaragüense, ver WOODWARD, Bob. **Veil**. Las guerras secretas de la C.I.A. Buenos Aires, Sudamericana, 1988, pp. 154-157; 189-190, e YEVES, Enrique. **La Contra**. Una guerra sucia. Buenos Aires: Zeta, 1990, pp., 47-106.

<sup>109</sup> LOPEZ, Ernesto. Op. cit., 1985, pp. 136-138.

<sup>110</sup> Ibidem, pp. 138-140.

<sup>111</sup> Para o conflito de Malvinas ver CARDOSO, Oscar Raúl; KIRSCHBAUM, Ricardo; VAN DER KOOY, Eduardo. **Malvinas, la trama secreta**. Buenos Aires: Sudamericana/Planeta, 1984, GAMBÁ, Virginia. **El peón de la Reina**. Buenos Aires: Sudamericana, 1984, e EDDY, Paul; LINKLATER, Magnus. **Una cara de la moneda**. Buenos Aires: Hyspamérica, 1987.

inútil para a defesa externa, tinha assinado sua certidão de óbito junto à ditadura lá consagrada como suporte doutrinário das FF.AA..

### 1.3. A restauração constitucional de 1983 e as propostas para a área de Defesa

O processo de transição para a ordem institucional na Argentina abrangeu um período de três anos, dramaticamente acelerado a partir do período abril/junho de 1982 em razão da Guerra do Malvinas. Brevemente, mostraremos suas características centrais, para depois voltarmos para ao o objeto principal das nossas preocupações, isto é, as propostas dos principais partidos políticos na área de Defesa<sup>112</sup>.

Previamente para a guerra, os militares tinham começado displicentemente um processo de diálogo com os políticos. Porém, a funda crise na qual se achava o país, traduzida na crise da coalizão governante e o aumento da tênue pressão exercida pela oposição, teve a resposta mais insensata na tomada das Ilhas Malvinas por parte do ditador Galtieri. Depois da derrota na guerra, Galtieri foi voluntariamente forçado a deixar a chefia do Exército e a presidência<sup>113</sup>. Então, o Exército impôs unilateralmente ao Gal. Reynaldo Bignone, produzindo deste modo à retirada da Armada e a Força Aérea da Junta Militar<sup>114</sup> e, na frente da ameaça de vazio do poder, os representantes dos partidos políticos convergiram para uma reunião com Bignone na qual expressaram o seu apoio em troca do compromisso para uma

---

<sup>112</sup> Para os processos de transição para a democracia pode-se consultar o já clássico estudo de O'DONNELL, Guillermo; SCHMITTER, Philippe C. **Transições do regime autoritário**. Primeiras conclusões. São Paulo: Vértice, 1988. Para o caso latino-americano latino são recomendáveis O'DONNELL, Guillermo; SCHMITTER, Philippe C.; WHITEHEAD, Laurence (comp.). **Transições do regime autoritário**. América Latina. São Paulo: Vértice, 1988, e CHERESKY, Isidoro; CHONCHOL, Jacques. **Crise e transformação dos regimes autoritários**. Campinas: Icone/Unicamp, 1986. Para compreender a transição argentina, OSZLAK, Oscar. **“Proceso”, crisis y transición democrática**. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1984, oferece uma série de valiosos estudos escritos ao calor da conjuntura. Em FONTANA, Andrés. **Fuerzas armadas, partidos políticos y transición a la democracia en Argentina**. Buenos Aires: Cedes, 1984, e FONTANA, Andrés. *De la crisis de Malvinas a la subordinación condicionada: conflictos intramilitares y transición política en Argentina*. In: VARAS, Augusto (coord.). **La autonomía militar en América Latina**. Caracas: Nueva Sociedad, 1988, encontram-se na nossa opinião as melhores análises dum período infelizmente pouco estudado.

<sup>113</sup> *Clarín*, 18 de junho de 1982, pp. 2-3.

<sup>114</sup> *Clarín*, 23 de junho de 1982, pp. 2-3.

saída institucional<sup>115</sup>. Deste modo, Bignone poderia assumir em 1º de julho de 1982. O novo ditador teve perante ele uma trajetória marcada por dificuldades. A sua missão consistiu em dirigir o processo de normalização institucional, preservando as prerrogativas das FF.AA. Teve para isto a aquiescência dos líderes dos partidos políticos, relutantes à revisão de um passado que colocaria muitos deles em posições incômodas. Mas a pressão da sociedade civil, assolada por uma crise econômica profunda e horrorizada pelas revelações dos horrores da repressão ilegal com as suas detenções secretas, tortura e milhares de *desaparecidos* se fazia sentir quase diariamente. Os militares nem pareciam notar que os políticos tinham restringido a sua margem de manobra, e não podiam aceitar as condições precisadas pelos militares para manter o seu poder e tranquilizar aos seus membros. Por outro lado, outros fatores aumentaram uma situação verdadeiramente dramática. A crise da dívida externa dos maiores países da região teve na Argentina um dos seus protagonistas principais: o país devia quarenta e três bilhões de dólares, somada as dívidas pública e privada. Em face à possibilidade concreta de quebras empresariais massivas, o presidente do Banco Central, Domingo Cavallo, estabeleceu um mecanismo por meio do qual o Estado assumia o encargo da dívida privada. Esta medida, levada adiante em face da indiferença geral, seria de conseqüências futuras sérias ao colocar um lastro insuportavelmente pesado sobre as possibilidades de recuperação econômica<sup>116</sup>. Entretanto, a atitude dos políticos era ambígua. Os dois principais partidos políticos, o radicalismo e o peronismo, sofriam as conseqüências da falta de lideranças fortes após a morte dos seus principais líderes, Ricardo Balbín e Juan Domingo Perón<sup>117</sup>. Portanto, a estratégia dos partidos políticos reduziu-se para pedir a normalização institucional em um

---

<sup>115</sup> *Clarín*, 25 de junho de 1982, pp. 2-3.

<sup>116</sup> O mecanismo projetado por Cavallo, explicado na XV Reunião do Consejo Federal Agropecuario, era a reconversão das dívidas dos particulares para pesos, enquanto o Estado assumia os seus compromissos internacionais em dólares. Deste modo, aconteceu a transferência das dívidas da atividade privada para o setor público. *Clarín*, 6 de agosto de 1982, p. 13.

<sup>117</sup> Nas dificuldades dos políticos em relação a se colocar como uma opção de poder perante os militares, e a sua relutância em fixar posição em tópicos ardentes, ver MORALES SOLA, Joaquín. *El repliegue de los políticos*, *Clarín*, 3 de outubro de 1982, pp. 14-15.

prazo que permitisse a reorganização dos partidos, usando a *Multipartidaria*<sup>118</sup> como veículo para tais reclamos<sup>119</sup>. Medrosos ante a possibilidade de um golpe de linha dura, periodicamente agitada pelos militares perante as pressões internas e externas, os políticos preferiram ignorar reclamações ardentes como aquelas sobre os desaparecidos, deixando um espaço para as organizações de direitos humanos e a Igreja.

Diante dessa combinação particular de exército autista, partidos relutantes e sociedade civil demandante, o processo de transição para a ordem institucional foi caracterizado pela inflexibilidade e pela inércia. Os setores mobilizados da sociedade civil exigiam demandas maximalistas de execução impossível; a falta de respostas para as suas demandas, longe de constituir um incentivo a uma atitude dialoguista, fez com que estas organizações exacerbassem as suas posturas, aumentando desse modo as dificuldades próprias da situação. Com um corpo social que compartilhava dum modo passivo esses reclames, as suas atitudes ficariam intangíveis no decorrer do tempo, mostrando uma característica peculiar do modo de fazer política na Argentina; a intransigência de posturas traduzidas numa relutância e desconfiança a todo o tipo de negociações, comumente consideradas ligadas à traição e aos interesses espúrios.

A idéia essencial dos militares era a de uma retirada em ordem, que preservasse na medida do possível o seu poder institucional e privilégios corporativos, também fechando a possibilidade de revisão do atuado nos anos de chumbo. O problema eram as divisões existentes entre os próprios homens de uniforme, não permitindo nenhuma concreção sobre qualquer curso de ação que visasse alcançar esses objetivos improváveis. Durante os primeiros meses da ditadura de Bignone, os militares tentaram uma negociação ampla com os

---

<sup>118</sup> A Multipartidária foi constituída pelos partidos políticos principais (PJ, UCR, PI, MID e DC), para negociar a saída democrática com a ditadura de Viola -FONTANA, Andrés. Op. cit, 1984, p. 13. A crise da ditadura post-Malvinas, afetou a sua operação em grande parte ao se dividir entre “duros” e “brandos” ocasião em que prevaleceram estes últimos embora sem ter chegado a qualquer tipo de ruptura. Ver LOPEZ, Ernesto. Op. cit., 1994, pp. 43-45.

<sup>119</sup> *Clarín*, 3 de agosto de 1982, p. 5.

partidos políticos. Mesmo em sua aflição, reconheceram o caráter irreversível do processo de transição, embora setores minoritários ameaçassem periodicamente um golpe eventual<sup>120</sup>. Finalmente, no mês de novembro, Bignone e a Junta Militar delinearam um temário de quinze pontos para negociar com os políticos a sua saída do poder<sup>121</sup>. Tal opção era inaceitável para estes últimos, pela pretensão de consagrar a impunidade e a tutela das FF.AA. sobre as futuras autoridades democráticas. A rejeição definitiva deste temário foi feita explícita num mês de dezembro de alta voltagem: uma greve geral de ambas as C.G.T. 's no dia 6<sup>122</sup>, e mobilização do Multipartidária para a Plaza de Mayo no dia 16.

Malsucedida a possibilidade de um acordo geral com os partidos políticos, os militares tentaram um acordo menor com um ator social fundamental, os sindicatos<sup>123</sup>. Quem entendeu isso como uma oportunidade inesperadamente aberta para o seu crescimento político foi Raúl Alfonsín. No final de abril realizou uma surpreendente acusação: militares de altas patentes estavam mantendo reuniões com líderes dos sindicatos com o objetivo de fazer um pacto -a impunidade em troca do controle dos institutos de assistência social e a estabilidade do governo futuro<sup>124</sup>. Esse pacto “militar-sindical” mostrava, na opinião do líder radical, o comportamento corporativo típico que tinha significado o desastre para a Argentina, além de responder “para a raiz autoritária que tinha causado a derrocada do presidente Illia” e, caso realizado, mataria a democracia argentina antes de nascer. Embora a acusação fosse

<sup>120</sup> Assim como quando o ministro do Interior, Gal. Llamil Reston, advertia sobre “atitudes agravantes e intentos divisionistas”. *Clarín*, 28 de julho de 1982, p. 6.

<sup>121</sup> Os quinze pontos propostos pela Junta Militar eram: 1) Vigência do Estado de Sítio; 2) Mecânica e seqüência para o ato elecionário e a entrega do poder. Lei e cronograma eleitoral; 3) Luta contra o terrorismo; 4) Desaparecidos; 5) Plano econômico; 6) dívida externa; 7) Yacyretá; 8) Orçamento 1984; 9) Lei 22.105 de Associações Gremiais de Trabalhadores; 10) Lei 22.279 de Obras sociais de Trabalhos; 11) Conflito Malvinas; 12) Conflito austral para o Canal de Beagle; 13) Investigação de ilícitos; 14) Estabilidade da Justiça; 15) Presença constitucional das FF.AA. no próximo governo nacional. *Clarín*, 12 de novembro de 1982, pp. 2-3.

<sup>122</sup> *Clarín*, 7 de dezembro de 1982, pp. 2-3.

<sup>123</sup> Sobre a particular combinação de resistência e negociação que eram as relações entre as FF.AA. e os sindicatos, ver ABOS, Álvaro. **Las organizaciones sindicales y el poder militar (1976-1983)**. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1984.

<sup>124</sup> Não obstante os rumores sobre um pacto entre o Exército e os líderes sindicais não constituísse novidade, como mostrou a imprensa durante o mês de abril de 1983. Um exemplo do alcance destes rumores apreciava-se na coluna de MORALES SOLA, Joaquín. *Un cimbronazo en el tablero militar*. *Clarín*, 10 de abril de 1983, pp. 10-11. Uma análise profunda feita na conjuntura sobre esta tentativa de pacto foi levada a cabo por VAN DER KOOY, Eduardo. *Bajo el síndrome del pacto*, *Clarín*, 28 de abril de 1983, pp. 16-17.

imprecisa, Alfonsín obteve uma vitória política espetacular<sup>125</sup>. A rejeição fechada da opinião pública ao pacto militar-sindical, forçou os primeiros a abandonar o caminho dos acordos políticos, tentando achar uma saída própria que satisfizesse os seus objetivos particulares de modo irreversível.

Deste modo, os militares tentaram uma alternativa que assegurasse a tranquilidade da frente interna, com vistas ao futuro governo democrático. A preocupação principal da ditadura era achar uma solução definitiva para o problema das reclamações contra os excessos cometidos durante a guerra suja. Primeiramente, esboçaram uma explicação pelo *Informe Final* dado a conhecimento no mês de abril 1983. No mesmo documento argumentava-se que as FF.AA. agiram de acordo com as diretivas emanadas do governo constitucional da viúva de Perón e que as ações realizadas foram atos de serviço, os excessos inevitáveis nesse tipo de ações tinham sido castigados adequadamente através de tribunais militares, as pessoas desaparecidas estavam mortas, e que deixavam “ao juízo de Deus” toda outra questão vinculada a esta situação<sup>126</sup>. Confirmando os rumores insistentemente escutados depois da difusão do Informe, a ditadura de Bignone sancionou a Lei 22.942/83, com o propósito de extinguir a ação penal relativa aos crimes feitos com propósito e motivação terrorista entre 25 de maio de 1973 e 17 de junho de 1982, ao mesmo tempo foram beneficiados aqueles que se excederam na repressão dos fatos<sup>127</sup>. Essa lei, conhecida popularmente pelo apelido de auto-anistia, foi criticada exacerbadamente, e os principais políticos se comprometeram com a sua revogação, embora com matizes. Finalmente, por meio da lei 22.928/83, sobre julgamento de atividades terroristas e subversivas, os militares tentaram legalizar os procedimentos habitualmente usados pelos organismos de inteligência, como o grampo de telefones, a revisão de correspondência, e os castigos e torturas nas interrogações para suspeitos<sup>128</sup>. Deste

---

<sup>125</sup> Para uma avaliação crítica da atitude de Alfonsín, ver ABOS, Álvaro. Op.cit, pp. 100-103.

<sup>126</sup> *Clarín*, 29 de abril de 1983, pp. 2-4.

<sup>127</sup> *Clarín*, 24 de setembro de 1983, pp. 2-3.

<sup>128</sup> *Clarín*, 28 de setembro de 1983, p., 4.

modo, os militares mostraram, na sua retirada, uma imagem coerente com aquilo que tinham realizado durante os mais de sete anos e meio de ditadura.

Em relação aos políticos, estes sobressaltos coincidiram com o tempo da reorganização dos partidos políticos e a definição das suas candidaturas com vistas às eleições de 30 de outubro de 1983. Entre as forças litigantes, convergiram partidos de peso eleitoral quase inexistente, como também forças menores que expressaram posturas identificadas a certos setores do eleitorado, mas sem chance na competição para a presidência. Entre estes, podemos citar ao Movimento de Integração e Desenvolvimento (M.I.D.), que tinha sido fundado pelo ex-presidente Frondizi, expressando os interesses de certos setores industriais; o Partido Democrático Cristão (D.C.), vinculado à Igreja, que apresentou como candidato a deputado pela Capital Federal o destacado líder do movimento de direitos humanos Augusto Conte MacDonnel; o Partido Intransigente (P.I.), nucleado ao redor das idéias do nacionalismo popular de esquerda predominantes na década de 1970, e a União de Centro Democrático (UCeDé), partido dos setores acomodados, de ideologia liberal, que levou o seu fundador, Alvaro Alsogaray a ser o primeiro candidato a deputado pela Capital. Pelo seu caráter testemunhal, e porque alguns dos seus candidatos chegaram ao Parlamento, faremos uma breve descrição das suas plataformas no plano das políticas militares.

O M.I.D. esboçou a reestruturação das FF.AA. e a sua condução pelo Ministério de Defesa. Contemplou a instituição das funções de segurança dentro de um Conselho Nacional de Segurança, o controle rígido dos órgãos de inteligência e informações do Exército, opondo-se à criação de corpos profissionais. Para o P.D.C., era necessária a erradicação da D.S.N. que subordinou as FF.AA. aos interesses dos Estados Unidos. Também esboçou a reestruturação daquelas, a reorganização dos serviços de inteligência e a supressão do serviço militar obrigatório. Para o P.I. era necessário banir os privilégios militares, considerando aos membros das FF.AA. como funcionários públicos. Já a UCeDé os militares deveriam ser

organizados com base em quadros permanentes de profissionais e voluntários e diminuir o tempo de serviço militar obrigatório para três meses<sup>129</sup>.

Mas os verdadeiros rivais em disputa na eleição presidencial eram os tradicionais: o radicalismo e o justicialismo. O nosso interesse principal em relação a esta campanha resume-se às propostas de ambos os partidos para a questão militar, expressas tanto na plataforma como nas declarações dos candidatos presidenciais. Não obstante, faremos um comentário breve das ocorrências sucedidas no decorrer da campanha presidencial.

No marco geral de uma liderança política incapaz de fornecer maiores esperanças, o radicalismo viu surgir um líder que acendeu entusiasmo e expectativas. A ascensão de Alfonsín foi fulminante: primeiramente, enfrentou a condução partidária; em dezembro de 1982, proclamou a sua pré-candidatura presidencial, junto ao dirigente cordobés Víctor Martínez. Nivelado o caminho para a nomeação presidencial, após a vitória deles nas eleições internas, Alfonsín impeliu a integração de todas as linhas internas do partido na condução do Comitê Nacional do radicalismo, por ele presidido<sup>130</sup>. Obtido o total respaldo partidário, lançou-se à campanha presidencial de um modo ativo e agressivo, enquanto adquirindo um apoio inédito ao radicalismo dos setores juvenis e inclusive, dos trabalhadores. Pelo contrário, o peronismo apresentou um panorama caótico. Quem seguiu a estratégia política mais qualificada para chegar à nomeação presidencial foi o Ítalo Argentino Luder que manteve abertas as pontes para todos os setores sem não se comprometer com nenhum em particular. Mas a vitória desta estratégia que o levou a ser o candidato presidencial junto ao Deolindo Bittel, deixou a chapa sem peso próprio perante a estrutura sindical, e foi esta a que controlou o partido, a candidatura para os deputados e muitas outras posições em distritos chave<sup>131</sup>. Na realidade, o homem forte do partido era Lorenzo Miguel, denunciado por Alfonsín como um dos autores do pacto militar-sindical. Para a eleição crucial na Província de Buenos Aires, foi

---

<sup>129</sup> Para obter os resumos destas plataformas, ver *Clarín*, Suplemento Especial, 28 de outubro de 1983, pp. 18-19.

<sup>130</sup> *Clarín*, 29 de julho de 1983, pp. 4-5.

<sup>131</sup> *Clarín*, 6 de setembro de 1983, p. 6.

escolhido como candidato Hermínio Iglesias. A eleição de Iglesias não poderia ter sido pior: exibia-se com guarda-costas armados, deleitava-se de suas amizades com homens proeminentes dentro da estrutura repressiva do *Proceso*, e tornava evidentes as suas diferenças com o Luder, apesar das mútuas negativas<sup>132</sup>. Dominado por tais candidatos e atitudes, o peronismo quase à duras penas podia conservar o seu eleitorado tradicional, não obstante os justicialistas não terem hesitado quanto à sua vitória nas eleições.

Em relação às políticas de defesa, a plataforma radical propôs a subordinação das FF.AA. ao Poder Executivo Nacional, a sua profissionalização, a rejeição da D.S.N., a supressão do serviço militar obrigatório, e a redução drástica das despesas militares<sup>133</sup>. Também pretendia a eliminação das patentes dos Chefes Comandantes das três forças, a reorganização dos serviços de informações, reduzindo os militares às suas tarefas específicas, subtraindo da esfera de atividades militares as que não se relacionassem com à defesa externa, a desmilitarização das forças de segurança (a Polícia Federal, Guarda Fronteiriça e Prefeitura) e a sua passagem para jurisdição do Ministério do Interior, e uma revisão das leis e regulamentos do Exército que eliminassem as disposições incompatíveis com a democracia<sup>134</sup>. Como pode ser apreciado, a subordinação das FF.AA. ao poder político, sua adaptação às instituições democráticas, e sua orientação para a defesa externa constituíram as características centrais da proposta radical.

As idéias do candidato Alfonsín, na especificidade da nossa abordagem consistiam na mudança da educação dos militares, impedindo que as FF.AA. fossem usadas como braço armado de um sistema de domínio social e atingissem a sua democratização<sup>135</sup>. Isto seria alcançado pelo sujeição do poder militar ao poder político como único modo de garantir a

---

<sup>132</sup> *Clarín*, 9 de outubro de 1983, pág., 6, e 11 de outubro de 1983, p. 9.

<sup>133</sup> *Clarín*, Suplemento Especial, 28 de outubro de 1983, pp. 18-19.

<sup>134</sup> Anúncio publicitário “Síntesis de la plataforma radical. Cien medidas para que su vida cambie”, *Clarín*, 23 de março de 1984, p. 11.

<sup>135</sup> *Clarín*, 17 de julho de 1982, p. 5.

democracia<sup>136</sup>. Entre as medidas dedicadas à sujeição do militar, achava-se a modificação das hierarquias militares, de forma que o seu grau máximo fosse o de Chefe de Estado Maior (CEM), e não o de Chefe Comandante<sup>137</sup>. Outra medida a partir da qual almejava as suas esperanças de ajustar o papel do militar àquilo que era previsto pela Constituição, e que redundaria na democratização das FF.AA., consistia na educação destas segundo os valores democráticos<sup>138</sup>. Também esboçou a necessidade da profissionalização militar que insinuava uma diminuição do seu tamanho, já que em sua opinião, “do ponto de vista da segurança, nós achamos muito mais importante o ensino obrigatório que o serviço militar obrigatório”<sup>139</sup>. Além destas declarações, Alfonsín considerava que nem a Armada nem a Força Aérea precisavam da conscrição, como também poderiam ser suprimidas muitas brigadas do Exército, sustentando a necessidade de reduzir o orçamento militar drasticamente pelo fato de se constituir um lastro que impedia o crescimento nacional<sup>140</sup>. Por outro lado, o candidato radical anunciava a reforma do Código de Justiça Militar, de forma que em tempo de paz só correspondesse à jurisdição militar o julgamento de faltas disciplinares dos integrantes das FF.AA.<sup>141</sup>. Alfonsín também exibia perante da opinião pública um preconceito aos militares que justificava a partir do seu passo para a instituição militar nos seus tempos de estudante de ensino meio<sup>142</sup>. Embora estas declarações puderam ser aceitas pelo eleitorado, não contribuíram para criar expectativas em uma relação tranqüila com os homens de uniforme.

---

<sup>136</sup> *Clarín*, 2 de março de 1983, p. 4.

<sup>137</sup> *Clarín*, 21 de julho de 1983, p. 5.

<sup>138</sup> *Clarín*, 23 de outubro de 1983, p. 6.

<sup>139</sup> *Clarín*, 14 de novembro de 1982, p. 6. Já durante a campanha eleitoral, repetiria a mesma oração, vinculando-a à defesa nacional, o que mostra o seu caráter mais pirotécnico que reflexivo. *Clarín*, 19 de setembro de 1983, p. 7.

<sup>140</sup> *Clarín*, 21 de abril de 1983, p. 7.

<sup>141</sup> *Clarín*, 8 de setembro de 1983, p. 6.

<sup>142</sup> Numa reportagem realizada pela jornalista María Esther Gilio, referiu-se aos seus anos do secundário, concluídos no Liceo Militar dizendo, “esses cinco anos foram muito bons, me serviram para me cansar dos militares.” *Clarín Revista*, 20 de fevereiro de 1983, p. 4. Durante os anos de secundário naquela instituição, teve como professor o historiador José Luis Romero, e como colegas de escola os futuros generais Galtieri e Albano E. Harguindeguy quem foi o ministro do Interior da ditadura de Videla. *Clarín*, 10 de dezembro de 1983, p. 2.

Com relação às questões vinculadas à repressão militar, Alfonsín efetuar um equilíbrio complicado durante a campanha eleitoral. Até mesmo antes de lançar a sua pré-candidatura presidencial, sustentava a necessidade de processar aqueles militares que adotaram a decisão de cometer fatos tais como seqüestro, tortura, estupro, assassinato e roubo de crianças, sendo o recurso à Justiça para aqueles que se sentiram danificados pelo agir dos participantes diretos desses atos<sup>143</sup>. Na tribuna, prometia a aplicação da Constituição e o castigo da prisão para os culpados<sup>144</sup>; ao mesmo tempo prometia a modificação do Código Penal para equiparar a tortura ao homicídio<sup>145</sup>. Ao ser proclamada a sua candidatura presidencial pela U.C.R., Alfonsín avançou rotundamente a revogação de qualquer Lei de Anistia que projetasse a ditadura<sup>146</sup>. Dias antes da eleição manifestou a sua convicção sobre a existência de desaparecidos com vida, a solução do problema da repressão e a lei de anistia, baseando-se em duas aproximações fundamentais que eram a independência efetiva do Poder Judicial e a sujeição à lei<sup>147</sup>.

Durante a campanha eleitoral, Alfonsín anunciou que o seu Ministro de Defesa seria o dirigente bonaerense Juan Carlos Pugliese<sup>148</sup>. Numa reunião com a imprensa, este político expressou os seus pontos de vista sobre a função das FF.AA. Pugliese sustentou que a Argentina tinha de conferir respeito e apoio às suas instituições armadas como qualquer país civilizado do mundo, e que os conflitos internacionais e regionais diversos faziam com que não pudesse prescindir delas nem reduzir o seu prestígio pelo risco de produzir uma deterioração da sua capacidade operativa. O objetivo do governo radical consistia em consolidar o poder democrático com as FF.AA., subordinadas ao poder civil. De acordo com Pugliese, a defesa nacional era uma obrigação do Estado, e esta passava fundamentalmente

---

<sup>143</sup> Quem consigna esta postura de Alfonsín é KIRSCHBAUM, Ricardo. *Las dudas de los políticos*. *Clarín*, 28 de outubro de 1982, pp. 14-15.

<sup>144</sup> *Clarín*, 29 de setembro de 1983, p. 11.

<sup>145</sup> *Clarín*, 1º de outubro de 1983, p. 4.

<sup>146</sup> *Clarín*, 21 de julho de 1983, p. 5.

<sup>147</sup> *Clarín*, 23 de outubro de 1983, p. 6.

<sup>148</sup> *Clarín*, 12 de setembro de 1983, p. 7.

pelo desenvolvimento econômico, social e cultural. Finalmente, a missão dos militares consistia em ser um dos seus órgãos executores no concernente ao treinamento das forças, desenvolver hipóteses de conflito vinculadas à D.D.N., cujas regras seriam fixadas pelo governo<sup>149</sup>. Poucos dias depois da vitória eleitoral de Alfonsín, pleiteava este uma reestruturação profunda das FF.AA. objetivando subtraí-las das políticas de patrulhamento ideológico, condição que lhes conferia o papel de árbitros do bem e do mal<sup>150</sup>.

Por outro lado, o justicialismo propôs uma ordenação apropriada das FF.AA., com o propósito de assegurar uma estrutura eficiente de defesa nacional, a subordinação às autoridades constitucionais, e a eliminação de normas, instituições e aspectos organizacionais da D.S.N.<sup>151</sup>.

O candidato presidencial peronista, Italo Argentino Luder, ofereceu uma posição mais ambígua que aquela exposta pelo candidato radical. Embora, na sua opinião, os militares devessem ser também subordinados ao poder político e adequados ao que o futuro governo constitucional considerasse necessário ser feito, também reclamava da reflexão política antes de empreendida a reestruturação das FF.AA. Luder propôs um modelo misto baseado na profissionalização militar com serviço militar obrigatório<sup>152</sup>. Não obstante, considerou não poder este último ser a única via para o recrutamento de tropas, devendo-se partir para a constituição de forças profissionalizadas. Porém, isto estava sujeito às possibilidades orçamentárias que não podiam superar o nível histórico de 20%<sup>153</sup>. No justicialismo existiam dois projetos de Lei de Defesa visando ao seu planejamento e desenvolvimento e à reestruturação orgânica das FF.AA., que o próprio Luder dispôs-se a coordenar<sup>154</sup>. A base ideológica do projeto de defesa do peronismo sustentava-se pela volta à concepção histórica

---

<sup>149</sup> *Clarín*, 23 de outubro de 1983, p. 5.

<sup>150</sup> *Clarín*, 2 de novembro de 1983, p. 4.

<sup>151</sup> *Clarín*, Suplemento Especial, 28 de outubro de 1983, pp. 18-19.

<sup>152</sup> *Clarín*, 22 de abril de 1983, p. 9.

<sup>153</sup> *Clarín*, 23 de outubro de 1983, p. 6.

<sup>154</sup> *Clarín*, 5 de outubro de 1983, p. 9.

da D.D.N. a partir da qual a eliminação da D.S.N. foi aventada, e mesmo também a doutrina das fronteiras ideológicas que funcionava como teoria subsidiária da mesma<sup>155</sup>. Mas, com frequência excessiva, o candidato agiu no percurso dos passos prévios empreendidos por Alfonsín, como quando anunciou que a sua primeira decisão seria a supressão da patente de Chefe Comandante<sup>156</sup>.

Do mesmo jeito que Alfonsín exibia uma hostilidade retórica aos militares, foi impossível a Luder fugir da sua ligação com os males do recente passado, por ter sido um dos signatários dos decretos do governo da viúva de Perón que autorizaram as FF.AA. a agir para aniquilar o funcionamento das organizações guerrilheiras. O candidato justicialista sustentava que os referidos decretos tinham sido assinados devido à insuficiência das forças de segurança para neutralizar tais organizações, e que não havia neles nenhuma possível interpretação que houvesse permitido as FF.AA. agir à margem da lei<sup>157</sup>. Não obstante, explicava os excessos a partir da aplicação de métodos não convencionais e ratificaram que chamaria novamente as FF.AA se acontecesse uma outra situação de emergência<sup>158</sup>. Nem não posso evitar ser mostrado ambíguo relativo ao tópico da anistia, já que embora se expressasse em favor de revogá-la<sup>159</sup>, considerava que os seus efeitos jurídicos seriam irreversíveis<sup>160</sup>. Quanto às seqüelas da repressão, Luder achava que existiam poucas dúvidas relativas à sorte terrível corrida pelas pessoas desaparecidas, tópico que deveria ser investigado pelo Poder Judicial, e sustentou que o Parlamento deveria criar comissões de investigação sobre a guerra suja sem excluir o fato de que o governo militar deveria dar uma explicação razoável a esse respeito<sup>161</sup>.

O resultado das eleições de 30 de outubro de 1983 outorgou uma vitória rressonante à U.C.R. e ao seu candidato Raúl Alfonsín. Os números alcançados pelo candidato radical eram

---

<sup>155</sup> *Clarín*, 23 de outubro de 1983, p. 6

<sup>156</sup> *Clarín*, 20 de outubro de 1983, p. 5.

<sup>157</sup> *Clarín*, 22 de abril de 1983, p. 9.

<sup>158</sup> *Clarín*, 2 de outubro de 1983, p. 7.

<sup>159</sup> *Clarín*, 18 de agosto de 1983, 18 p. 2.

<sup>160</sup> *Clarín*, 2 de agosto de 1983, p. 5.

<sup>161</sup> *Clarín*, 23 de outubro de 1983, p. 6.

de aproximadamente sete milhões quatrocentos mil votos, na frente dos cinco milhões setecentos mil de Luder<sup>162</sup>. O radicalismo também obteve o controle da Câmara de Deputados, obtendo maioria própria, mas não chegando a atingir os dois terços necessários para insistir nos projetos de lei modificados pelo Senado, depois de ter se assegurado cento e vinte e nove cargos contra cento e onze do peronismo, em um total de duzentos e cinquenta e quatro cargos<sup>163</sup>. Apesar da sua ampla vitória, o fato de o justicialismo ter se imposto numa quantidade maior de províncias, levou a força principal da oposição a ter a maioria na Câmara de Senadores<sup>164</sup>. Os peronistas obtiveram vinte e quatro dos quarenta seis cargos, enquanto o radicalismo teve dezesseis, e o bloquismo, o Pacto Autonomista-liberal (P.A.L.), e o Movimento Popular Neuquino (M.P.N.), tiveram dois cargos cada um<sup>165</sup>. Portanto, em condições quantitativas, Alfonsín podia afirmar que “nós ganhamos, mas ninguém foi derrotado”<sup>166</sup>. Em condições qualitativas, a situação era muito mais ambígua. Alfonsín tinha alcançado o que nenhum outro líder conseguiu em eleições livres e sem fraudes: derrotar amplamente o peronismo<sup>167</sup>. O resultado da saída militar e a derrota peronista fizeram ao novo governo assumir o poder em uma situação sem precedente. A sua sorte futura dependeria de que tipo de combinação poderia fazer destas circunstâncias com uma administração de governo apropriada.

---

<sup>162</sup> *Clarín*, 1º de novembro de 1983, pp. 2-3.

<sup>163</sup> A composição da Câmara de Deputados no período 1983-1985 foi a seguinte: U.C.R., 129 deputados; P.J., 111; P.I., 3; UCeDé, 2; P.A.L., 2; Bloquismo, 2; M.P.N., 2; D.C., 2; Movimento Federal Pampeano, 1; Movimento Popular Jujeño, 1. *La Nación*, 10 de dezembro de 1983, p. 17.

<sup>164</sup> O radicalismo se impôs na Capital Federal, Buenos Aires, Entre Ríos, Córdoba, Mendoza, Misiones, Río Negro e Chubut. O justicialismo fez o próprio em Santa Fe, Jujuy, Salta, Tucumán, La Rioja, Catamarca, Santiago del Estero, Formosa, Chaco, La Pampa, San Luis e Santa Cruz. Nas províncias restantes impuseram-se forças locais: em Corrientes obteve a vitória o Pacto Autonomista-Liberal (P.A.L.), em San Juan o Partido Bloquista, e em Neuquén o Movimento Popular Neuquino (M.P.N.). Nesta lista não incluímos a Tierra del Fuego, desde que durante aquele período ainda era território nacional, pelo que não escolhia senadores.

<sup>165</sup> A composição inicial da Câmara de Senadores no período democrático era a seguinte: P.J., 21 bancas; U.C.R., 18; M.P.N., 2; P.A.L., 2; Bloquismo, 2; M.I.D., 1. *La Nación*, 10 de dezembro de 1983, pág. 17. Até a reforma constitucional de 1994 dois senadores eram escolhidos por cada província, enquanto correspondendo o mesmo número ao Capital Federal.

<sup>166</sup> *Clarín*, 31 de outubro de 1983, pp. 2-3.

<sup>167</sup> Sobre o impacto da vitória de Alfonsín e as suas repercussões no contexto imediato do panorama político argentino, ver MORALES SOLA, Joaquín. *Por quién se votó el domingo*. *Clarín*, 1º de novembro de 1983, pp. 12-13.

## **CAPITULO II: DO IMPULSO PARA A PARALISIA (dezembro de 1983 – abril de 1987)**

### **2.1. Os labirintos de uma reforma militar**

Depois de empossado, o governo de Alfonsín tentou tornar efetivas a maioria das medidas que, como parte das suas promessas eleitorais, tinha anunciado na campanha. É por isso que durante os primeiros dez dias de governo foram dados passos decisivos naquele sentido. Por meio dos decretos 157/83 e 158/83 procedeu ao julgamento das primeiras três juntas militares<sup>168</sup> e dos líderes dos agrupamentos da guerrilha<sup>169</sup>. Para levar adiante a investigação que permitisse ao Estado a acumulação de informações e elementos de prova da repressão durante o Processo militar, um outro decreto de Alfonsín criou a Comissão Nacional no Desaparecimento das Pessoas (CONADEP), que seria presidida pelo escritor Ernesto Sábato e integrada por personalidades da cultura, religião e organizações de direitos humanos, além de alguns legisladores. A CONADEP teria um prazo de seis meses, contado a partir do começo das suas atividades para a apresentação de seu relatório; além do que tanto o Estado como as instituições militares e policiais deveriam garantir todos os meios dentro de seu alcance para sua normal operação.

Além dessas decisões, o Poder Executivo impeliu uma série de medidas que colocaram nas suas mãos as fontes do controle formal das FF.AA. Em primeiro lugar, a decisão acordada com o ditador Bignone levou à promulgação de uma lei suprimindo a patente de Chefe Comandante das FF.AA.<sup>170</sup>, ficando aquela posição exclusivamente restrita ao presidente, e constituindo a patente de Chefe de Estado Maior Geral (CEMG) a posição de

---

<sup>168</sup> Estes foram: Jorge Videla, Emilio Massera e Orlando Agosti; Roberto Viola, Armando Lambruschini, Omar Graffigna; Leopoldo Galtieri, Jorge Anaya, Basilio Lami Dozo. Fizemos esta lista discriminando por Junta e por arma (Exército, Armada, Força Aérea). Ernesto López realça uma omissão significativa no julgamento dos militares, comuns ao governo, partidos políticos e organismos de direitos humanos que era o não julgamento de homens de uniforme para o crime de alteração da ordem constitucional com razão de ter levado a cabo um golpe de Estado. LOPEZ, Ernesto. Op.cit., 1988, pp. 102-104.

<sup>169</sup> Os líderes guerrilheiros inculcados foram Mario Firmenich, Fernando Vaca Narvaja, Ricardo Obregón Cano, Rodolfo Galimberti e Roberto Perdía para Montoneros, e Héctor Pardo e Enrique Gorriarán Merlo para o E.R.P

<sup>170</sup> A lei aprovada foi a 23.023/83. LOPEZ, Ernesto. Op. cit., 1994, p. 73.

grau máximo no topo de cada arma. Por outro lado, procedeu-se ao estabelecimento do Ministro de Defesa como o delegado da presidência à frente das FF.AA. O decreto 436/84, de caráter temporário (vigente até a sanção da Lei de Defesa), fez ampla delegação de faculdades ao Ministério de Defesa, como a prerrogativa de fazer compromissos e mudanças do destino de pessoal superior do grau de coronel ou equivalente, exercitar atribuições disciplinares, aposentadorias, baixas obrigatórias, e exercitar funções que os tribunais de honra haviam concedido até então aos extintos Chefes Comandantes<sup>171</sup>. Reforçando esta posição, a produção militar foi inteiramente colocada sob a órbita do Ministério, privando ao Exército o controle da estratégica D.G.F.M que, além disso, constituía uma fonte de financiamento informal a disposição dos homens de uniforme<sup>172</sup>. Por outro lado, foi tirado das mãos dos militares o controle das forças de segurança, como a Guarda Fronteiriça, Prefeitura e Polícia Federal, passando-as à órbita do Ministério do Interior. Desse modo, no prazo de aproximadamente um mês, o governo de Alfonsín tinha redefinido a estrutura formal da defesa e segurança argentinas. A partir daí, começaria o verdadeiro trabalho de reforma das FF.AA.

Para a pasta da Defesa, o presidente Alfonsín tinha designado Raúl Borrás, contradizendo as suas próprias declarações de campanha nas quais mencionara Pugliese como futuro ministro<sup>173</sup>. Borrás era o homem de confiança de Alfonsín dos começos de sua carreira, e tinha sido o chefe político da campanha eleitoral<sup>174</sup>. A intenção de Alfonsín quando o nomeou para esta posição era mostrar que a área de Defesa ficava sob seu controle pessoal exclusivo. Porém, a experiência de Borrás na área para a qual havia sido designado era nula; sua incursão às posições públicas tinha sido como Subsecretário de Agricultura e Gado

---

<sup>171</sup> *Clarín*, 7 de fevereiro de 1984, 7 pág., 7.

<sup>172</sup> Para uma análise mais funda na questão da produção para a defesa, ver TAFANI, Roberto. *Producción para la defensa*. In: DRUETTA, Gustavo A; ESTEVEZ, Eduardo, E.: LOPEZ, Ernesto; MIGUENS, José Enrique (coord). **Defensa y democracia**. Un debate entre civiles y militares. Buenos Aires: Puntosur, 1990, pp. 349-374.

<sup>173</sup> *Clarín*, 12 de setembro de 1983, p. 7.

<sup>174</sup> MORALES SOLA, Joaquín. *Los primeros pasos de Alfonsín*. *Clarín*, 6 de novembro de 1983, pp. 12-13.

durante a presidência de Illia<sup>175</sup>. O time ministerial de Borrás era composto por José Horacio Jaunarena, como Secretário de Defesa; Raúl Tomás, como Subsecretário de Produção para a Defesa; e Emilio Cucchiara, como Subsecretário de Programação e Controle Orçamentário<sup>176</sup>. Jaunarena, jovem advogado da cidade de Pergamino, como o ministro, era o virtual vice-ministro e tinha trabalhado como assessor na área de Defesa durante a campanha eleitoral de Alfonsín<sup>177</sup>.

Na sua fala inaugural, Alfonsín sustentou o seu propósito de dotar as FF.AA. de uma doutrina clara de defesa nacional que eliminasse a D.S.N. De acordo com o Presidente, era o Congresso que fixava a missão básica das FF.AA., provendo organização, armamentos e meios de ação<sup>178</sup>; o Presidente também mostrou como fatores influentes na defesa nacional a educação, a legitimidade do governo, a mobilização de recursos produtivos e o estado alimentar e da saúde da população<sup>179</sup>. Em relação à reforma militar, a idéia central era de uma integração e complementação das três forças em um sistema de ação combinada, com o objetivo de dar respostas apropriadas às hipóteses de conflito previsíveis. O Ministério de Defesa seria responsável por elevar o aproveitamento e uso dos recursos, e realizar uma redução orçamentária para ajudar nas necessidades das outras áreas de governo. Finalmente, Alfonsín sustentou que as idéias básicas da reforma militar eram alcançar “[...] FF.AA. integradas completamente na operação normal das instituições constitucionais, no marco de um Estado moderno, respeitadas e queridas pela cidadania para a qual elas se devem [...]”<sup>180</sup>.

---

<sup>175</sup> *Clarín*, 10 de dezembro de 1983, pág., 8.

<sup>176</sup> *Clarín*, 11 de dezembro de 1983, pág., 9.

<sup>177</sup> Na mesma tinha se recomendado para se conduzir com moderação no relativo à questão das violações para os direitos humanos levada a cabo pelos militares durante o Processo, mas salientando-se que ao contrário do justicialismo que praticamente aceitava a impunidade, o radicalismo prometia justiça. VERBITSKY, Horacio. **Civiles y militares**. Memoria secreta de la transición. Buenos Aires: Contrapunto, 1987, pp. 43-47.

<sup>178</sup> ALFONSIN, Raúl, *Discurso al Congreso*, *Clarín*, Suplemento Especial de 1983, 11 de dezembro de 1983 p. 11. Aqui o líder radical praticamente citava o art. 67, inciso 23 da Constituição. O mesmo sustenta que é atribuição do Congresso “Fixar a força de linhas de terra e de mar, no tempo de paz e de guerra; e formar regulamentos e ordenanças para o governo de ditos exércitos”.

<sup>179</sup> ALFONSIN, Raúl, *Discurso al Congreso*, *Clarín*, Suplemento Especial, 11 de dezembro de 1983, p. 11.

<sup>180</sup> ALFONSIN Raúl, *Discurso al Congreso*, *Clarín*, Suplemento Especial, 11 de dezembro de 1983, p. 12.

A questão dos mandos militares foi resolvida nos primeiros dias de administração. As demoras observadas a respeito deste assunto obedeceram ao fato de se tentar escolher militares que não tivessem ocupado posições importantes no *Proceso* e não houvessem tido chefias em unidades comprometidas com a luta anti-subversiva<sup>181</sup>. Para o cargo de Chefe de Estado Maior Conjunto (CEMC), que o novo governo tinha intenções de potenciar, o escolhido foi o Gal. de Brigada Julio Fernández Torres, que figurava como o vigésimo e sétimo na escala do Exército, e era o titular interino do Primeiro Corpo de Exército<sup>182</sup>. Foi o próprio Alfonsín que se decidiu por este militar, quebrando o caráter rotativo que mostrava essa posição até aquele momento. Fernández Torres era da Arma de Infantaria, comandou uma brigada de pára-quedistas durante a Guerra de Malvinas na qual teve uma exasperada disputa com Galtieri<sup>183</sup>, e era considerado um oficial profissional de raiz liberal. Relativo aos CEMGs, o contra-almirante Ramón Arosa foi designado como titular da Armada; e para a Força Aérea foi designado o Brig. Teodoro Waldner<sup>184</sup>, que compartilhava do mesmo perfil do CEMC. No caso do Exército, a questão era muito mais complexa. Depois de reuniões e ponderações, resolveu-se designar o Gal. de Brigada Jorge E. Arguindegui, cuja indicação significou a aposentadoria de vinte e oito generais desde que Arguindegui ficara situado no trigésimo lugar<sup>185</sup>. Surpreendentemente Arguindegui, da Arma de Cavalaria (que deste modo voltou ao comando do Exército), era o candidato que Luder planejava designar na frente do Exército, se o PJ houvesse triunfado nas eleições de outubro. Ou seja, o governo começou o exercício nesta área delicada com um time imperito e sem homens de confiança entre os militares para a condução das FF.AA.<sup>186</sup>.

---

<sup>181</sup> Isto é consignado por KIRSCHBAUM, Ricardo. *Un general para Alfonsín*, *Clarín*, 24 de novembro de 1983, pp. 14-15.

<sup>182</sup> *Clarín*, 13 de dezembro de 1983, p. 5.

<sup>183</sup> MORALES SOLA, Joaquín. *La ratificación de un compromiso*, *Clarín*, 11 de dezembro de 1983, pág., 12.

<sup>184</sup> *Clarín*, 15 de dezembro de 1983, pp. 2-3.

<sup>185</sup> *Clarín*, 13 de dezembro de 1983, p. 5.

<sup>186</sup> Agravavam esta situação o fato que, quase imediatamente, Fernández Torres se tornou chefe do setor liberal do Exército, e Arguindegui do nacionalista. MORALES SOLA, Joaquín. **Asalto a la ilusión**. Historia secreta del poder en la Argentina desde 1983. Buenos Aires: Planeta, 1990, p. 142.

Não obstante, as conjecturas feitas naquele momento mostrarem uma tendência ao prolongamento da presença dos CEMGs que tivessem agido satisfatoriamente o tempo necessário para preencher os lugares vazios existentes na escala hierárquica. Também foi avaliado que Fernández Torres, no seu caráter de CEMC teria a grande responsabilidade da formulação da nova doutrina orientadora das FF.AA. e a sua conseguinte aplicação. Por último, aguardava-se dos funcionários do ministério da Defesa que amalgamassem as instituições castrenses num marco capaz de assegurar a prioridade de objetivos, evitando as rivalidades interforças que, como na Guerra das Malvinas, tinham feito com que cada força disputasse a sua própria guerra, esterilizando o esforço combinado<sup>187</sup>.

A partir da reestruturação da estrutura hierárquica das FF.AA., excluídos os organismos que hipertrofiavam a sua organização e produziam conflitos internos, o Poder Executivo poderia se dedicar então à questão da reforma militar. O próprio Arguindegui sustentou que a reestruturação consistia em duas ou três mudanças fundamentais para facilitar a condução do Exército, e que em um prazo de seis meses a modernização seria estudada para combinar os encolhimentos orçamentários<sup>188</sup> com a posse de equipes e meios técnicos atuais<sup>189</sup>. Esta imagem de superficialidade parecia ser confirmada quando foi anunciado que a reestruturação seria concluída totalmente durante o curso do ano 1984, no momento em que se fizesse coincidir a máxima patente, a de General de Divisão, com a hierarquia do CEMGE, fazendo desaparecer desse jeito à posição de Tenente General da escala militar. Enquanto se assegurava que no futuro as brigadas seriam comandadas pelos coronéis e se prometia a desativação do IV Corpo do Exército, a Arma esperava do governo um conjunto de pautas para a sua reestruturação, baseado numa nova estratégia apropriada às hipóteses de conflito

---

<sup>187</sup> *Clarín*, 16 de dezembro de 1983, p. 11.

<sup>188</sup> Na questão do orçamento militar, ver LOPEZ, Ernesto. Op. cit., 1990, pp. 322-337, e LOPEZ, Ernesto. Op. cit., 1994, pp. 122-128.

<sup>189</sup> *Clarín*, 29 de dezembro de 1983, p. 4.

que considerassem as autoridades nacionais<sup>190</sup>. Também em declarações à imprensa, o ministro Borrás assegurou que o serviço militar duraria entre noventa e cento e vinte dias<sup>191</sup>. A pirotecnia na fala das mudanças burocráticas parecia esconder a falta de idéias, ou inclusive de vontade para por em prática as reformas necessárias<sup>192</sup>.

Coincidindo com o impulso que se procurava conceder à posição do CEMC, e subsidiariamente com o fato da importância conferida à ação conjunta a partir da experiência das Malvinas, o Gal. Fernández Torres seria o homem que levaria à frente as tarefas tendentes a alcançar a reforma efetiva da maquinaria militar. Teve, neste aspecto, participação destacada do Cel. Heriberto Auel, visto pelos militares como uma sorte de “intelectual” dentro da Arma. O objetivo de Fernández Torres e de Auel era transformar a estrutura demasiadamente expandida e ineficiente do Exército num “cavalinho crioulo muito enérgico... velocidade estratégica e enorme potência de fogo tático, como elementos de reação imediata e treinamento rápido” de acordo com palavras de Auel<sup>193</sup>. A idéia de ambos os militares foi a de reduzir a importância dos corpos do Exército, vigentes na anterior estrutura, para privilegiar a constituição de comandos combinados nos teatros de operações, determinados a partir das hipóteses de conflito e guerra estabelecidas em conjunto com o Poder Executivo e a Chancelaria. Esses teatros de operações seriam constituídos por elementos das três forças - derivando desta integração conjunta- objetivando racionalizar o material e fornecimento, por não duplicar este último e procurar a uma padronização do equipamento das FF.AA. A previsão de hipótese de conflito e guerra foi guiada aos potenciais conflitos com o Chile e no Sul Atlântico, sendo a hipótese de conflito interno descartada por disposição expressa do Poder Executivo.

---

<sup>190</sup> *Clarín*, 30 de dezembro de 1983, p. 8.

<sup>191</sup> *Clarín*, 10 de janeiro de 1984, p. 3.

<sup>192</sup> Conforme ao ponto de vista de Luis Tibiletti, Borrás não tinha interesse em realizar uma reforma das FF.AA., reduzindo-se a sua visão sobre o tópico a assegurar que não fossem mais um fator de poder, e a aplicar procedimentos administrativos para a resolução destas questões. TIBILETTI, Luis. Entrevista com o autor, Buenos Aires, 16 de maio de 2003.

<sup>193</sup> GRECCO, Jorge; GONZALEZ, Gustavo. **Argentina**: el Ejército que tenemos. Buenos Aires: Sudamericana, 1990, p. 112.

Em consonância com essa reorientação, Borrás e Fernández Torres participaram de reuniões diversas durante o curso de 1984 com os diversos mandos militares das três forças. Foi numa dessas reuniões que surgiu o primeiro incidente sério do processo de reforma militar. Na reunião com os chefes da Força Aérea, o Brig. Alberto Simari expressou as suas objeções ao projeto de reforma, e criticou indiretamente as políticas do governo de Alfonsín relativas ao EMC. Simari contestou a reforma guiada pelo Exército, sustentando que a Força Aérea já tinha realizado sua própria adaptação. O projeto de reforma de Fernández Torres, insinuava que as outras forças teriam de voltar novamente a se racionalizar à medida do Exército, acentuando que a condução do EMC deveria ter correspondido à Força Aérea, visto ser o estabelecido no procedimento seguido até aquele momento, além de o desempenho da arma na Guerra das Malvinas a credenciar para levar adiante a reforma militar. Como consequência desse incidente, Alfonsín resolveu sancionar primeiro e então conceder a aposentadoria a Simari, considerando ser o questionamento sobre a composição do EMC inevitavelmente apto a colocar em dúvida a sua autoridade como Chefe Comandante.

O incidente Simari não era, como poderia se presumir, um questionamento político, mas o resultado da não resolução das divergências interforças. Fundamentalmente era um ressaio da Guerra das Malvinas, momento a partir do qual a Força Aérea alcançou a sua maturidade como força e começou a olhar com desconfiança ao Exército (até esse momento hegemônico, embora houvesse mostrado sérias falhas em sua ação). Se a sua resolução drástica se devesse à necessidade de reafirmar a autoridade do Poder Executivo sobre algum mando militar relutante, paradoxalmente a Força Aérea começaria a se aproximar gradualmente da administração radical até acabar se tornando a arma privilegiada pelo Governo. Mas nesta ocasião, Alfonsín e os seus homens de confiança adotaram uma linha

dura para mostrar não serem eles possuídos pela “síndrome Illia”<sup>194</sup>, além de terem o pleno exercício do controle das FF.AA.

Em consonância com o avanço do projeto de reforma, Alfonsín assinou uma Diretiva Nacional Estratégica (DENAC) e uma Diretiva Estratégica Militar de Emergência (DEMILE)<sup>195</sup>, que constituíram uma primeira etapa da sua execução. Porém, esse impulso que se percebia por parte do Executivo para a reforma militar perdeu-se a partir de meados de 1984. Esta diluição obedeceu às dificuldades características das políticas militares (que apontaremos oportunamente), apresentando questões que excederam o marco do meramente militar. Durante a segunda metade daquele ano, era conhecida a proposta papal pela solução do conflito no Canal de Beagle, onde Argentina e Chile rivalizavam, quase culminando na guerra em 1978. Provavelmente a chancelaria, dirigida por Dante Caputo, não tinha visto com bons olhos que em um momento delicado para a política externa -sentido na força das críticas dos setores mais agressivos e reacionários pelo consideravam ser a entrega do patrimônio nacional- um setor do Estado estivesse definindo hipóteses de conflito exatamente com aqueles vizinhos com quem estavam negociando<sup>196</sup>. Na realidade, o ministério das Relações Exteriores nunca enviou a sua visão sobre os potenciais hipóteses de conflito e guerra, preferindo que vigorasse a idéia sobre as “hipóteses de confluência”, tendo o próprio Alfonsín feito declarações aos meios de comunicação nas quais expressava que a Argentina “não tinha hipóteses de guerra”. Isto indubitavelmente produziu nos militares confusões e abandono, o que os levou a adotar uma postura mais enérgica em relação a uma reforma que

---

<sup>194</sup> Com esta denominação aludia-se a uma fraqueza eventual do governo aproveitada pelas diferentes corporações para debilitar e possivelmente derruba-lo. Alfonsín e muitos dos seus funcionários chave como Borrás e o Sec. Gal. da Presidência Germán López, tinham sido funcionários durante aquele governo, e desconfiavam permanentemente das intenções que pudessem abrigar os militares, sindicalistas ou membros da Igreja com respeito ao seu governo. Sobre a leveza da análise que sustentou esta idéia, ver MORALES SOLA, Joaquín. *La sombra de los viejos miedos*, Clarín, 4 de março de 1984, pp. 14-15.

<sup>195</sup> As DENAC e DEMILE examinavam o quadro regional, e estabeleceram como hipóteses de guerra ao conflito com o Chile e do Atlântico Sul. LOPEZ, Ernesto. Op. cit., 1994, p. 80.

<sup>196</sup> Deste modo o governo radical caiu, na opinião de López, num pacifismo formalista que era contra-producente em matéria de Defesa. LOPEZ, Ernesto. Op. cit., 1994, p. 82.

crescentemente se tornou uma auto-reforma, isto é, uma reforma feita pelos próprios militares<sup>197</sup>.

Por outro lado, as dificuldades encontradas pelo Poder Executivo no âmbito da sua política de direitos humanos fazia a sua primeira vítima no campo militar, com a passagem para aposentadoria do Gal. Arguindegui e sua substituição para o Gal. Ricardo Pianta na CEMGE. Essa situação era consequência da popularização do relatório do CONADEP cujo conteúdo havia mostrado, sem lugar para dúvidas, o caráter criminal da repressão realizada pelas FF.AA. durante o *Proceso*, comprovando que os chamados “excessos” não tinham sido tais, mas o resultado de um curso de ação planejado e executado até as suas últimas consequências. Essa difusão coincidiu com a negativa do Conselho Supremo das FF.AA. para julgar aos integrantes das Juntas militares, ao entender que não existia razão nenhuma para lhes processar. Ao compartilhar este ponto de vista, Arguindegui considerou ser o seu dever apresentar a sua renúncia, já que não participava do critério do Presidente, que consistia em passar as atuações à justiça civil, em consonância com o estabelecido pelas modificações do Código de Justiça Militar, votadas pelo Parlamento no mês de janeiro de 1984.

Os riscos de transformar os militares em sujeitos da sua própria reforma foram comprovados na mensagem de Fernández Torres em razão da finalização do ano militar. Neste pronunciamento, fez a crítica a um pacifismo extremo, visto que “a atitude pacífica e integradora não deve significar desarmamento unilateral nem indefensão” porque “a situação mundial faz se aparecer como hesitante uma diplomacia sem a força para apoiá-la” e que “o desarmamento unilateral só favorece a paz si se entender este conceito como uma atitude de capitulação permanente”. Também expressava a crescente deterioração da situação da defesa, sustentando que as políticas de defesa em um contexto de crise econômica exigiam

---

<sup>197</sup> De acordo com Fernández Torres, perante a negligência do governo que demorava em enviá-las, resolveram fazê-las por eles mesmos. Optaram, então, por separar o marco regional do interno, deixando este último para uma elaboração posterior. Previam os militares a reação negativa do Governo perante a simples menção do tópico. GRECCO, Jorge; GONZALEZ, Gustavo. Op. cit., pp. 112-113.

criatividade e pragmatismo para aperfeiçoar recursos existentes e os aumentar apelando a meios não tradicionais. Também acentuou que a necessidade do governo constitucional e o sistema democrático se defenderem das agressões indiretas de natureza subversiva que ameaçaram destruir a identidade do Estado. Este tipo de agressões, conforme expôs, se achava retida entre as hipóteses de guerra achando-se em pleno desenvolvimento por meio de operações psicológicas, reunindo informações e recursos, e que os rumores sobre a presença de integrantes da organização guerrilheira peruana *Sendero Luminoso* no noroeste argentino faziam presumir a aceleração de tal situação. Finalmente, considerava que as FF.AA. deveriam intervir quando fossem ultrapassados os meios de segurança interior, e o seu desempenho seria como instituição estatal no marco constitucional<sup>198</sup>.

Surpreendentemente, ao contrário da crise produzida no caso de Simari, o governo não adotou nenhuma atitude a respeito de Fernández Torres. Talvez a deterioração da saúde do ministro Borrás tenha respaldado a cautela oficial. Porém, esta se evaporou pelo mês de março, quando uma nova crise de mandos militares levou a Fernández Torres à aposentadoria. Inevitavelmente, Borrás tinha chegado à conclusão da necessidade de homens que mantivessem o equilíbrio e não foram eixos de poder dentro das FF.AA.<sup>199</sup>. O seu sucessor na frente do EMC foi o Brig. Teodoro Waldner. Deste modo a crise motivou mudanças nas chefias do Exército e da Força Aérea. Na primeira arma, o Gal. Héctor Ríos Ereñú<sup>200</sup> substituiu a Pianta, enquanto na Força Aérea, o Brig. Jorge Crespo assumiu a posição que Waldner deixou vacante ao passar ao EMC. Nos primeiros passos à frente dos novos destinos, Ríos Ereñú e Waldner confirmaram o propósito militar de continuar com a reestruturação das

---

<sup>198</sup> *Clarín*, 12 de dezembro de 1984, p. 4.

<sup>199</sup> KIRSCHBAUM, Ricardo. *Los factores desencadenantes*, *Clarín*, 7 de março de 1985, p. 16. Uma anedota que circulava para então fazia insinuação a um Borrás bravo que gritava a um grupo de oficiais “você pensam que eu não os quero, e é verdade, não os quero!”, em GRECCO, Jorge; GONZALEZ, Gustavo. Op. cit., pág. 188.

<sup>200</sup> Este general tinha uma relação excelente com homens ligados para o governo, como o secretário de Defesa Jaunarena e Enrique Nosiglia. UGARTE, José Manuel. Entrevista com o autor, Buenos Aires, 16 de maio de 2003.

FF.AA.<sup>201</sup>. Embora ambos os militares ratificassem a necessidade de progredir na coisa relativa ao emprego conjunto de forças, também fizeram destaque à necessidade de ajustar a reforma à situação orçamentária que atravessava a área de Defesa. Ou seja, a diminuição orçamentária sofrida na área ensejava aos homens de uniforme ratificar sua adesão formal à reforma militar, mas impunha, na prática, não cooperar com o seu avanço.

Dois meses depois aconteceu a morte do ministro Borrás<sup>202</sup>, vítima de uma doença que o tinha impedido de agir normal de suas atividades corriqueiras, durante seus últimos seis meses de vida<sup>203</sup>. Apesar dos rumores indicarem que o seu sucessor seria o Secretário de Defesa Jaunarena, Alfonsín decidiu finalmente pelo engenheiro Roque Carranza<sup>204</sup>. As explicações para o seu triunfo aludiam à juventude do secretário (então com quarenta anos), além de justificar sua eleição pelo fato de ser, como Borrás, um homem de confiança extrema do Presidente, tendo a este acompanhado ao longo da sua carreira política. Por outro lado, Alfonsín acreditava na experiência de Carranza nas questões de planejamento, qualificação que o transformou *a priori* no homem indicado para levar a termo os planos de reestruturação militar empreendidos por Borrás<sup>205</sup>. Portanto, a fidelidade era novamente privilegiada sobre a aptidão numa área fundamental da administração de governo.

Os mandos militares expressaram periodicamente sua adesão aos projetos de reforma na área militar. Um dos testemunhos mais curiosos nesta aceitação veio do novo CEMG da Força Aérea. Crespo não só ratificou a subordinação habitualmente prometida ao poder

---

<sup>201</sup> *Clarín*, 7 de março de 1985, p. 3, e 9 de março de 1985, pp. 2-3.

<sup>202</sup> *Clarín*, 26 de maio de 1985, pp. 2-3.

<sup>203</sup> Na opinião de José Manuel Ugarte, com a morte de Borrás morreram as políticas da Defesa do governo. UGARTE, José Manuel. Entrevista com o autor, Buenos Aires, 16 de maio de 2003.

<sup>204</sup> Naqueles dias foram insistentes os rumores sobre uma eventual renúncia de Jaunarena a seu cargo, do que foi dissuadido pelo próprio Alfonsín, que não teria economizado elogios à sua administração na frente da Secretaria de Defesa. *Clarín*, 28 de maio de 1985, p. 5, e VAN DER KOOY, Eduardo. *Dos relaciones difíciles*, *Clarín*, 30 de maio de 1985, p. 17.

<sup>205</sup> *Clarín*, 28 de maio de 1985, p. 6, e VAN DER KOOY, Eduardo. *Dos relaciones difíciles*, *Clarín*, 30 de maio de 1985, p. 17. Para Luis Tibiletti, ao contrário de Borrás, Carranza teve um projeto claro de reforma na área militar. TIBILETTI, Luis. Entrevista com o autor, Buenos Aires, 16 de maio de 2003. Porém, para José Manuel Ugarte, a ação de Carranza na pasta foi medíocre. UGARTE, José Manuel. Entrevista com o autor, Buenos Aires, 16 de maio de 2003.

político como fez profissão de fé ao caráter dissuasório das FF.AA. e à necessidade da coordenação interforças, mas considerou a necessidade de dar soluções aos problemas que impediram o desenvolvimento da indústria aeronáutica, contemplando o apoio de capital privado<sup>206</sup>. Se esta idéia apareceu como uma novidade de magnitude pelo interesse dos militares na preservação do controle das indústrias de defesa, a insinuação de Crespo escondeu uma pergunta mais profunda. Nesses momentos, a Força Aérea estava desenvolvendo as primeiras fases do projétil que seria conhecido como Condor II, para o que precisava do indispensável apoio de capital privado estrangeiro. A história do desenvolvimento do Condor II mostraria com rudeza as potencialidades e limitações das indústrias armamentistas dos países periféricos em relação à produção de material de tecnologia avançada<sup>207</sup>.

Por outro lado, o Poder Executivo, por falta do instrumento legal correspondente, procurou para especificar *per se* os modos de uso das FF.AA. Em setembro de 1985, deu uma diretiva<sup>208</sup> estabelecendo o papel fundamental das forças de segurança na luta contra o terrorismo, restringindo às FF.AA. agir no marco previsto pelos artigos 23 e 86 da Constituição. O objetivo desta diretiva era oferecer respaldo à condução militar de forma que integrasse as suas próprias políticas no marco da concepção de defesa dado pelo poder político<sup>209</sup>. Também foi tentado homogeneizar as políticas de pessoal das três forças, salientando o caráter conjunto do planejamento e das operações de combate. Também se estabeleceu que o trabalho da inteligência militar era o de obter conhecimento do potencial dos eventuais agressores externos e seguir o desenvolvimento científico na área dos países mais evoluídos. No concernente à logística, deveria se apontar uma racionalização

---

<sup>206</sup> *Clarín*, 11 de agosto de 1985, p. 5.

<sup>207</sup> Dois livros que podem ser relacionados quanto ao projeto Cóndor II são os de BARCELONA, Eduardo; VILLALONGA, Julio. **Relaciones carnales**. La verdadera historia de la construcción y destrucción del misil Cóndor II. Buenos Aires: Planeta, 1992, e o de SANTORO, Daniel. **Venta de armas, hombres de Menem**. La investigación periodística que reveló el escándalo del tráfico a Ecuador y Croacia. Buenos Aires: Planeta, 2001.

<sup>208</sup> *Clarín*, 12 de setembro de 1985, p. 5.

<sup>209</sup> Para José Manuel Ugarte, estas diretivas confiaram, na realidade, na reestruturação das FF.AA para as próprias forças. UGARTE, José Manuel. Entrevista com o autor, Buenos Aires, 16 de maio de 2003.

permanente, normalizando e unificando os sistemas de armas das diferentes forças. Isto se devia à combinação da situação econômica atravessada pelo país com uma transformação tecnológica rápida que redundou em altos custos de equipamento e formação de pessoal. Por outro lado, o decreto 1845/85 do Poder Executivo especificou as funções do EMC (especialmente no relativo a temas de natureza jurídica no marco do Código de Justiça Militar) e questões orçamentárias e de pessoal civil<sup>210</sup>. Essas diretivas convergiram na direção que o ministro Carranza tentava dar às FF.AA. Para ele a defesa consistia na combinação de política, economia e FF.AA.<sup>211</sup>, tornando-se necessária uma racionalização profunda na primeira fase e considerando a ênfase na ação conjunta como uma racionalização de material e recursos humanos<sup>212</sup>.

Infelizmente, a fatalidade complicaria a administração radical novamente na área de defesa, com a morte do ministro Carranza<sup>213</sup>. Para lhe substituir, Alfonsín adotou o mesmo modelo de confiança absoluta que tinha usado na seleção dos dois ministros prévios, designando como novo ministro Germán López<sup>214</sup>. A eleição não poderia ter sido mais infeliz; López era um dos funcionários mais afetados pela “síndrome Illia”, receoso ao extremo das corporações<sup>215</sup> e absolutamente inflexível e incapaz de levar adiante negociações. Paralelamente, isto trouxe momentos difíceis para o secretário Jaunarena, descartado pelas mesmas razões que tinham o impedido a ser o substituto de Borrás. Embora foi ratificado na sua posição, o novo adiamento o conduziu a uma tentativa de renúncia da qual desistiu ante o pedido do próprio Alfonsín e do importante líder da *Coordinadora* da Capital Federal Enrique Coti Nosiglia<sup>216</sup>.

---

<sup>210</sup> *Clarín*, 25 de setembro de 1985, p. 12.

<sup>211</sup> *Clarín*, 12 de outubro de 1985, p. 9.

<sup>212</sup> *Clarín*, 3 de dezembro de 1985, p. 10.

<sup>213</sup> Morreu de uma parada cardíaca quando tomava um banho no natatório da residência militar de Campo de Mayo. *Clarín*, 9 de fevereiro de 1986, p. 4.

<sup>214</sup> *Clarín*, 12 de fevereiro de 1986, pp. 2-3.

<sup>215</sup> CARDOSO, Oscar R. *Un hombre de confianza*, *Clarín*, 12 de fevereiro de 1986, p. 4.

<sup>216</sup> CARDOSO, Oscar R. *Nuevos rostros en el poder*, *Clarín*, 13 de fevereiro de 1986, p. 15; CARDOSO, Oscar R. *El perfil del elegido*, *Clarín*, 3 de junho de 1986, p. 2. A Junta Coordinadora Nacional era uma corrente

Não obstante, a administração de López à frente do ministério foi breve e infeliz. Uma série de erros próprios misturadas com questões internas do radicalismo o levaram a apresentar a renúncia em condições que desencadearam o primeiro grande escândalo do governo de Alfonsín relacionado aos seus funcionários<sup>217</sup>. O seu escolhido foi o tanto tempo adiado Jaunarena<sup>218</sup>, o que nos leva a delinear o perfil deste homem que seria fundamental para as políticas de defesa dos governos democráticos sucessivos<sup>219</sup>. O novo ministro era um cultor do baixo perfil, simpático à simples idéia de que se ele não estivesse nas edições do dia dos jornais era porque as coisas marchavam razoavelmente bem<sup>220</sup>. Por outro lado, seu passo como secretário de Defesa tinha lhe permitido o diálogo freqüente com os mandos militares<sup>221</sup> ganhando a confiança destes<sup>222</sup> ao mesmo tempo em que o ressentimento de muitos líderes civis<sup>223</sup>.

---

interna do radicalismo. Integrada na sua maioria pelos setores juvenis do partido, combinava uma fala ligeiramente esquerdista com uma prática política pragmática. Entre os seus líderes principais, além de Nosiglia, figuravam os deputados nacionais Luis Cáceres, Federico Storani e Marcelo Stubrin que tinham contatos assíduos com o Presidente. Para a análise da Coordenadora, ver ALTAMIRANO, Carlos. *La Coordinadora. Elementos para una interpretación*. In: NUN, José; PORTANTIERO, Juan Carlos (comp.), **Ensayos sobre la transición democrática en la Argentina**. Buenos Aires: Puntosur, 1987, pp. 295-332.

<sup>217</sup> *Clarín*, 3 de junho de 1986, pp. 2-3; *Clarín*, 4 de junho de 1986, p. 3. De acordo com Luis Tibiletti, teria influenciado também o esboço político implementado pelos radicais que tinha levado a inoperância ao ministério, e que levou o ministro renunciante a afirmar que “este não é um ministério, é um monte de burocratas que assinam documentos que enviam os militares.” TIBILETTI, Luis, entrevista com o autor, Buenos Aires, 16 de maio de 2003.

<sup>218</sup> *Clarín*, 3 de junho de 1986, pp. 2-3.

<sup>219</sup> Jaunarena voltou ao Ministério de Defesa durante o governo de De la Rúa no mês de fevereiro de 2001. Posteriormente à queda do presidente em dezembro do mesmo ano, foi o único dos seus ministros ratificados pelos sucessivos presidentes peronistas, Adolfo Rodríguez Súa e Eduardo Duhalde, permanecendo na posição até a posse de mando do atual presidente Néstor Kirchner.

<sup>220</sup> CARDOSO, Oscar R. *El perfil del elegido*, *Clarín*, 3 de junho de 1986, p. 2. Uma avaliação diferente de Jaunarena foi realizada por José Manuel Ugarte na entrevista que nos concedeu. Na sua opinião, o ministro possuía uma habilidade extraordinária para a manobra política, e uma falta total de idéias e hostilidade para quem as tinha. De acordo com nosso entrevistado, também, possuía uma proverbial ignorância em matéria de defesa. As conseqüências da habilidade que Jaunarena exibía para a manobra foram agravadas pelo fato de não acreditar na política como uma construção. Para o ministro, as políticas de defesa consistiram em estabelecer relações boas com os CEMs, e negociar para manter a situação em calma, até mesmo ao preço de ter que fazer concessões. UGARTE, José Manuel. Entrevista com o autor, Buenos Aires, 16 de maio de 2003.

<sup>221</sup> *Clarín*, 12 de fevereiro de 1986, pp. 2-3.

<sup>222</sup> Inclusive, depois da morte de Carranza, os militares consideraram que Alfonsín não podia ter outro candidato que não fosse Jaunarena. CARDOSO, Oscar R. *El perfil del elegido*, *Clarín*, 3 de junho de 1986, p. 2.

<sup>223</sup> Freqüentemente comentava-se que alguém com relações tão boas com generais, almirantes e brigadeiros não era o mais capaz de se encarregar da política militar do governo. CARDOSO, Oscar R. *El perfil del elegido*, *Clarín*, 3 de junho de 1986, p. 2.

A eleição de Jaunarena como ministro obedeceu a uma mudança estratégica significativa do governo de Alfonsín. Perdido o impulso inicial com que tinha se dedicado às tarefas de governo perante os sucessivos fracassos e dilações, e em face à inabilidade mostrada pelos seus homens de confiança, o Presidente optou até mesmo por homens que garantissem um diálogo fluente com aqueles setores percebidos como frentes de potencial tempestade<sup>224</sup>, mas ao preço de abandonar toda pretensão de reforma. Naquele senso, as primeiras palavras de Jaunarena -ministro que expressava a sua confiança nas cúpulas militares<sup>225</sup>- mostravam com clareza a intenção de exhibir um perfil moderado na frente dos homens de uniforme.

A reforma militar como um esforço global perdeu o seu impulso a partir da posse de Jaunarena<sup>226</sup>. Porém, durante o mesmo ano foi feita a primeira experiência de manobras conjuntas, com um exercício de desembarque na Ilha Denis, situada trinta quilômetros ao sul da cidade de La Paz, na Província de Entre Ríos. Numa área que mantinha semelhanças topográficas com a terra das Malvinas, tropas e artilharia do Exército, navios e infantaria de marinha da Armada e aviões da Força Aérea realizaram durante três dias exercícios a fim de conferir a aptidão operativa das unidades e avaliar o seu desempenho numa ação deste tipo, com a presença do ministro e dos CEMGs<sup>227</sup>. Por outro lado, uma crise com a Grã-Bretanha na área das Ilhas Malvinas levou o presidente à promulgação de um decreto pelo qual procedeu à criação do Comitê Militar. O mesmo, forjado dentro das previsões da Lei futura de

---

<sup>224</sup> Deste modo, depois do fracasso do seu amigo Bernardo Grinspun no Ministério de Economia, Alfonsín designou ao Juan Vital Sourrouille, um técnico sem filiação partidária que projetou o Plano Austral e continuou na sua posição praticamente durante todo o seu governo. No crucial Ministério do Trabalho, depois da falha de Antonio Mucci que tinha tido o forte apoio de Germán López, foi designado Juan Manuel Casella para negociar com os sindicatos. Esta estratégia conciliatória chegaria a ponto de designar, em março de 1987 ao sindicalista Juan Carlos Alderete como ministro, proposto pelo setor sindical de “os 15” que representava aos setores mais ortodoxos no peronismo sindical. Para uma visão mais profunda destas mutações ver MORALES SOLA, Joaquín. Op cit, 1990. Conforme José Manuel Ugarte, esta mudança de orientação política tendente a negociar com as corporações, devia-se à influência que Nosiglia exercitava e que foi compartilhada por Alfonsín. UGARTE, José Manuel. Entrevista com o autor, Buenos Aires, 16 de maio de 2003.

<sup>225</sup> *Clarín*, 4 de junho de 1986, p. 2.

<sup>226</sup> De acordo com Ugarte, Jaunarena não quis entrar na questão da reestruturação por considerá-la muito arriscada em termos políticos. UGARTE, José Manuel. Entrevista com o autor, Buenos Aires, 16 de maio de 2003.

<sup>227</sup> *Clarín*, 1º de outubro de 1986, p. 14.

Defesa, foi constituído para assessorar Alfonsín nas questões militares, e era integrado pelo Ministro da Defesa, pelo CEMC e pelos CEMGs<sup>228</sup>. Por outro lado, durante o curso de 1986, começou a se pôr em prática o Sistema de Planejamento, Programação e Orçamentação, projetado por Adalberto Rodríguez Giavarini, Secretário de Estado de Planejamento Técnico do Ministério de Defesa. O S3P (como o órgão era habitualmente conhecido pelas suas siglas no espanhol), permitiu uma melhor racionalização da despesa que foi traduzida em uma melhoria da capacidade operativa das FF.AA., sendo isto reconhecido pelos próprios homens de uniforme<sup>229</sup>.

Os CEMGs do Exército e a Força Aérea continuavam trabalhando nos projetos de reforma. Ríos Ereñú projetava uma modernização da força que compreendia duas fases: uma de racionalização –tendente a aperfeiçoar a capacidade operacional com o ajustado orçamento, com continuidade em 1987; outra de reestruturação -com o objetivo de conceber e começar a materialização da nova força terrestre que deveria ser concluída antes de 1989, mas cujas projeções apontaram à primeira década do século de XXI<sup>230</sup>. Da mesma maneira o Brig. Crespo informava ao ministro sobre a reestruturação da sua força pelo projeto denominado de PERFA 2000. Este plano apontava para uma modificação integral da Arma, pela recolocação das unidades do ar e fundamentalmente, para a transformação da indústria aeronáutica. Projetava-se transformar a Fábrica Militar de Aviãoes pela participação de subsidiárias fornecedoras de partes na ordem nacional, por meio de acordos com a EMBRAER do Brasil e Selenia da Itália -este último para elementos de manutenção e desenvolvimento eletrônico de radares e aviônica. Deste modo, os aviadores tentaram esconder a ligação da companhia

---

<sup>228</sup> *Clarín*, 31 de outubro de 1986, p. 5.

<sup>229</sup> LOPEZ, Ernesto. Op. cit., 1994, p. 127. O próprio secretário levou a cabo uma explicação da operação do S3P, em RODRIGUEZ GIAVARINI, Adalberto. *Planeamiento de defensa, fuerzas armadas y recursos económicos*. In: DRUETTA, Gustavo A.; ESTEVEZ, Eduardo E., LOPEZ, Ernesto; MIGUENS, José Enrique. Op. Cit., 1990, pp. 143-157.

<sup>230</sup> *Clarín*, 22 de novembro de 1986, p. 12.

peninsular no projeto Cóndor II, com que procuraram estabelecer uma superioridade estratégica e tecnológica clara na região e na especialidade<sup>231</sup>.

Porém, a reforma militar acontecia mais nos escritórios e nas declarações para a imprensa que na prática<sup>232</sup>. Na realidade, depois do fracasso de Fernández Torres e sua intenção de reforma a partir do EMC, cada força delineou sua própria reforma. Na intenção de coordenar esse aspecto com as outras, e na ênfase na ação conjunta e na homogeneização de equipes estava o tributo que pagaram sua autonomia na condução da questão. Mesmo assim, Jaunarena pôde ser otimista ao término de 1986, quando vislumbrou brevemente fases novas no processo de reforma a partir da lei de extinção de causas<sup>233</sup>. Sem admitir expressamente, estava reconhecendo que o impedimento principal para a reforma militar era, além das divergências interforças e do problema orçamentário, de natureza essencialmente política. O fervedouro que eram as instituições militares pelos conflitos abertos em relação às seqüelas da guerra suja era o grande obstáculo a qualquer tentativa de reforma. Se o ministro esperasse que a popularmente chamada “Lei do Ponto Final” outorgasse às FF.AA. a tranqüilidade necessária para se dedicar plenamente a esta tarefa, os eventos que aconteceriam a partir de abril de 1987 não só deixariam na lembrança esta pretensão, mas colocariam o próprio governo de Alfonsín numa briga pela sua sobrevivência.

## **2.2. A Lei de Defesa Nacional e os seus meandros**

Ao se produzir à posse presidencial de Alfonsín, a defesa nacional estava regida pela lei 16.970. Esta lei tinha sido promulgada durante a ditadura de Onganía, constituindo a primeira classificação legal com que a Argentina tinha contado para assuntos desta natureza. A mesma era na realidade a consagração legal da D.S.N.; era praticamente um compromisso

---

<sup>231</sup> *Clarín*, 15 de março de 1987, p. 12.

<sup>232</sup> Fontana destaca que esta circunstância atentava contra os avanços no controle civil das FF.AA.. FONTANA, Andrés. *Op. cit.*, 1987, p. 132.

<sup>233</sup> *Clarín*, 21 de dezembro de 1986, pp. 4-5.

de honra para as forças políticas democráticas a sua substituição por um instrumento legal acorde com a nova fase que se tentava percorrer. Esta consagração mencionada ficava patente a partir da leitura de dois artigos da lei:

**Art. 2.** A segurança nacional é a situação na qual os interesses vitais da Nação acham-se a coberto de interferências e perturbações significativas.

**Art. 3.** A defesa nacional entende o grupo de medidas que o Estado adota para alcançar a segurança nacional<sup>234</sup>.

Brevemente, a lei 16.970 continha nos seus sete títulos e cinquenta e nove artigos, princípios gerais (título I, arts. 1 aos 6); estabelecia o Sistema Nacional de Planejamento e Ação para a Segurança (título II, arts. 7 e 8); a estrutura e regime funcional da defesa nacional (título III, arts. 9 ao 27); conformado pelo Conselho Nacional de Segurança, o Comitê Militar e a Central Nacional de Inteligência, a operação do Sistema Nacional de Planejamento e Ação para a Segurança (título IV, arts. 28 ao 32); jurisdição nacional e requisições (título V, arts. 33 ao 43); emprego de pessoal e recursos (título VI, arts. 44 ao 54); e disposições transitórias (título VII, arts. 55 ao 59)<sup>235</sup>. Como se pode apreciar, esta lei buscava abranger no seu seio o espectro inteiro da defesa e segurança, uma mescla que alterava e tornava, na realidade, ineficientes os instrumentos propostos. Isto fez com que, além das motivações ideológicas passíveis de serem abrigadas pelas novas autoridades democráticas como a sua substituição por um novo instrumento legal, mostrava-se necessário um grupo de leis que, a partir da Lei de Defesa Nacional como *lei mãe*, regulassem o sistema inteiro das instituições militares, de segurança e inteligência.

Em relação à Lei de Defesa Nacional, os primeiros rumores apontaram que um Conselho Nacional de Defesa seria implementado, presidido pelo Presidente e integrado pelos membros do gabinete nacional e o Secretário Geral da Presidência, correspondendo ao mesmo

---

<sup>234</sup> GARCIA, Alicia S. Op. cit., 1991, p. 85.

<sup>235</sup> Idem, ibidem, pp. 85-97.

o estabelecimento das hipóteses de conflito, baseado nas quais o CEMC ordenaria aos comandos das diferentes forças medidas de execução a este respeito<sup>236</sup>. Considerava-se que poderiam as propostas ser enviadas ao Congresso para tratamento nas sessões ordinárias de 1984<sup>237</sup> e, a partir do seu debate e aprovação, poderia ser aprovada uma série de leis complementares, como as do Sistema de Planejamento Nacional, de administração civil para a Defesa, de Mobilização, de Serviço Militar Obrigatório e de Pessoal Militar<sup>238</sup>.

Não obstante, o primeiro projeto de Lei de Defesa Nacional foi apresentado pela bancada justicialista no mês de maio de 1984<sup>239</sup>. Nos seus considerandos era expresso que a Lei 16.970 tinha sido elaborada por um regime *de facto* e não contemplava a inclusão das instituições da Constituição Nacional no sistema estabelecido por ela, que confundia Defesa Nacional com segurança de acordo com os postulados da D.S.N., além da necessidade de substituir isto por um conteúdo doutrinal, orgânico e funcional novo. Disto dependia a sorte dos governos democráticos, tanto como a possibilidade de união do povo argentino<sup>240</sup>. Também, foi criticado o governo radical por manter uma lei que era contraditória com algumas dos ordenamentos institucionais impostos de fato na área de defesa<sup>241</sup>. Também era sustentado que a defesa da Nação era uma questão essencialmente política e secundariamente militar, sendo incluído o Povo da Nação como ator principal nesses assuntos<sup>242</sup>. Por outro lado, a subordinação das FF.AA à autoridade civil era salientada, facilitando a execução do fim para o qual foram criadas, isto é, a defesa da Nação perante a agressão externa<sup>243</sup>. Nos

---

<sup>236</sup> GARASINO, Luis. *Los cambios castrenses*, Clarín, 6 de janeiro de 1984, p. 4.

<sup>237</sup> Uma análise da atividade do Congresso durante a presidência de Alfonsín está no livro de DE RIZ, Liliana. **Radicales y Peronistas**. El Congreso Nacional entre 1983 y 1989. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1994. No caso específico da Comissão de Defesa, ver DRUETTA, Gustavo. *Diputados y defensa. Radiografía de un poder tenue*. In: DRUETTA, Gustavo A; ESTEVEZ, Eduardo E.; LOPEZ, Ernesto; MIGUENS, José E. Op. cit., pp. 196-243, UGARTE, José Manuel. *La Comisión de Defensa Nacional: un rol casi inédito*. In: DRUETTA, Gustavo A; ESTEVEZ, Eduardo E.; LOPEZ, Ernesto; MIGUENS, José E. Op. cit., pp. 244-251.

<sup>238</sup> GARASINO, Luis. *La reforma militar*, Clarín, 11 de março de 1984, p. 6.

<sup>239</sup> Clarín, 26 de maio de 1984, p. 8.

<sup>240</sup> ORIETA, Ramón. **Reforma militar para la defensa nacional**. Buenos Aires, Pequén, 1984, pp. 136-137.

<sup>241</sup> Idem, ibidem, p. 137.

<sup>242</sup> Idem, ibidem, p. 138.

<sup>243</sup> Idem, ibidem, p. 139.

seus artigos, procurava-se o propósito de estabelecer um Sistema de Defesa Nacional (art. 1). Para este fim a lei diferenciava defesa nacional –sendo esta o emprego das FF.AA requerido e dirigido contra o inimigo externo (art. 2)- de segurança nacional –em cujo âmbito participavam o governo, o Estado e as organizações de participação cívica para a proteção dos interesses vitais da Nação (art. 4). Estabelecia-se com clareza a sua incompatibilidade com os postulados da D.S.N. (art. 5). No art. 8, eram determinados os propósitos do Sistema, ao mesmo tempo em que no art. 9 se procedia à determinação dos seus componentes, incluindo aos três poderes, às FF.AA. e à cidadania da nação. No art. 11, procedia-se à criação do Conselho de Defesa Nacional, integrado pelo Presidente e seus ministros. Talvez a novidade mais importante do projeto consistisse na criação do Estado Maior Geral da Defesa, sob a direção do Secretário de Estado desta pasta, integrado pelos Segundos Chefes de Estado Maior Geral do Exército, Marina e Aeronáutica, e do qual o EMC também dependia (arts. 17 e 18), que centralizaria a inteligência das FF.AA num organismo de inteligência conjunto (art.26).

O propósito procurado pelo justicialismo quando introduziu esse projeto na Câmara de Deputados não era tanto alcançar a sua aprovação, mas ter um elemento que propiciasse a negociação com o oficialismo de uma lei consensuada<sup>244</sup>. Na realidade, em uma reunião realizada pelo presidente da Comissão de Defesa da Câmara de Deputados, o radical Balbino Zubiri, com Fernández Torres e a Comissão, estabeleceram-se os três eixos que percorreria a futura lei: o abandono da D.S.N., a subordinação das FF.AA. ao Primeiro Mandatário, e a ênfase na ação conjunta e coordenada<sup>245</sup>. Em outra reunião, mantida com os integrantes das Comissões de Defesa de Deputados e Senado, o Secretário Jaunarena aumentou estas fundamentações, enfatizando seu caráter contrário à D.S.N., e a sua opinião favorável ao uso

---

<sup>244</sup> Para Luis Tibiletti, o radicalismo não teve interesse em enviar projeto nenhum sobre o assunto para o Congresso, devendo reagir perante a ação do P.J. TIBILETTI Luis. Entrevista com o autor. Buenos Aires, 16 de maio de 2003.

<sup>245</sup> *Clarín*, 27 de junho de 1984, p. 4.

exclusivo das FF.AA. para a defesa externa, e à concentração de decisões no poder político, especialmente as referentes a uma eventual guerra<sup>246</sup>.

Em 17 de abril de 1985<sup>247</sup>, com as assinaturas de Alfonsín e Borrás<sup>248</sup>, o projeto oficial de Lei de Defesa foi enviado à Câmara de Deputados<sup>249</sup>. Na mensagem que o acompanhou, o Presidente fez uma série de considerações, justificando o projeto enviado. Partia da premissa de que a defesa era um componente mais das políticas nacionais, influenciada pelo funcionamento de todas as áreas de governo, a este correspondendo o planejamento para antecipar ou prevenir potenciais conflitos. As FF.AA. não deveriam ser consideradas, então, como o pivô ao redor do qual girava a defesa nacional<sup>250</sup>. Também expressava que a lei 16.970 tinha consagrado a D.S.N. pela instituição do Sistema Nacional de Planejamento e Ação para a Segurança, sistema concebido para apoiar a ação de um governo autoritário que definira para si mesmo quais eram os interesses vitais da nação<sup>251</sup>. Também foi tentado respeitar a separação de poderes, deixando ao Congresso a discussão das decisões próprias da sua natureza, reservando para o Poder Executivo a condução dos órgãos e instituições componentes do sistema<sup>252</sup>. Também foram expressos lineamentos na reforma das FF.AA., salientando-se a racionalização administrativa, a hierarquização do EMC, e a execução do objetivo fundamental de defesa frente à agressão externa devendo subordinar-se claramente à autoridade civil<sup>253</sup>. O projeto apresentado pelo Poder Executivo era muito mais institucionalista que o seu semelhante apresentado pelo justicialismo. Não se faziam referências à D.S.N. nem ao conceito de segurança nacional, sendo simplesmente expresso o conceito do que se entendia como defesa nacional (art. 2). Foram caracterizadas as FF.AA.

---

<sup>246</sup> *Clarín*, 15 de dezembro de 1984, p. 2.

<sup>247</sup> *Clarín*, 19 de abril de 1985, p. 8.

<sup>248</sup> De acordo com Luis Tibiletti, este projeto tinha sido levado adiante na realidade pelo EMC. TIBILETTI, Luis. Entrevista com o autor. Buenos Aires, 16 de maio de 2003.

<sup>249</sup> A parte doutrinal do projeto foi escrita pelo conselheiro parlamentar José Manuel Ugarte. UGARTE, José Manuel. Entrevista com o autor. Buenos Aires, 16 de maio de 2003.

<sup>250</sup> In: MONETA, Carlos J.; LOPEZ, Ernesto; ROMERO, Aníbal. Op. cit. , p. 175.

<sup>251</sup> Idem, ibidem, p. 176.

<sup>252</sup> Idem, ibidem, p. 176.

<sup>253</sup> Idem, ibidem, p. 178.

como o instrumento militar da defesa nacional, sujeitas a direito nos seus procedimentos, e compostas pelo Exército, a Armada e a Força Aérea (arts. 13 e 14). Dois organismos estabeleciam-se para o direcionamento do esforço de guerra: o gabinete de defesa nacional (arts. 4 ao 6), e o comitê militar (arts. 8 e 9), integrados pelos membros do Gabinete mais ligados às questões de defesa no caso do primeiro, e o segundo pelo ministro da área e os mandos militares. Também foram especificadas a natureza e funções do EMC (arts. 10 ao 12).

As críticas da oposição não esperaram o debate na Câmara. O Deputado Alberto Melón, do justicialismo, anunciou que o seu partido rejeitaria a lei em geral e em particular. As suas objeções foram centradas no fato de a lei não contemplar hipóteses de conflito interno, que seria feito com a indústria de armamento, e a falta de participação legislativa e de consulta para as cúpulas militares na realização do projeto, ao mesmo tempo em que apoiava a criação de uma Central Nacional de Inteligência<sup>254</sup>. As objeções de Melón prenunciavam os argumentos que seriam usados pelos oponentes da lei quando de seu debate no Parlamento. Na discussão realizada pelas Comissões de Defesa Nacional e de Assuntos Constitucionais foi aprovado através de maioria o projeto<sup>255</sup>. Não obstante, registrou-se um severo questionamento por parte do deputado justicialista Luis Sobrino Aranda. Este legislador guarnecia-se dos mesmos argumentos que tinha usado Melón, além de acusar o projeto de uma marcada tomada de posição civilista<sup>256</sup>. Apesar da dureza exibida pelos legisladores, confiava-se que a lei seria aprovada no plenário dos deputados, pelas notórias diferenças existentes entre os setores do justicialismo<sup>257</sup> que apoiavam Sobrino Aranda e os que

---

<sup>254</sup> *Clarín*, 25 de junho de 1985, p. 13.

<sup>255</sup> O projeto aprovado pelas comissões foi escrito por José Manuel Ugarte. UGARTE, José Manuel. Entrevista com o autor. Buenos Aires, 16 de maio de 2003.

<sup>256</sup> *Clarín*, 26 de julho de 1985, pp. 6.

<sup>257</sup> As diferenças crescentes entre os setores internos diferentes do justicialismo, aumentaram pela derrota eleitoral, levando à ruptura do partido ao término de 1984. Como resultado desta surgiu uma nova corrente, a *Renovação*, que buscou a reorganização do partido nas bases do irrestrito respeito à ordem constitucional, à democracia interna e à prevalência da liderança política por sobre os homens de extração sindical. A primeira renovação teria como líderes Antonio Cafiero, Carlos Grosso e Carlos Menem, e com as presenças destacadas do líder cordobés José Manuel de la Sota, e os deputados José Luis Manzano e José Octavio Bordón. Para uma análise da Renovação ver MORALES SOLA, Joaquín. Op. cit, 1990.

apoiaram ao legislador mendocino José Luis Manzano<sup>258</sup>. Isto levou à divisão do bloco peronista, sendo que Sobrino Aranda, junto com os deputados Héctor Basualdo e Mario Gurioli apresentariam no recinto um projeto próprio, incorporando como hipótese de conflito interno a luta contra a subversão, o que foi subestimado pelos deputados José Octavio Bordón e Miguel Unamuno<sup>259</sup>. Observando os restantes partidos, a posição mais definitiva na rejeição da iniciativa oficial veio da UCeDé, agrupação que não apoiava o projeto por achar que o mesmo respondia a preconceitos ideológicos<sup>260</sup>.

Desse modo, o debate da lei na Câmara dos Deputados não podia senão ser áspero. Zubiri, o primeiro expositor, ratificou os três pontos fundamentais do ditame oficial, isto é a subordinação do poder militar ao poder político, a revogação da D.S.N., e o estabelecimento da ação conjunta das FF.AA. Relativamente às hipóteses de conflito interno mostrou a sua não conveniência, visto que desnaturalizavam as FF.AA. e que com sessenta mil homens na Guarda Fronteira e na Polícia Federal a segurança interna estava garantida. Logo, o justicialista Antônio Cavallaro criticou o projeto por considerá-lo de raiz liberal e elitista, ao excluir às organizações intermediárias e ao Congresso do debate nos assuntos de defesa. Para Gurioli, por outro lado, não estava justificada a urgência no tratamento do projeto a menos que existissem interesses políticos subordinados, ao mesmo tempo em que apresentava um projeto alternativo que incluiu hipóteses de conflito subversivo interno. O Deputado Marcelo, Arabolaza, do P.I., avançou o voto afirmativo da sua bancada, expressando algumas críticas ao projeto de natureza técnico-jurídica. Para o ucedeísta Juan José Manny, o argumento ideológico era instrumento da segurança e anunciava o voto negativo de sua bancada, enquanto o democrata cristão Augusto Conte aderiu ao projeto apesar de ter se mostrado

---

<sup>258</sup> *Clarín*, 5 de agosto de 1985, p. 8.

<sup>259</sup> Para Pablo Martínez, as discordâncias no seio do peronismo relativas à questão militar contribuíram para aparecimento da Renovação, somadas ao impacto que tinha causado a derrota eleitoral no ano de 1983 e a revisão de metodologias internas que freqüentemente foram associadas ao uso da violência. MARTINEZ, Pablo. Entrevista com o autor. Buenos Aires, 14 de maio de 2003.

<sup>260</sup> *Clarín*, 14 de agosto de 1985, p. 9.

insatisfeito com as suas ambigüidades. Depois destas exposições passou-se a um intervalo de uma semana<sup>261</sup>.

O tempo de interrupção da sessão foi bastante tempestuoso; no dia prévio à sua retomada, os peronistas renovadores através de Manzano anunciaram a rejeição em geral do projeto, para uma análise posterior junto à iniciativa alternativa apresentada pela bancada do P.J. em 1984. O problema desse setor se devia à sua ambivalência em relação ao projeto radical; embora Manzano realçasse que compartilharam com os radicais a necessidade de banir a D.S.N., consideravam que a doutrina ainda vigorava através de ações e dos serviços de inteligência. Consideraram que a criação da Central Nacional de Inteligência pleiteada pelo oficialismo não era necessária, porque concentrariam num único organismo a inteligência interior e externa, enquanto se salientando deveria o Estado empreender seu próprio trabalho de inteligência<sup>262</sup>. Apesar da sua juventude, já que naquele momento contava com apenas trinta anos, Manzano mostrou habilidade política ao forçar Zubiri a uma negociação *in extremis* para aproximar posições e, desse modo, alcançar a meia-sanção do projeto de lei<sup>263</sup>. Por outro lado, o secretário da Comissão de Defesa, o também radical Guillermo Sarquis, negociou diretamente com os deputados Cavallaro e Bordón para obter o aval dos renovadores<sup>264</sup>.

Depois destas ocorrências de bastidores, a renovação da sessão seria também de alta voltagem, com momentos mais semelhantes a uma comédia de enredos que a um debate parlamentar<sup>265</sup>. O “renovador” Antonio Paleari começou o debate com o anúncio da proximidade de uma nova guerra, a guerra contra a subversão, a que definiu como a Terceira Guerra Mundial, cuja conseqüência imponha a necessidade da República ser protegida dos

---

<sup>261</sup> *Clarín*, 16 de agosto de 1985, pp. 6-65.

<sup>262</sup> *Clarín*, 21 de agosto de 1985, p. 7.

<sup>263</sup> Segundo Pablo Martinez, essas negociações foram o começo de uma aproximação entre o líder renovador na Câmara Manzano, o Presidente da Câmara Pugliese e o líder da bancada radical César Jaroslavsky que seria crucial para o estabelecimento de um consentimento bipartidário no futuro. MARTINEZ, Pablo. Entrevista com o autor. Buenos Aires, 14 de maio de 2003.

<sup>264</sup> VIDAL, Armando. *Un viaje de ida y vuelta*, *Clarín*, 22 de agosto de 1985, pp. 10-11.

<sup>265</sup> *Clarín*, 22 de agosto de 1985, pp. 10-11.

inimigos internos e externos; por suas características particulares, não seriam russos nem chilenos aqueles que cruzassem as terras argentinas. Também expressava a iminência do sancionamento de uma lei que tomava conta de qualquer coisa menos da guerra contra a subversão, e reclamava a volta do tema à comissão. A insólita intervenção de Paleari permitiu ao liberal Alvaro Alsogaray se expressar com muito mais tranqüilidade. O líder da UCeDé afirmou que considerava-se à D.S.N. como o vilão da cena, esquecendo que a luta contra o comunismo e a subversão deveria ser dada em todas as terras, e que constituía uma ingenuidade suprema e cegueira pensar que a democracia era uma barreira intransitável contra o comunismo e a subversão e reivindicava, como Paleari, a volta do projeto à comissão. Estas posturas foram respondidas pelo Deputado Sarquis que se lembrou do fato do P.J. ter apresentado um projeto próprio, em 1984, para responder às acusações de urgência, que ninguém pudesse se tornar o porta-voz das FF.AA., e que não era necessário legislar sobre a participação militar na luta contra a subversão, visto não lhes competia uma missão policial. Logo chegou o turno de Melón, que no princípio da sessão tinha protagonizado um episódio patético ao pedir a renúncia do ministro Carranza por sua participação em atos terroristas a começos da década de 1950<sup>266</sup>. O legislador parecia repetir os considerandos da lei 16.970 ao expressar que a segurança nacional era o último fim da defesa, e que apesar do acordo de paz com o Chile, este país tinha duplicado o orçamento de defesa em 1985, sobre o que se expressou dramaticamente: “a mão que nós estendemos não recebeu resposta”. Para Sobrino Aranda, era necessário prever um ressurgimento hipotético da subversão naquele momento de serenidade nacional no qual se vivia, e reclamou a volta à comissão do projeto, haja vista aquela lei não admitir que a subversão coabitava o país. Finalmente, fez uso da palavra o Deputado Bordón que efetuou uma decidida defesa da necessidade de revogar a D.S.N. da qual os justicialistas foram as primeiras vítimas, reivindicando ao povo como parte integral do

---

<sup>266</sup> VIDAL, Armando. *Poco atractivo*, Clarín, 16 de agosto de 1985, p. 6.

sistema de defesa<sup>267</sup>. Também reivindicou a postura histórica do peronismo com relação ao D.D.N., e criticou a ênfase do projeto oficial na procura dum Exército exclusivamente profissionalista, lembrando à bancada radical que as leis não se faziam para o Presidente, mas para o país. Infelizmente para os renovadores, seu esforço em manter o acordo alcançado por Manzano e Zubiri foi estéril, já que os radicais tiraram proveito da divisão justicialista<sup>268</sup> para aprovar praticamente sem modificações seu próprio projeto<sup>269</sup>.

Esta postura dos radicais garantiu seu sucesso inicial, mas seus resultados a longo prazo foram negativos. A passagem do projeto para o Senado sem modificações, garantia a sua volta para os deputados com as modificações que forçasse a majoritária bancada peronista na Câmara Alta. Não obstante, e como bem ilustra a atitude tomada por Zubiri, podemos afirmar que neste caso, o radicalismo deixou praticamente na solidão os homens que lutaram na Câmara dos Deputados pela aprovação da lei. Legisladores notórios com contatos preferenciais com o Poder Executivo, como Marcelo Stubrin, Federico Storani e Leopoldo Moreau ficaram em silêncio no debate, o que marcava a relutância radical em avançar num tópico tão ríspido<sup>270</sup>. Se a meia sanção da lei constituía formalmente um avanço, o mesmo não foi traduzido em um progresso efetivo.

A chegada do projeto para o Senado somou um elemento a mais para a confusão. Se o justicialismo mostrou uma divisão significativa em pontos cruciais da lei, agora o próprio radicalismo exibiu as suas contradições. O ministro Jaunarena, em declarações à imprensa – que o havia consultado acerca de um projeto consensual entre os radicais e os peronistas que incluísse hipóteses de conflito interno- estimou possível a intervenção das FF.AA. em conflitos internos. Sustentou que esta posição encontrava-se contemplada na própria

---

<sup>267</sup> VIDAL, Armando. *El parlamento y el paro*, Clarín, 26 de agosto de 1985, p. 10.

<sup>268</sup> Esta foi, na opinião de Ugarte, a razão pela qual o radicalismo insistiu no seu próprio projeto. UGARTE, José Manuel. Entrevista com o autor. Buenos Aires, 16 de maio de 2003.

<sup>269</sup> VIDAL, Armando. *Un viaje de ida y vuelta*, Clarín, 22 de agosto de 1985, pp. 10-11. Na opinião de Luis Tibiletti, este projeto não foi aprovado pelas dissidências dos deputados da direita peronista e do próprio Ministério de Defesa. TIBILETTI, Luis. Entrevista com o autor. Buenos Aires, 16 de maio de 2003.

<sup>270</sup> VIDAL, Armando. *Un viaje de ida y vuelta*, Clarín, 22 de agosto de 1985, pp. 10-11.

Constituição se o conflito alcançasse uma tal dimensão capaz de comprometer as bases da própria organização nacional e se tivesse a certeza da intervenção de poderes estrangeiros<sup>271</sup>. Imediatamente, o presidente da Comissão de Defesa do Senado, o radical de La Pampa Antonio Berhongaray, manifestou a decisão de seu partido de introduzir o conceito de “potência de fogo” no projeto de Lei de Defesa, de forma de facilitar a participação das FF.AA. no caso de conflito interno, ao mesmo tempo em que afirmava não poder nenhuma disposição da lei limitar as faculdades do Presidente contidas no art. 86 da Constituição<sup>272</sup>.

As declarações de Jaunarena e Berhongaray motivaram reações de todos os setores. A *Asamblea Permanente por los Derechos Humanos* expressou ao ministro a sua preocupação pelas reiteradas expressões oficiais que esboçaram a hipótese de comoção interna como orientadora da ação militar<sup>273</sup>. O senador justicialista pelo Jujuy José Humberto Martiarena considerou que incitaram a uma nova interferência castrense na política interna, enquanto o peronista salteño Horacio Bravo Herrera reivindicou a completa validade da D.S.N.<sup>274</sup>. Insolitamente, também suscitou surpresa nos meios castrenses pela terminologia empregada, já que a mesma era aplicada em referência aos conflitos armados clássicos e de pouca efetividade no caso da luta subversiva. O Ministério da Defesa também se sentiu molestado com as declarações do senador, por não ter existido nenhuma consulta prévia com a carteira, embora Berhongaray fosse o titular da Comissão de Defesa<sup>275</sup>. A comoção armada por suas declarações levou Berhongaray a afirmar que a potência de fogo não merecia ser explicitada no texto da Lei de Defesa que existia um arcabouço de instituições ao efeito para o caso dos conflitos internos, podendo aumentar a formação de brigadas especiais ao efeito como em alguns países europeus, e tentou des-ideologizar a questão dos conflitos internos dizendo que

---

<sup>271</sup> *Clarín*, 28 de julho de 1986, p. 3.

<sup>272</sup> *Clarín*, 29 de julho de 1986, p. 14.

<sup>273</sup> *Clarín*, 31 de julho de 1986, p. 10.

<sup>274</sup> VIDAL, Armando. *Los debates que vienen*, *Clarín*, 4 de agosto de 1986, p. 4.

<sup>275</sup> GARASINO, Luis. *El debate sigue abierto*, *Clarín*, 7 de agosto de 1986, p. 18.

embora a mesma eventualidade sempre tinha sido pensada no relativo ao caso comunista, também poderia vir do Ocidente, como demonstrou a Contra nicaragüense<sup>276</sup>.

Previamente para o debate da lei no Senado foi realizada -por sugestão de Berhongaray e da senadora justicialista Liliana Gurdulich de Correa<sup>277</sup> - uma inédita ronda de consultas com diversos atores de forma que eles expusessem os seus pontos de vista relativos à lei. Concorreram, entre outros, o Brig. Waldner<sup>278</sup>, o Alte. Arosa<sup>279</sup>, o Brig. Crespo<sup>280</sup>, o Gal. Ríos Ereñú<sup>281</sup>, o ministro Jaunarena e o titular do Serviço de Paz e Justiça Adolfo Pérez Esquivel<sup>282</sup>. O ponto central para os militares era que a lei contivesse uma enunciação expressa para que as FF.AA. pudessem intervir para garantir a segurança do país quando de ameaças externas e internas<sup>283</sup>. Para Waldner, era urgente a sua aprovação ficando implícita a atuação militar em conflitos internos se fossem ultrapassadas as forças de segurança. Para a Armada, era necessário aumentar a participação militar interna para enfrentar qualquer tipo de agressão ou ameaça. Crespo também pediu a intervenção em conflitos internos, ao mesmo tempo em que expressou a reivindicação comum com a Armada e o Exército de voltar à velha denominação de Chefes Comandantes para os CEMGs. Surpreendentemente, Ríos Ereñú afirmou que a sua força não contemplava hipótese de conflito interno, mas ante fatos que justificassem a intervenção militar poderia-se implementar baseado nas disposições da Constituição. Na visão de Jaunarena, o projeto do Executivo representava uma adequada regulação do sistema de defesa nacional, não sendo necessário especificar a intervenção das FF.AA. no caso de comoção interna, ao ser isto previsto nos mecanismos constitucionais.

---

<sup>276</sup> *Clarín*, 5 de agosto de 1986, p. 14.

<sup>277</sup> *Clarín*, 11 de setembro de 1986, p. 14. Em entrevistas posteriores, Gurdulich afirmou que resolveu convidar os representantes de outros setores sociais porque a defesa não só era uma questão militar, como concordavam os próprios homens de farda. Por outro lado, Berhongaray sustentou que, como cidadãos de uniforme, os militares tinham direitos, um desses era opinar em tópicos específicos. *Clarín*, 29 de setembro de 1986, pp. 10-11.

<sup>278</sup> *Clarín*, 1º de agosto de 1986, p. 7.

<sup>279</sup> *Clarín*, 15 de agosto de 1986, p. 7.

<sup>280</sup> *Clarín*, 22 de agosto de 1986, p. 8.

<sup>281</sup> *Clarín*, 28 de agosto de 1986, p. 12.

<sup>282</sup> *Clarín*, 11 de setembro de 1986, p. 14.

<sup>283</sup> GARASINO, Luis. *Qué quieren las FF.AA.*, *Clarín*, 17 de agosto de 1986, p. 12.

Finalmente, Pérez Esquivel criticou o convite aos CEMGs por os consultar com relação ao projeto, enfatizando o fato de que o problema da defesa nacional excedia ao aspecto estritamente militar, esboçando a necessidade de uma estrutura global que articulasse todas as instituições, uma das quais eram as FF.AA., no sistema democrático. Também exortou aos legisladores de forma que a D.S.N. não fosse uma ferramenta de negociação com o poder militar, e assinalou que era desnecessário regular as faculdades constitucionais do Presidente. Apesar de todas as limitações com que foi empreendido esse diálogo com diversos setores interessados na questão, constituiu um passo enorme que aperfeiçoado em instâncias futuras, serviu para melhorar o nível de debate sobre o aparelho legal na área de Defesa, ao mesmo tempo em que melhorou o grau de consentimento em torno das legislações aprovadas<sup>284</sup>.

Depois destas reuniões, a Comissão de Defesa do Senado aprovou com modificações o projeto de Lei de Defesa Nacional, por meio de um ditame por maioria, só endossado pela U.C.R. O mesmo foi ajustado basicamente ao projeto apresentado pelo Poder Executivo, modificando o art. 3 e reafirmando a faculdade constitucional do Presidente da Nação para chamar as FF.AA. no caso de conflito interno. Essa aprovação revelava a urgência do radicalismo em tratar a lei antes que o projeto ingressasse em caducidade<sup>285</sup>. Antes do debate, Gurdulich e Berhongaray fizeram declarações à imprensa, expondo os seus pontos de vista sobre a matéria. A senadora justicialista considerava a defesa como um problema integral, entendida como o grupo de previsões e ações destinadas a garantir a liberdade e a vontade nacional contra toda forma de domínio, assegurando a soberania e independência do país, a integridade territorial, o domínio dos recursos que constituíam o patrimônio nacional e a plena defesa do sistema constitucional. Além disso, expressava que a proposta do Executivo, ao só falar da defesa contra a agressão externa, reduzia o problema da defesa a um caráter

---

<sup>284</sup> Porém, José Manuel Ugarte considera um erro por parte de Berhongaray o fato de ter convidado os CEMs para essas reuniões, porque além de ser conhecida a sua posição nas questões matéria da lei, contribuíam para o endurecimento do debate a partir das suas posições. UGARTE, José Manuel. Entrevista com o autor. Buenos Aires, 16 de maio de 2003.

<sup>285</sup> *Clarín*, 12 de setembro de 1986, p. 10.

exclusivamente militar. Por outro lado, criticava que deixasse em liberdade o Presidente para utilizar as FF.AA. quando acreditasse conveniente, o que na sua opinião constituía uma “armadilha” do radicalismo<sup>286</sup>. Desse modo elíptico, a legisladora fazia referência a um medo recorrente do peronismo: que existisse nalgum momento a tentação em usar as FF.AA. para reprimir o conflito social. De sua parte, o radical estimava ter o tempo transcorrido entre a aprovação do projeto de lei por parte dos Deputados e o seu tratamento no Senado facilitado o seu estudo a fundo e a possibilidade de dar participação aos setores diferentes de forma que eles se expressassem sobre o projeto. Em relação ao conflito interno, Berhongaray não considerou conveniente a sua inclusão na lei, mas no caso de comoção interior séria se fossem superadas as forças de segurança, o Presidente poderia ter as FF.AA., baseado na modificação introduzida no texto aprovado pela bancada radical. Quanto à consulta feita aos CEMs, expressou o senador que Alfonsín tinha dito ser necessário chamar as FF.AA. de forma que estivessem em todos os ambientes do governo como conselheiros, até mesmo nos mais neurálgicos. Porém, ao ser consultado sobre a participação do C.G.T. e das organizações empresariais num conselho de defesa integral, manifestou não ser necessário introduzir elementos corporativos na lei<sup>287</sup>.

Com estes elementos, o debate no Senado prometia ser mais duro que aquele sustentado entre os deputados. Agravando a situação, a Câmara Alta tinha de decidir entre quatro projetos: o que veio com meia sanção da Câmara Baixa, basicamente a iniciativa do Poder Executivo; e os apresentados pela Gurdulich, Bravo Herrera e o conservador popular por Catamarca, Julio Amoedo. Não fosse aprovado, o projeto expiraria no dia 30 de abril de 1987, motivando o reinício do processo no próximo período legislativo<sup>288</sup>. O debate começou do pior modo possível para o radicalismo, porque o PJ unido rejeitou o projeto que veio dos deputados, exigindo o tratamento da iniciativa apresentada por Gurdulich. Berhongaray

---

<sup>286</sup> *Clarín*, 29 de setembro de 1986, p. 10.

<sup>287</sup> *Clarín*, 29 de setembro de 1986, p. 11.

<sup>288</sup> *Clarín*, 29 de setembro de 1986, p. 11.

expressou algumas críticas de forma, mencionando que tinha sido omitida toda referência à revogação da lei 16.970, indispensável para evitar a duplicidade de normas, ao que Gurdulich respondeu não haver inconvenientes em incluí-la. Por outro lado, a discussão mudou de direção, contemplando uma polêmica em assuntos de regulamento. Alguns legisladores sustentaram que o ditame em minoria não estava em consideração, desde que não pudesse ser substituído o vindo dos Deputados. Na realidade, os justicialistas apoiaram em bloco o projeto de Gurdulich por uma questão tática: no caso de haver concordado em tratar o projeto oficial, este teria sido aprovado durante aquela sessão, além de qualquer modificação introduzida, pelo fato de não poder os justicialistas impor os dois terços necessários para superar a iniciativa radical que provinda dos deputados. Portanto, aceitou-se tratar o projeto na sessão de 22 de outubro, em sessões extraordinárias, para evitar o seu vencimento. Não obstante, seria necessário que o Executivo aumentasse o tempo de duração das sessões para poder sancionar o texto no tempo certo<sup>289</sup>. Os dias próximos seriam um ferredouro de negociações.

Por incrível que isto pareça, o radicalismo ficou surpreso por esta circunstância adversa e sem plano de emergência. Seus membros consideraram que, a partir do apoio dos partidos provinciais, poderiam impor a sua iniciativa apesar da oposição do P.J. Não obstante, os senadores provinciais tinham fortes dúvidas sobre a conveniência de aprovar a lei. O senador do Movimento Popular Neuquino (M.P.N.) Elías Sapag resolveu não votar o projeto oficial, após dialogar com o correntino do P.A.L. (Pacto Autonomista-Liberal) Ricardo Leconte que também tinha dúvidas a esse respeito, como o bloquista Gómez Centurión, contatado também por ambos os legisladores. Em um encontro passageiro de Sapag com o senador justicialista catamarquenho Vicente Saadi, o neuquino falou-lhe das suas inquietudes. Saadi tampouco desejava instaurar conflito entre o justicialismo e os setores castrenses, bem como os eclesiásticos, em razão do que concordou com o esboço do senador do MPN. Em

---

<sup>289</sup> *Clarín*, 2 de outubro de 1986, p. 6.

troca, Saadi tinha estado no centro de uma negociação complicada dentro do peronismo na qual os chefes das diferentes bancadas justicialistas do Senado marcaram um compromisso com os renovadores dos deputados para se colocar por trás do projeto de Gurdulich. O compromisso estabelecido pelo justicialismo com os partidos provinciais era que estes rejeitariam o projeto oficial, mas sem aceitar aquele da Gurdulich. Deste modo, no próprio dia da sessão, Berhongaray foi surpreendido pelo senador Sapag com a negativa das forças provinciais de votar no projeto radical<sup>290</sup>.

Dias depois, a senadora Gurdulich anunciou ter chegado a um acordo com o radicalismo que harmonizou as posturas entre o projeto oficial e o próprio. O projeto harmonizado manteve as regras de reorganização das FF.AA., contidas no projeto radical, com os dispositivos do projeto de Gurdulich para o estabelecimento de hipóteses de conflito que em nenhum caso contemplavam o conflito interno. Por outro lado, ambas as partes concordaram em permitir a participação da primeira e segunda minoria parlamentar no Conselho de Defesa Nacional que, na realidade, assegurava a participação dentro do mesmo de radicais e peronistas. Também foi concordada a necessidade de aprovar uma série de leis adicionais específicas, como a de reorganização das FF.AA., de serviços de segurança, de defesa civil, de reestruturação de serviços de informação e inteligência, de organização de meios de produção para a defesa, e de segredo de estado<sup>291</sup>.

O acordo alcançado entre o radicalismo e o setor justicialista que apoiava a proposta de Gurdulich não privou o debate de dureza e divergências, até mesmo entre a própria senadora e Berhongaray. Para o senador radical, a lei que se pretendia aprovar foi moldeada no projeto nacional delineado por Alfonsín no discurso de Parque Norte. Considerava os militares como cidadãos de uniforme com direito a participar de todos os tópicos vinculados à

---

<sup>290</sup> O modo que Berhongaray soube da decisão de Sapag foi digno de uma comédia. Quando Sapag voltava para o seu escritório, depois da reunião com os senadores dos partidos provinciais e Saadi, cruzou com Berhongaray que lhe falou “Hoje temos lei, Sr. Senador”, recebendo como resposta do neuquino a desagradável novidade. *Clarín*, 6 de outubro de 1986, p. 14.

<sup>291</sup> *Clarín*, 18 de outubro de 1986, p. 13.

sua atividade. O senador destacou os três pilares do projeto oficial, como fez o Zubiri no debate dos deputados, e criticou o velho conceito de *nação em armas*, mostrando que tinha sido superado pela tecnologia cujo avanço exigia novos componentes. Ao mesmo tempo, rejeitou as acusações de antimilitarista, freqüentemente escutadas em relação à lei. A senadora Gurdulich pôs ênfase na sua intervenção para a rejeição da D.S.N., manifestando não ambicionar que as FF.AA. interviessem para reprimir ao povo que se movimentava em defesa dos seus interesses legítimos, sufocando à força conflitos sociais que deveriam ser resolvidos por outra via. Sustentou que se procurava uma política de defesa integral sustentada não somente nas FF.AA., mas em todos os recursos da nação, pressupondo a estruturação de um sistema integral de defesa capaz de incluir uma série de leis em forma de código, aptas a abranger o grupo de problemas de defesa. Finalmente, expressou ter, pela nova lei, a D.S.N. sido substituída legal e praticamente pela D.D.N. Chegou a vez do senador Bravo Herrera, quem realizou uma vigorosa reivindicação da lei 16.970, considerando que a subordinação militar ao poder civil e à ação conjunta das FF.AA. não constituía nenhuma novidade na nova legislação. Também não achou no texto daquela lei qualquer elemento que pudesse ser unido à D.S.N., considerando que alguns dos seus conteúdos deveriam figurar na lei nova, como a participação das FF.AA. em conflitos internos. Na sua opinião, as FF.AA. deveriam estar preparadas para combater a guerrilha e a subversão, contando com a cobertura legal correspondente<sup>292</sup>. Depois de um intervalo, a sessão foi continuada no dia seguinte. Nessa ocasião, o justicialista Celestino Marini rejeitou o projeto sobre a exclusão das FF.AA. dos conflitos internos, mas também criticou a D.S.N por ter demonstrado ser sobradamente ineficiente. O justicialista Eduardo Menem fundou a sua aprovação da lei no fato de que não era a lei ideal nem definitiva, mas constituía um grande passo na trajetória iniciada, enquanto Martiarena expressou a sua rejeição considerando que não era uma lei integral de defesa

---

<sup>292</sup> *Clarín*, 23 de outubro de 1986, p. 4. Para José Manuel Ugarte, a posição de Bravo Herrera era a verbalização da postura do Exército no assunto. UGARTE, José Manuel. Entrevista com o autor. Buenos Aires, 16 de maio de 2003.

nacional por excluir as FF.AA. do conflito interno, mas criticou as consultas realizadas aos CEMs e questionou a urgência que teve o Governo sancionando a lei. Por outro lado, o bloquista Gómez Centurión apresentou o seu voto negativo porque no art. 2 não se fez extensão às agressões de origem interna<sup>293</sup>. Finalmente o Senado aprovou o projeto consensual, com vinte e dois votos a favor e onze contra. Votaram a favor do mesmo o radicalismo e, por parte do justicialismo, o bloco que respondia a Vicente Saadi e Liliana Gurdulich e ao senador Luis Salim. Contrariamente votaram os blocos justicialistas de José Martiarena e Horacio Bravo Herrera, o correntino do PAL Gabriel Feris, e o sanjuaninos Francisco Gil e Carlos Gómez Centurión<sup>294</sup>.

Porém, o fato de o Senado ter aprovado a lei não significava que existia uma nova Lei de Defesa. A mesma deveria voltar aos deputados para o seu tratamento e aprovação posterior, em sessões extraordinárias. Mas, urgências levaram, por questões de política militar de caráter conjuntural, o governo a dilatar a questão referida ao novo instrumento legal da defesa<sup>295</sup>. Esses problemas conjunturais, como mencionamos no ponto prévio, explodiriam pela Semana Santa de abril de 1987 e introduziriam um conteúdo dramático no processo de aprovação da nova Lei de Defesa Nacional.

### **2.3. À procura de um Exército: o debate sobre a reforma das FF.AA.**

Tradicionalmente, a questão militar tinha sido de interesse exclusivo dos profissionais da área, ainda mais se lembramos da prevalência militar que o país tinha vivido a partir de

---

<sup>293</sup> *Clarín*, 24 de outubro de 1986, pp. 8-9. Não obstante, a negativa do sanjoanino respondeu a razões mais prosaicas. Embora comprometido o voto afirmativo da sua bancada ao senador radical Antonio Nápoli, teve de mudar a sua postura para a ordem expressa de Leopoldo Bravo, governador de San Juan e líder do partido. Nápoli recebeu a novidade do próprio Gómez Centurión no recinto anexo, antes da intervenção do senador bloquista. A razão que tinha levado o bloquismo para variar de postura pertencia à resistência da Juventude Radical sanjuanina a uma aliança com o bloquismo para as eleições para governador na província de San Juan.

<sup>294</sup> *Clarín*, 24 de outubro de 1986, p. 9.

<sup>295</sup> O Poder Executivo tinha instruído aos deputados radicais para não realizar ação alguma no sentido de fazer avançar a lei. Não obstante, os próprios conselheiros parlamentares se encarregaram de manter o tópico com vida de um modo não oficial. UGARTE, José Manuel. Entrevista com o autor. Buenos Aires, 16 de maio de 2003.

1930. Não obstante, no começo da década de 1980 começaram a surgir institutos e pesquisadores que tentavam entender a natureza das relações civis-militares. Neste sentido, o estudo pioneiro sobre a reforma militar na Argentina foi o realizado pelo Instituto Latino-americano de Cooperação Tecnológica e Relações Internacionais (ILCTRI), dirigido por Norberto Ceresole. O mesmo titulava-se *Fuerzas armadas y democracia*, e foi publicado em maio de 1982<sup>296</sup>.

O propósito central de Ceresole era mostrar a fraqueza estrutural Argentina, cujas recorrentes crises econômicas e políticas levaram subseqüentemente a uma crise militar, tornando o país numa entidade com escassa capacidade dissuasória<sup>297</sup>. Portanto, a reestruturação das FF.AA. deveria ser dada no contexto de um estado democrático, ao não existir nenhum setor da sociedade que pudesse arrogar-se o privilégio de possuir a fórmula exata para levar a cabo àquela transformação<sup>298</sup>. Para a análise dos aspectos doutrinários, usaremos o esboço feito por Ernesto López e detalhado no começo do ponto 1.2. A concepção de guerra para Ceresole era basicamente dissuasória<sup>299</sup> na frente de um conflito externo, enquanto banindo toda a hipótese de conflito interno deste modo para as FF.AA.<sup>300</sup>. Calculou como regiões prováveis de conflito o Nordeste e a Patagônia<sup>301</sup>; para enfrentar este desafio considerava necessária uma estratégia de desenvolvimento regional<sup>302</sup>. Não obstante, também afirmasse que os dois conflitos eram de natureza diferente, e deveriam ser abordados a partir

---

<sup>296</sup> Este trabalho foi realizado pelo próprio Ceresole. Cfr. CERESOLE, Norberto. **1988**. Crisis militar argentina. Buenos Aires: ILCTRI, 1988, p. 117.

<sup>297</sup> ILCTRI/Gal. Wolf Graf von Baudissin, **Fuerzas armadas y democracia**. Buenos Aires: El Cid Editor, 1982, p. 27.

<sup>298</sup> Idem, ibidem, p. 35.

<sup>299</sup> Idem, ibidem, p. 119.

<sup>300</sup> Idem, ibidem, p. 125.

<sup>301</sup> Neste sentido, a proposta de Ceresole não constituía uma contribuição moderna às hipóteses de conflito tradicionais. Percebe-se um temor a um conflito potencial entre duas frentes com o Brasil e o Chile, em razão do que se estimava necessário alcançar uma situação de paridade, isto é que o potencial bélico argentino fosse semelhante à soma das capacidades de ambos os Estados vizinhos. Não obstante avaliar de um modo positivo a aproximação argentino-brasileira, criticava o fato que a Argentina fora colocada sob a órbita do país vizinho e não numa situação de igualdade. Avaliou a necessidade de integração das políticas de defesa dos países do sul do continente positivamente, mas só a partir de ter alcançado a paridade entre eles. Para ampliar essas perspectivas, ver ILCTRI/Gal. Wolf Graf von Baudissin, Op. cit., pp. 83-116.

<sup>302</sup> Idem, ibidem, p. 125.

da idéia de uma defesa dinâmica e em profundidade<sup>303</sup>. Em relação à concepção de nação que sustentava esta concepção de guerra, delineava brevemente que aderiria a um modelo reformista e democrático, eficiente e de expansão industrial<sup>304</sup>. Para isto, segundo o autor, tornava-se inevitável a explicitação de um projeto nacional para alcançar uma legitimidade real<sup>305</sup>. No concernente à produção para a defesa, esboçou a necessidade para racionalizar e unificar o material para a totalidade das armas<sup>306</sup> concentrando e articulando a totalidade das plantas industriais militares num amplo contexto de reconversão industrial<sup>307</sup>. Quanto às relações entre as FF.AA. e o poder político considerava que deveria se restabelecer alguma forma de confiança e compromisso político entre ambos os setores<sup>308</sup>, porém com o ator militar totalmente subordinado ao poder civil democrático que era quem determinava as políticas de defesa a seguir<sup>309</sup>. Em relação à reestruturação militar derivada da mudança doutrinária, o autor considerava que a organização das FF.AA. necessariamente seria interarmas, consistindo em três sistemas de forças: aeronaval, territorial, e uma força de mobilização cidadã que constituiria a “profundidade” propriamente dita do sistema de defesa<sup>310</sup>. As FF.AA. deveriam ser constituídas por um núcleo profissional que concentrasse uma alta capacidade tática e estratégica, combinado com uma grande disponibilidade de meios técnicos, e integrado à sociedade civil<sup>311</sup>.

Se o trabalho de Ceresole foi o primeiro, durante a presidência de Alfonsín seriam dados a conhecer trabalhos diferentes com propostas para a reforma das FF.AA. o que constituiu um fato inédito: pela primeira vez por muito tempo seria o setor civil o que faria propostas significantes para a área. Porém, acreditar que os civis seriam aqueles que

---

<sup>303</sup> Idem, *ibidem*, p. 127.

<sup>304</sup> Idem, *ibidem*, p. 32.

<sup>305</sup> Idem, *ibidem*, p. 55.

<sup>306</sup> Idem, *ibidem*, p. 157.

<sup>307</sup> Idem, *ibidem*, pp. 158-59.

<sup>308</sup> Idem, *ibidem*, p. 39.

<sup>309</sup> Idem, *ibidem*, p. 120.

<sup>310</sup> Idem, *ibidem*, p. 126.

<sup>311</sup> Idem, *ibidem*, pp. 132-133.

motorizariam a reforma militar no plano intelectual seria exagerado. Na realidade, muitos desses eram militares aposentados integrados para à vida democrática que, pelo seu conhecimento numa área na qual não existiam os especialistas propriamente civis, puseram-se ao serviço de uma reforma que permitisse integrar e melhorar a qualidade das instituições militares.

Dentre esses militares, a figura principal seria a do major aposentado Ramón Orieta<sup>312</sup>. Este militar tinha dado baixa no ano de 1980, junto com outros 32 colegas, pelo então Chefe Comandante do Exército Leopoldo Galtieri “por não compartilhar a filosofia do Processo”<sup>313</sup>. Este grupo que seria conhecido pelo apelido de “Trinta e Três Orientais”<sup>314</sup> uniu-se depois com partidos políticos e diversas instituições da sociedade civil<sup>315</sup>. Orieta seria integrado às linhas do P.J., sendo nomeado conselheiro parlamentar, e seria o responsável pela redação do projeto de Lei de Defesa apresentado por aquele partido em maio de 1984. Meses depois, publicaria o livro **Reforma militar para la defensa nacional** onde este projeto seria incluído junto com um grupo de explicações e propostas para a área de defesa.

O objetivo a ser perseguido pelas autoridades democráticas de acordo com Orieta era a elaboração de uma clara política de defesa nacional que tivesse a profundidade e o escopo suficiente para recolocar as FF.AA. em todas as suas facetas mais importantes: como fator de

---

<sup>312</sup> Na realidade, seria considerado por alguns participantes como uma das figuras fundamentais seja no relativo à concepção da reforma militar, como na redação da Lei de Defesa. TIBILETTI, Luis. Entrevista com o autor. Buenos Aires, 16 de maio de 2003.

<sup>313</sup> A quantidade de trinta e três militares dispensados por Galtieri foi resultado de duras negociações entre os militares, desde que o grupo originário fosse sensivelmente maior. Isto mostra que até mesmo no momento mais duro da ditadura, existiam militares reticentes a aceitar as diretivas e a concepção política da condução militar, o que marca a existência de uma crise interna das FF.AA. previamente à Guerra de Malvinas. Além disso, para Luis Tibiletti estaria o preconceito antiperonista freqüente em muitos oficiais das FF.AA., desde que muitos dos militares dispensados eram pertencentes a famílias de tradição peronista dentro da força, e inclusive muitos não se conheciam entre eles, nem mesmo podendo ser falado de uma linha interna dentro do Exército. TIBILETTI, Luis. Entrevista com o autor. Buenos Aires, 16 de maio de 2003.

<sup>314</sup> Ao representar o mesmo número, foram apelidados da mesma forma em que fora conhecida a expedição que sob o comando de Juan Antônio Lavalleja, desembarcou em 1825 na Cisplatina com o objetivo de começar a rebelião contra o domínio brasileiro.

<sup>315</sup> Durante o governo de Alfonsín, os Trinta e Três seriam restabelecidos ao Exército à data da sua baixa, mas sem modificar a sua situação de aposentadoria.

poder, organização para o serviço do Estado e grupo social significativo<sup>316</sup>. Estabelecia uma diferença clara entre segurança e defesa; enquanto a primeira era o grupo de medidas aplicáveis ao corpo social e ao Estado em todas as esferas de ação, a defesa só consistia na solução de conflitos que especificam o emprego exclusivo do instrumento militar. Também definia a guerra como aquele conflito de violência variável que enfrenta politicamente blocos de nações, nações ou grupos sociais organizados, e que é resolvido com o emprego efetivo da força militar, apoiado no esforço da Nação inteira e dirigido pelo nível mais alto da condução política do Estado, exercitada pelas autoridades constitucionais<sup>317</sup>. Na sua opinião era a partir das hipóteses de conflito suscetíveis de ser analisado como hipóteses de guerra que se estabeleceriam as bases de uma política de defesa e uma política militar, já que a preparação da guerra estava relacionada àquelas que podiam afetar a soberania do Estado. Neste marco, tomavam destaque a política externa, a economia, e a capacidade científico-tecnológica do país<sup>318</sup>. A participação do país em sistemas de segurança regionais e continentais deveria ser levada adiante a partir de uma avaliação da política externa que revisasse a inserção argentina nelas. Não obstante, considerava impossível conceber a Defesa Nacional sem a complementação necessária com as FF.AA. de outros países<sup>319</sup>.

O papel que jogava a união entre economia e defesa na opinião de Orieta era central, visto que a economia do país influenciava diretamente na determinação do possível poder militar. Já desta definição extraiu um perfil industrial para o país, porque para a conformação deste poder militar dependia da provisão de armamento, material e equipes, além da disposição de recursos financeiros que permitissem adquirir no exterior aqueles elementos não produzidos no país. A economia também era o vértice que permitiria ajustar um dispositivo de defesa eficiente à disponibilidade de infra-estrutura existente. Em relação à produção

---

<sup>316</sup> ORIETA, Ramón. Op. cit., p. 12.

<sup>317</sup> Idem, *ibidem*, pp. 14-15.

<sup>318</sup> *Ibidem*, p. 16.

<sup>319</sup> *Ibidem*, pp. 24-26.

industrial para a defesa, considerava que embora o país possuísse uma capacidade aceitável na área, a mesma não era suficiente para cobrir as suas necessidades. Para alcançar este objetivo, considerava viável a vinculação entre o Estado e a empresa privada, além de esboçar a possibilidade de levar à frente um projeto comum de desenvolvimento de indústrias bélicas com outros países latino-americanos<sup>320</sup>. Também nosso autor considerava imperiosa uma rápida atualização da capacidade científico-tecnológica das FF.AA. Para alcançar isto, estabelecia uma diferenciação em três fases: a obtenção de tecnologia pela própria elaboração ou adaptação ou aquisição no estrangeiro; integração de tecnologia para os sistemas de armas, e produção em série para a satisfação das necessidades operacionais<sup>321</sup>.

As relações entre as FF.AA. e o poder político dever-se-iam conduzir, segundo Orieta, pelo ministro ou secretário de Estado correspondente que, deste modo, estabeleceria uma mediação entre os mandos superiores e o Presidente. Deveria se procurar facilitar o planejamento e a ação combinada das FF.AA., oferecendo o marco específico de forma que os militares pudessem desenvolver as suas atividades vinculadas à realidade nacional e subordinados permanentemente ao poder político, desencorajando toda tentação de agir em políticas além dos limites estabelecidos pelas suas funções, marcando a diferenciação entre os três níveis clássicos de condução, isto é, Estratégia Nacional, Estratégia Militar e Estratégia Operacional<sup>322</sup>, para estabelecer um planejamento de defesa apropriado. Orieta assinalava uma clara diferença entre os primeiros dois níveis: a Estratégia nacional deveria ser a instância onde fora seriam resolvidas a política de defesa e as hipóteses de guerra a serem priorizadas. Como Chefe Comandante das FF.AA. era ao Presidente a quem correspondia ocupar o vértice nesse nível, quem adotaria as suas resoluções a partir das propostas emanadas do gabinete nacional constituído em Conselho de Defesa Nacional e coordenado pelo ministro da Defesa. Para Orieta, deveria ser integrado pelos ministros e secretários de Estado, enquanto

---

<sup>320</sup> Ibidem, pp. 26-30.

<sup>321</sup> Ibidem, pp. 21-24.

<sup>322</sup> Ibidem, pp. 16-17.

não correspondendo aos homens de uniforme a participação nesse órgão político. O nível da Estratégia Militar ficaria abaixo da responsabilidade dum secretário de Estado dependente do Ministério da Defesa, e teria como objetivos a direção do planejamento militar conjunto, a proposição e designação de mandos dos Teatros de Operações correspondentes, a preparação de planos conjuntos de mobilização, o assessoramento ao ministro da Defesa sobre necessidades e possibilidades de planos de investigação e desenvolvimento das FF.AA., a participação em planos conjuntos com as FF.AA. de outros países, e a responsabilidade da condução das operações ao seu nível de incumbência<sup>323</sup>.

Dos autores analisados nesta seção, e talvez por sua realçada participação neste ponto, Orieta seja quem mostraria uma preocupação maior com o ordenamento legal da defesa. No seu livro, começa a analisar ao sistema efetivo no momento da posse do governo constitucional e as suas conseqüências, realizando uma crítica devastadora ao mesmo. Define a essência do sistema emanado da lei 16.970 do seguinte modo:

Sistema baseado numa conceptuação conectada com um ideologismo da segurança, capaz para manter sistemas autoritários e que concede um amplo espaço político para a intervenção do poder militar nas questões que deveriam ser exclusivas dos restantes fatores de poder (político, social, cultural). Alcançou, com a sua aplicação, politizar as forças armadas e militarizar a política<sup>324</sup>.

Esse ordenamento, desenvolvido no sistema democrático, teria como conseqüência, na sua opinião, atacar as estruturas e desvirtuar os conteúdos da vida republicana que tornavam necessária sua modificação. Naquele sentido criticou as políticas do governo radical que, apesar de ter realizado algumas reformas, manteve efetiva a legislação herdada dos sistemas autoritários<sup>325</sup>.

---

<sup>323</sup> Ibidem, pp. 17-19.

<sup>324</sup> Ibidem, p. 51.

<sup>325</sup> Ibidem, pp. 51-53.

A proposta formulada por Orieta, e que guiaria o primeiro projeto justicialista na área, foi delineada por três orientações políticas<sup>326</sup>. A primeira, denominada pelo autor de Sistema de Defesa Nacional para a Democracia, estava baseada na proposta de uma nova lei de defesa em que a diferenciação entre a defesa e segurança se estabeleceria nas mesmas condições do projeto apresentado pelo justicialismo nos seus artigos 2º e 4º, e uma série de leis complementares, salientando a própria regulamentação da lei, a Lei de Serviço Militar e a sua regulamentação, a Lei de Administração Civil de Defesa, a Lei de Mobilização Nacional, a Lei de Mobilização Tecnológica e Industrial, e a Lei de Ministérios (no concernente ao Ministério de Defesa e assuntos interministeriais que correspondessem a tal questão)<sup>327</sup>. A segunda, com o nome de Política de Defesa Nacional, estabelecia que deveria se desenvolver uma política de defesa coerente com as políticas nacionais centradas nas hipóteses de guerra previstas pelas autoridades constitucionais, o desenvolvimento de um poder militar acorde com a capacidade nacional e com treinamento apropriado para tal efeito, a introdução de exigências acadêmicas no plano de carreira militar a ser completadas em estabelecimentos civis para integrar os quadros com a civilidade, a atualização de planos e programas de estudo para melhorar a preparação para a guerra e a manutenção dos valores democráticos, e coordenação entre a defesa e educação visando capacitar a população para agir em caso de conflitos bélicos<sup>328</sup>. Finalmente, a terceira orientação era de política de Produção, Ciência e Tecnologia para a Defesa. Nesta ficou estabelecida a necessidade de elaborar planos de longo prazo para produzir armamento, material e equipes a partir da infra-estrutura nacional, a promoção de uma indústria nacional acorde com as necessidades de equipamento, o impulso da capacidade científico-tecnológica das FF.AA. e a sua promoção pela Direção Geral de Investigação e Desenvolvimento, além de ajuntar isto com o sistema nacional<sup>329</sup>. Como pode

---

<sup>326</sup> Ibidem, pp. 92-100.

<sup>327</sup> Ibidem, pp. 92-94.

<sup>328</sup> Ibidem, pp. 94-97.

<sup>329</sup> Ibidem, pp. 97-100.

ser apreciado, a contribuição oferecida por Orieta era crucial para a sustentação teórica das reformas necessárias para transformar a área de defesa, tanto na sua adaptação para o sistema democrático como na melhoria de sua capacidade profissional.

Ao término de 1985, seria publicado outro texto de importância em relação à reforma militar. Neste caso seria um sociólogo, Carlos J. Moneta, quem faria a sua contribuição nesse debate. Intitulado *Fuerzas armadas y gobierno constitucional después de Malvinas: hacia una nueva relación civil-militar*, o texto foi publicado no livro que Moneta escreveu com Ernesto López e Aníbal Romero, **La reforma militar**. O autor começa sua análise mostrando os fracassos das experiências prévias de reforma, em sua opinião acontecidas pelo conhecimento deficiente do ator militar. Para atenuar esta limitação pretendia analisar o impacto que tinha gerado o Processo na sociedade e nas próprias FF.AA. O impacto significado pelo conflito das Malvinas, principalmente pelo inimigo com que tiveram de se enfrentar as forças argentinas tinha servido, na sua opinião, para substituir os habituais estereótipos por perspectivas mais realísticas sobre a posição argentina no mundo e os seus potenciais aliados e rivais. Portanto, as FF.AA. deveriam enfrentar uma série de novas condições, como aquelas geradas pelo novo governo constitucional, as demandas da sociedade civil, a mudança da situação internacional, e as interações entre as próprias forças. Se não houvesse uma solução apropriada para esses desafios, Moneta previa confrontações entre o governo e as FF.AA., e conflitos inter e intraforças<sup>330</sup>.

Por outro lado, mostrou que o fracasso na missão auto-imposta tinha significado para os militares uma retirada humilhante aos quartéis. Esta era, certamente, de difícil aceitação para os homens de uniforme que se refugiaram numa mentalidade defensiva, sustentando que o seu fracasso tinha sido por aplicação insuficiente de seu programa e não para falhas inerentes ao mesmo. Combinada com essa percepção, os medos do fracasso do novo governo

---

<sup>330</sup> MONETA, Carlos J. , *Fuerzas armadas y gobierno constitucional después de Malvinas: hacia una nueva relación cívico-militar*. In: MONETA, Carlos J.; LOPEZ, Ernesto; ROMERO, Aníbal. Op. cit., pp. 13-15.

constitucional e a volta às situações vividas no passado recente também eram fonte de inquietude. Somando-se isso, as medidas implementadas pelo governo constitucional em relação à gestão administrativa e responsabilidades emanadas da guerra suja, os avanços civis em assuntos que tradicionalmente constituíram um espaço reservado aos militares como doutrina e organização interna das FF.AA., e a postura adotada pelo governo de Alfonsín em relação ao caso Malvinas fizeram prever uma relação contraditória dos militares com o governo. Moneta chamou a atenção sobre os problemas de natureza psicológica, ideológica, profissional, social, política e econômica que deveriam ser enfrentados globalmente se se quisesse integrar as FF.AA. ao sistema democrático<sup>331</sup>. Para este autor, as medidas a serem adotadas para disciplinar e reestruturar as FF.AA. seriam insuficientes se não procedessem simultaneamente à modificação dos padrões ideológicos e culturais, à colocação em prática de uma concepção diferente de defesa nacional, e à reconstrução total do sistema político e as suas regras de jogo, de forma que os civis não cedessem a tentação de usar novamente o militar em funções de arbitragem de conflitos políticos, e de forma que estes achassem uma função política aceitável<sup>332</sup>.

Baseado no desenvolvimento dado Moneta a este caso específico, pode-se deduzir que o autor concebia a guerra a partir de uma concepção convencional e, no plano geopolítico, expressava três hipóteses de conflito suscetíveis de derivar em hipóteses de guerra: Malvinas (a partir do conflito de 1982) Chile e Brasil (embora o Tratado de Paz e Amizade assinado com os chilenos e o avanço nas relações bilaterais e os incrementos da cooperação com os brasileiros servissem para melhorar as relações com ambos os vizinhos). Ao estabelecer uma possível união entre essas três hipóteses, o autor chega à conclusão de que as mesmas se vinculavam a uma militarização potencial do Atlântico Sul por parte da OTAN, e destacava o papel central que a Grã-Bretanha jogava nas primeiras duas hipóteses, e os Estados Unidos

---

<sup>331</sup> Idem, *ibidem*, p. 30.

<sup>332</sup> *Ibidem*, p. 31.

em cada uma delas<sup>333</sup>. A partir desse ponto, e revisando as necessidades da defesa do governo democrático, Moneta propunha a regionalização do problema da defesa. Esta necessidade estava justificada com as novas ameaças de natureza econômica que deveriam confrontar os países da região, muito poderosas para se achar uma solução individual, simultaneamente reduzindo a necessidade de uma resposta de natureza armada. Se a missão das FF.AA. argentinas era a de reduzir a vulnerabilidade estratégica do país, isto poderia ser alcançado a partir de medidas combinadas com os aliados naturais, isto é, com os outros países latino-americanos. Isto não implicava que na confrontação entre os dois blocos nos quais dividia-se o mundo então, não se pudesse considerar a decisão de se unir a favor de um ou de outro. Porém, esta decisão só deveria se efetivar no caso de um conflito que ameaçasse a sobrevivência regional, sendo naquele momento prioritário para a região os conflitos que tentassem superar as assimetrias políticas, econômicas, culturais, científicas, tecnológicas e militares. Como corolário, deveriam se achar mecanismos para resolver as disputas e conflitos regionais para melhorar a autonomia dos Estados da América Latina<sup>334</sup>. Em síntese, se no marco da D.S.N. foi priorizada a segurança interna e os conflitos regionais dentro de uma perspectiva global de confrontação Leste-Oeste, a proposta de Moneta colocava ênfase na defesa nacional e na coordenação de políticas regionais em relação à confrontação Norte-Sul.

No plano das políticas econômicas, estas eram concebidas para diminuir as turbulências sociais e servir, em menor medida, como apoio para as necessidades da defesa. Para o autor, era indispensável modificar a estrutura produtiva herdada do *Processo*, variando os parâmetros de inserção internacional do país, unindo-os a uma estratégia global de cooperação e associação no cenário latino-americano. Basicamente, sua análise buscou uma estrutura econômica diversificada onde a indústria desempenha para um papel central que permite a incorporação das inovações tecnológicas por meio de formas intra-setoriais de

---

<sup>333</sup> Ibidem, pp. 42-45.

<sup>334</sup> Ibidem, pp. 61-66.

especialização. Para a atividade econômica, Moneta definiu três planos: o primeiro era composto pelas atividades primárias e agroindustriais; o segundo consistia naquelas atividades que podiam ser desenvolvidas e competitivas no plano regional; e o terceiro compreendia que entendia aqueles bens não comerciais, produzidos com um propósito social. Para o segundo plano, considerava atividades industriais passíveis de complementação e associação com os restantes países da América Latina onde se localizavam os setores mais suscetíveis de precisar de uma reconversão industrial e que contivesse uma maior percentagem de inovações tecnológicas<sup>335</sup>. Uma última proposta de importância era a de chegar ao estabelecimento duma indústria latino-americana de armamentos. Isto se tornava necessário pelos custos altos e proibitivos que significavam para as nações latino-americanas a importação de armamentos dos países desenvolvidos. Por sua vez, isto se unia às considerações feitas no ponto prévio em relação à defesa regional, sustentando o autor que isso viria relacionado a uma série de medidas de confiança mútua, como exercícios conjuntos, acordos, sistemas de consulta política, integração e complementação econômica<sup>336</sup>.

No final, no atinente à relação das FF.AA. com o poder político, Moneta destacou nos processos internos de socialização e nas possíveis funções que os homens de uniforme podiam realizar numa sociedade democrática. Quanto à socialização interna, considerava que os militares eram parte de um subsistema social excessivamente fechado e hostil a toda influência externa. A natureza hierárquica da classe profissional foi aumentada pelo sistema de promoção que, embora estivesse baseado no mérito, privilegiou a aptidão profissional e a disciplina sobre a inteligência e a capacidade de inovação de seus integrantes. Portanto, aqueles que freqüentemente mostravam estas qualidades foram banidos da carreira ou deveriam enfrentar a aposentadoria em idades prematuras, chegando às posições mais altas aqueles que apresentavam uma atitude mais inclinada à manutenção do *status quo*. Isto levou

---

<sup>335</sup> Ibidem, pp. 59-61.

<sup>336</sup> Ibidem, pp. 67-69.

Moneta a propor uma reforma total do sistema educacional militar, favorecendo a abertura e a incorporação de alguns valores não militares nessas instituições. Ao mesmo tempo, isto requeria da sociedade civil a compreensão da impossibilidade de uma democratização total das instituições militares, visto que atentaria contra a sua capacidade operativa. Em relação ao papel ativo que as FF.AA. podiam levar à frente na sociedade, a recuperação da sua tarefa como construtores de escolas, hospitais, caminhos, pontes, comunicações e atenção de desastres (especialmente nas fronteiras ou áreas marginais), serviriam como via para a recuperação da estima da sociedade para com os militares. Finalmente, considerou o autor ser necessário debater as possibilidades de participação na arena política dos homens de uniforme, seja pelo voto ou pela formação de partidos políticos integrados por militares aposentados que representariam os interesses ou perspectivas das FF.AA.<sup>337</sup>.

Como se pode apreciar, a contribuição de Moneta ao debate na política de defesa não está tanto nas propostas concretas de reforma e reestruturação das FF.AA., mas na união do problema militar às condições políticas e econômicas que tornavam necessária a reforma. Outra contribuição crucial era advertir das dificuldades concretas que era necessário enfrentar para a sua realização, unida à ignorância que existia entre os civis acerca dos militares e suas idéias, que os levavam a desconsiderá-las. Portanto, e para concluir este ponto, faremos uma breve síntese dos artigos publicados nas revistas militares sobre a reforma e reestruturação de exército.

Neste aspecto, é surpreendente a escassez de trabalhos relacionada ao tópico, máxime que se lembre da importância desta questão para os homens de uniforme. O único trabalho de importância nesse período foi o artigo do Ten. Cel. Raúl José Romero *Reestructuración, plan de guerra y el área de personal* publicado na **Revista Militar**. Este escrito foi publicado pelo Círculo Militar, (instituição que nucleava aos militares

---

<sup>337</sup> Ibidem, pp. 83-88.

aposentados), e a sua publicação foi realizada no ano de 1986. Na discussão, o autor parte, do que denominou uma crise de auto-estima provocada pela perda da aura de invencibilidade que tinha acompanhado o Exército desde os tempos da Independência até o conflito das Malvinas, e o fracasso do padrão burocrático-administrativo que tinha sido usado como alternativa ao poder civil, e que tinha mostrado as suas falências durante o tempo do *Proceso*<sup>338</sup>. Tomando como modelo o “Exército dos cem mil” da Alemanha post-Versailles, que tinha servido como base à *Wehrmacht*<sup>339</sup>, Romero propunha a constituição de uma força de magnitude média com a maioria dos quadros em funções de operação, mínimo pessoal de quadros em funções de logística, pessoal civil na área administrativa e de apoio, e participação mínima de soldados conscritos (fundamentalmente guiados para funções logísticas, territoriais e para a conformação de reservas)<sup>340</sup>.

Recapitulando, achamos coincidências significantivas nas contribuições que esses autores propuseram para a concepção de uma plataforma doutrinal que substituísse a D.S.N. A concepção de guerra, foi compreendida como resposta a uma agressão externa de tipo convencional, incorporando o caso Malvinas como hipótese de conflito e, embora contemplassem as hipóteses clássicas relativas ao Chile e ao Brasil, foi dado destaque à necessidade de mecanismos de desenvolvimento de defesa hemisférica entre os países latino-americanos que, evidentemente, diminuía grandemente a sua importância. Quanto à concepção de nação, os autores comentados propunham a definição de um perfil industrial que servisse para manter uma capacidade de defesa concorde às necessidades do país, também salientando a necessidade de complementar desenvolvimento econômico, científico-tecnológico e produção para a defesa com os outros países da América Latina. A relação entre

---

<sup>338</sup> ROMERO, RAÚL J. *Reestructuración, plan de guerra y el área de personal*. **Revista Militar**, nº 715, Buenos Aires: enero-diciembre de 1986, pág., 81.

<sup>339</sup> Idem, *ibidem*, p. 82. Este modelo estava baseado no caráter profissional de todos os seus quadros, o que permitiu a Hitler realizar uma formidável expansão do Exército ao chegar ao poder, sem perda alguma de qualidade. Haja vista a Alemanha ter tido capacidade de enfrentar a Segunda Guerra Mundial.

<sup>340</sup> *Ibidem*, p. 83.

as FF.AA. e o poder político eram concebidas enquanto subordinação completa às autoridades constitucionais, que eram as que fixariam os objetivos considerados prioritários, correspondendo aos militares só uma função técnica para traduzir estas disposições em programas de operação. Porém, embora sem muita clareza, foi expressa a necessidade dos militares acharem alguma função política que os comprometessem com o sistema democrático. Se compararmos o afirmado até aqui ao debate parlamentar em torno da Lei de Defesa, acham-se duas diferenças fundamentais. A primeira, relacionada com a concepção estritamente militar do projeto apresentado pelo governo de Alfonsín, documento que delineava uma visão burocratizada do problema militar. A outra questão, fundamental para travar a lei, vinculava-se a um problema encadeado ao recente passado da Argentina, isto é, a função das FF.AA. quanto aos conflitos de segurança interna. Esta questão mostrou os limites contextuais que tinha o governo para resolver o problema militar, ao mesmo tempo que evidenciou as suas falhas na condução e uma falta ostensiva de audácia. Essas limitações teriam um peso considerável na crise militar que Alfonsín deveria enfrentar a partir de abril de 1987, colocando os argentinos na passagem estreita entre o abismo e a oportunidade.

### CAPTULO 3: UM FAROL NA TEMPESTADE (abril de 1987 – julho de 1989)

#### 3.1. As rebeliões carapintada: A guerra entre o escritório e a loja de campanha.

Em abril de 1987, aconteceu o fato mais dramático nas relações entre o governo e as FF.AA. durante a presidência de Alfonsín. No decorrer da Semana Santa daquele ano, entre os dias 15 e 18, houve uma sublevação militar com epicentro nas unidades de Córdoba e a Escola de Infantaria de Campo de Mayo, nas proximidades da cidade de Buenos Aires<sup>341</sup>. O mesmo tinha sido resultado das dificuldades inerentes à situação militar e aos erros no planejamento e na condução política do governo radical, e as suas conseqüências dariam um matiz dramático à evolução posterior da política argentina. Por outro lado, os dias da Semana Santa foram à carta de apresentação de um setor interno do Exército, os *carapintada*, que expressaram com a sua aparição uma dupla crise da instituição militar: crise de identidade<sup>342</sup> e crise profissional da qual derivaria um afiado conflito interno.

Os *carapintada* foram assim denominados devido ao betume com que pintaram as suas faces em operações, eram basicamente da arma de infantaria e, dentro dela, aqueles que tinham realizado a especialização em comandos, sendo os integrantes que pertenciam a promoção 94 da Escola Militar os seus membros de maior destaque. Na Semana Santa, a sua cabeça visível foi o Ten. Cel. Aldo Rico, mas considerava-se que o seu verdadeiro líder era o Cel. Mohamed Alí Seineldin, então no Panamá. O aparecimento desta corrente esconde vários

---

<sup>341</sup> Talvez o relato mais completo desta rebelião seja o de GRECCO, Jorge; GONZALEZ, Gustavo, **¡Felices Pascuas!** Los hechos inéditos de la rebelión militar. Buenos Aires: Planeta, 1988.

<sup>342</sup> Para Ernesto López, a crise da identidade militar pôs em questão tanto os aspectos profissionais como os éticos, levando à pergunta do que significava ser militar na Argentina. Esta pergunta se compunha de ingredientes militares, como o fracasso nas Malvinas, políticos, a questão relativa ao fracasso do *Proceso*, e éticos, centrados na repressão dos anos 1970 e simbolizados nas pessoas desaparecidas e no roubo de crianças. Ver LOPEZ, Ernesto, Op. cit., pp. 62-63.

paradoxos que tentaremos desvelar antes de considerar quais as posições do setor em relação à reforma militar<sup>343</sup>.

Não é o nosso propósito estender-nos excessivamente nas rebeliões *carapintada* e na política do governo radical relativa aos problemas derivados da guerra suja<sup>344</sup>. Porém, é necessário fazer algumas considerações acerca deste, como isto foi comprovado quanto à reforma militar e especialmente quanto ao debate da Lei de Defesa -as políticas de defesa do período eram imagens de um Jano que tentava legislar para o futuro, mas que era pego pelo passado. Como mencionamos no ponto 2.1., uma das primeiras medidas do governo de Alfonsín foi dispor o julgamento dos membros das primeiras três Juntas militares. Esta decisão levou em consideração três níveis de responsabilidade que Alfonsín tinha enunciado na campanha eleitoral<sup>345</sup> e que tentavam conciliar o impossível: a postura dos militares relativa ao perdão dos crimes cometidos em circunstâncias por eles consideradas atos de serviço, e a postura da sociedade civil expressa pelas organizações de direitos humanos que exigiram juízo e castigo a todos os culpados. Se dispusesse o julgamento das mesmas por parte da justiça militar, deixava-se aberta a instância da apelação perante a justiça civil. Esta modificação era parte das reformas –cruciais para o desenvolvimento posterior do problema- que fizera o governo ao Código de Justiça Militar. Nas reformas, o governo tentou uma primeira definição da obediência devida, ou seja, que um militar não era responsável se agiu por erro insalvável relativo a uma ordem recebida. Porém, uma modificação proposta pelo senador Sapag sem a qual os senadores neuquinos não houvessem contribuído com os seus votos indispensáveis para a modificação do Código, excluir a quem fez atos cruéis ou aberrantes como a violação,

---

<sup>343</sup> Tanto Seineldin como Rico foram instrutores das primeiras promoções de comandos. De acordo com Morales Solá, enquanto Rico apontava para uma preparação física rigorosa, Seineldin visava atingir os aspectos ideológicos com os quais tentava criar uma mística entre os integrantes desta especialidade. MORALES SOLA, Joaquín, Op. cit., 1990, pp. 138-139.

<sup>344</sup> Um artigo breve e ilustrativo nesta questão é o de FONTANA, Andrés. *La política militar del gobierno constitucional argentino*. In: NUN, José; PORTANTIERO, Juan Carlos (comp.). Op. cit., pp. 375-418.

<sup>345</sup> Para Jaunarena, deveriam se encontrar responsabilidades exemplificadoras que deixassem claro que quem praticasse daí para o futuro aquele tipo de crime iria para a prisão, mas naquele momento o erro conceitual foi supor que a punibilidade passava pelo castigo para todos e cada um dos responsáveis. GRECCO, Jorge; GONZALEZ, Gustavo. Op. cit., 1990, p. 141.

torturas e o seqüestro de crianças<sup>346</sup>. Meses depois, a difusão do relatório do CONADEP mostrou à opinião pública que estes atos tinham sido a norma e não a exceção<sup>347</sup>, o que reforçou a rejeição da sociedade civil aos militares e o aumento da inquietude nos quartéis.

O Conselho Superior das FF.AA. que tinha sob a sua responsabilidade as atuações relativas aos integrantes das juntas militares, determinou depois de incontáveis demoras que não havia nada censurável no desempenho dos militares na repressão, havendo agido estes de acordo com os regulamentos e resolvendo a absolvição dos processados. Imediatamente, a causa foi enviada à Justiça Federal, o que levou o processo a terminar no ano de 1985. O veredicto do mesmo estabeleceu a culpa dos comandantes em diversos crimes, o que derivou em condenações e destituição para alguns dos acusados. As expectativas do governo eram que por meio da condenação imposta aos integrantes das Juntas, ficassem satisfeitas as expectativas da população, ao mesmo tempo em que foram estabelecidos os limites para levar aos tribunais os outros responsáveis. Especulava-se com que foram julgados adicionalmente somente os comandantes de Corpo de Exército e alguns repressores emblemáticos. Não obstante, no ponto 30 da condenação deixava-se clara a responsabilidade coletiva das FF.AA. na repressão e dispunha avançar no julgamento de todos aqueles nela envolvidos<sup>348</sup>. Com a confirmação da sentença por parte da Corte Suprema de Justiça, a inquietude se mudou simultaneamente para os escritórios do Governo e os quartéis militares.

Os radicais entenderam que se encontravam numa situação delicada, sem margem de manobra e onde qualquer decisão que tomassem acarretaria a rejeição de algum setor. Então, persistiram levando à frente a estratégia que tinha falhado nos casos prévios; expressar à

---

<sup>346</sup> LOPEZ, Ernesto, Op. cit., 1994, p. 97. De acordo com Luis Tibiletti, a emenda Sapag desmantelou a estratégia do governo de Alfonsín na área da política militar. TIBILETTI, Luis. Entrevista com o autor. Buenos Aires, 16 de maio de 2003.

<sup>347</sup> CONADEP. **Nunca más**. Informe de la Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas. Buenos Aires: Eudeba, 1984, p. 8.

<sup>348</sup> O ponto 30 estabeleceu que o limite inferior para o julgamento seria dado pelos “oficiais superiores que ocuparam o comando de zona ou subzona de defesa durante a luta contra a subversão, e de todos aqueles que tiveram responsabilidade operativa nas ações”. LOPEZ, Ernesto. Op. cit., 1994, p. 99. Também ver VERBITSKY, Horacio. Op. cit., 1987, pp. 145-151.

sociedade que os culpados seriam castigados, aos militares que teriam algum tipo de solução às suas dificuldades, ao mesmo tempo em que se tentava apertar sutilmente a Justiça em um tal sentido. Esta estratégia, conhecida popularmente como *duplo discurso*<sup>349</sup>, minaria gradualmente a credibilidade de Alfonsín e seu governo perante todos os setores. Por outro lado, o CEMGE Rios Ereñú estabeleceu um acordo delicado com os seus subordinados: os mesmos deveriam aceitar a “batalha legal”, mas ao mesmo tempo comprometeram-se em achar uma solução política que os colocasse a salvo das prováveis condenações. Por sua vez, o ministro Jaunarena passou a ser absorvido por estes problemas, o que explica a paralisia virtual da reforma militar e a demora *sine die* da Lei de Defesa<sup>350</sup>. Depois de várias tentativas frustradas de condicionar à justiça, como as instruções enviadas aos fiscais de distrito militares para que aplicassem o princípio de obediência devida<sup>351</sup>, e ante o incremento da tensão militar -que inclusive teve um dos seus extremos mais ressonantes numa tentativa de atentado contra Alfonsín durante uma visita de inspeção a um regimento em Córdoba-<sup>352</sup>, o governo resolveu tomar uma resolução drástica, enviando ao Congresso durante as sessões extraordinárias de 1986 o projeto de Lei de Extinção de Causas, conhecido como Lei do Ponto Final. No mesmo estabeleceu-se um prazo de sessenta dias a partir da sua publicação no Boletim Oficial para iniciar as causas contra aqueles militares envolvidos em atos de violação aos direitos humanos<sup>353</sup>. O próprio Alfonsín teve uma participação ativa na aprovação desta lei, exigindo dos deputados e senadores do seu partido a aprovação da lei dentro numa reunião partidária na qual ameaçou com a expulsão aos dissidentes, e foi feito constar o nome dos votantes para cada postura no momento de ser aprovada a lei<sup>354</sup>.

---

<sup>349</sup> LOPEZ, Ernesto. Op. cit., 1994, p. 97.

<sup>350</sup> Na opinião de José Manuel Ugarte, a inatividade proverbial do ministro agravou a situação e foi uma das razões que conduziram à rebelião da Semana Santa. UGARTE, José Manuel. Entrevista com o autor, Buenos Aires, 16 de maio de 2003.

<sup>351</sup> LOPEZ, Ernesto. Op. cit., 1988, p. 60.

<sup>352</sup> VERBITSKY, Horacio. Op. cit., pp. 173-175; LOPEZ, Ernesto. Op. cit., 1988, p. 48.

<sup>353</sup> Para Ernesto López, a lei de Ponto Final significou “tanto a definitiva renúncia do oficialismo para se mover no terreno dos argumentos e as razões quanto a sua opção para a argúcia”. LOPEZ, Ernesto. Op. cit., p. 65.

<sup>354</sup> VERBITSKY, Horacio. Op. cit., pp. 277-289; MORALES SOLA, Joaquín. Op. cit., 1990, pp. 153-156.

Publicada a lei no Boletim Oficial no final de dezembro de 1986, o governo especulava que as tradicionais férias judiciais de janeiro impediriam o começo das causas. Porém, os Tribunais Federais suspenderam as mesmas, e quando se chegou ao termo do prazo estabelecido pela lei havia aproximadamente quatrocentos militares com causas iniciadas, um número sensivelmente maior que o desejado pelo governo<sup>355</sup>. Se grande era a paralisia do Governo, os militares passaram a um estado de quase rebelião, com assembléias em todas as unidades onde se discutiam os passos a seguir perante as citações judiciais que começariam a chegar no mês de março. Ante este quadro, os funcionários do governo começaram a preparar um projeto de lei que especificasse os alcances da obediência devida<sup>356</sup>, tentando impedir a provável condenação de muitos desses militares. Por outro lado, Ríos Ereñú tentava reter o controle, que se escorregava como água entre os seus dedos, sugerindo que “quando a Justiça der o seu veredicto, talvez a solução seja política”<sup>357</sup>.

Foi este o momento em que os *carapintada* relizaram o seu aparecimento público. Paradoxalmente, nenhum dos seus líderes tinha causa por violações dos direitos humanos, ao contrário de muitos mandos superiores designados pelo Alfonsín. Além disso, puderam exibir os seus desempenhos durante o conflito das Malvinas onde tanto Rico como Seineldin tiveram uma destacada participação, sendo condecorados por isto. Não obstante, já durante aquele conflito mostrariam uma tendência (já exibida perante os oficiais superiores em anos prévios) que seria uma marca constante do seu comportamento: o desprezo à hierarquia burocrática e à disciplina. Nas Malvinas, Rico se dispôs a levar à frente uma rebelião com o objetivo de destituir aos mandos militares incompetentes encabeçados por Menéndez, sendo desanimado por Seineldin, atento às conseqüências que teria quebrar a cadeia de mandos em plena

---

<sup>355</sup> LOPEZ, Ernesto. Op. cit., 1994, p 102.

<sup>356</sup> Uma lei nesse sentido tinha sido pedida através de Rios Ereñú numa reunião que manteve com Alfonsín no começo de abril de 1987. MORALES SOLA, Joaquín. Op. cit., 1990, p. 156.

<sup>357</sup> LOPEZ, Ernesto. Op. cit., 1994, p. 102.

guerra<sup>358</sup>. Esta diferença na concepção sobre a disciplina seria um dos pontos de diferença entre ambos os líderes *carapintada*, e foi talvez uma das razões fundamentais pelas quais a rebelião foi exclusivamente comandada por Rico.

A rebelião da Semana Santa foi realizada com base na única razão que poderia congrega os *carapintada* aos setores liberais e profissionais: a interrupção das investigações judiciais sobre violações aos direitos humanos<sup>359</sup>. Os *carapintada* censuraram as Juntas por terem dirigido uma guerra sem princípios claros e terem transformado uma vitória militar em derrota política. Também rejeitaram os erros ocorridos na condução da Guerra das Malvinas que era reivindicada como uma gesta heróica pelos *carapintada*. Os militares rebeldes também tiveram divergências sérias com a condução do Exército que, consideravam, tinha tentado a sua salvação pessoal e deixado os seus subordinados liberados à sua sorte. Portanto, esta foi à razão que os levou a se rebelar, reivindicando uma causa que em princípio era alheia. Na realidade, era tal o grau de fragmentação do Exército que a guerra suja tinha se tornado o único tópico unificador de todos os setores. Esta rebelião também mostrou o escasso controle exercido pelo governo sobre os mandos militares; embora a rebelião tivesse apenas cem participantes, muitos mandos foram reticentes a participar na sua repressão. Em alguns casos, porque compartilhavam secretamente das razões que esgrimiam os *carapintada* para a interrupção do que consideravam uma perseguição judicial. Muitos deles também temiam que fosse exposta a sua incapacidade de controlar os seus subordinados. A única unidade de importância mobilizada até Campo de Mayo para reprimir a Rico e aos seus homens demorou exageradamente a percorrer o itinerário, o que comprovava a sua falta de interesse em fazê-lo, sendo chegado ao extremo em que os mandos destas unidades votavam para decidir se reprimiriam ou não.

---

<sup>358</sup> CHUMBITA, Hugo. Op. cit., p.20.

<sup>359</sup> Na opinião de Ernesto López, esta era uma questão relevante em termos da identidade militar, visto que era o único espelho em que podiam se olhar os militares que participaram na luta anti-subversiva e a Guerra das Malvinas, e afirmava que “o mito de *um Exército vencedor na guerra contra a subversão* era a única coisa que os mantinha unidos”(as itálicas pertencem ao autor). LOPEZ, Ernesto. Op. cit., 1988, pp. 62-63.

O Governo tinha previsto a possibilidade de alguma rebelião, e inicialmente agiu com decisão. O presidente Alfonsín, num discurso da Assembléia Legislativa na Quinta-feira Santa, expressava

[...] Não hei de fazer concessões ante iniciativa ou pressão alguma que apontem para restringir o exercício dos direitos e as liberdades que fazem à mesma natureza da democracia. Tampouco hei de fazer concessões ante iniciativa ou pressão alguma que pretenda limitar, condicionar ou negociar a igualitária sujeição de todos os cidadãos, com ou sem uniforme, para os ditados da lei. Os argentinos amanheceram hoje surpreendidos pelas notícias de que um ex-oficial do Exército resistia, com a colaboração de outros oficiais, uma ordem de apreensão, dada depois que a Câmara Federal de Córdoba o declarou em rebeldia por desacatar uma citação judicial. Este não é um ex-abrupto temperamental de um homem, senão uma meditada manobra de um grupo de homens cujo objetivo é criar um fato consumado que obrigue ao governo a converter em matéria de negociação as suas políticas. Se pretende por esta via impor ao poder constitucional uma legislação que consagre a impunidade daqueles que se acham condenados ou processados em conexão com violações de direitos humanos durante a passada ditadura. Não podemos, de modo algum, aceitar um intento extorsivo desta natureza [...] <sup>360</sup>.

Porém, ante as reticências que tiveram os militares para reprimir, entenderam ser o único apoio tido aquele da civilidade. As multidões enchiam as praças da República inteira em rejeição à rebelião, e quase todas as organizações políticas e sociais uniram-se em torno dos poderes constitucionais. O caso mais evidente foi o do peronismo renovador que, ao mando de Antonio Cafiero, esteve presente todo o tempo ao lado de Alfonsín, além de suas divergências a respeito da questão militar. Isto evidencia a existência de um consenso bipartidário que seria crucial no futuro para a aprovação da Lei de Defesa.

Não obstante, no Domingo de Páscoa, depois de algumas reuniões dos rebeldes que até tiveram uma entrevista com o ministro Jaunarena, Alfonsín anunciou à multidão na Plaza de Mayo que iria pessoalmente intimar a rendição dos rebeldes. Depois de duas horas infinitas, Alfonsín voltou de Campo de Mayo. A sua fala tinha mudado dum modo rotundo:

Compatriotas!... Compatriotas!... Compatriotas!... Felizes Páscoas!  
Os homens amotinados depuseram a sua atitude...  
Como corresponde, serão detidos e submetidos à Justiça.

<sup>360</sup> CHUMBITA, Hugo. Op. cit., p. 29.

Trata-se dum grupo de homens, alguns deles heróis da Guerra das Malvinas que tomaram esta posição equivocada e que reiteraram que a sua intenção não era causar um golpe de Estado.

Mas de qualquer maneira eles levaram o país a esta tensão, a esta comoção que todos nós vivemos, do qual foi protagonista fundamental o povo argentino no seu conjunto.

Para evitar derramamento de sangue eu dei instruções aos mandos do Exército de forma que não se proceda à repressão, e hoje podemos todos dar graças a Deus: a casa está em ordem e não há sangue na Argentina.

Eu peço ao povo que está concentrado a Campo de Mayo que se retire. É necessário que assim o faça, e eu peço a todos vocês que retornem às suas casas, e beijem as suas crianças, e celebrem a Páscoa em paz na Argentina.

Das histórias existentes sobre a entrevista entre Rico e Alfonsín pode ser deduzido que o Presidente convenceu ao militar de que o governo estava trabalhando apressadamente num projeto de lei a ser enviado ao Congresso, que absolvendo a todo militar que agiu em execução de ordens no curso da repressão, proposta prontamente aceita pelo militar para cessar a rebelião, assumindo a responsabilidade exclusiva pela mesma<sup>361</sup>. Não obstante, o fato de ter Rico aparecido numa conferência de imprensa minutos depois da fala presidencial dando conta de que tinham atingido seus objetivos e que o Exército estava de pé<sup>362</sup>, e a remessa quase imediata para o Congresso do projeto de Lei de Obediência Devida fez saltar pelo ar a credibilidade política de Raúl Alfonsín. A lei seria aprovada em maio 1987 e garantiria a impunidade dos militares com causas abertas por violações aos direitos humanos<sup>363</sup>. “Felizes Páscoas” e “a casa está em ordem” seriam as expressões que comprovariam os limites do duplo discurso do governo radical, e a sua claudicação perante dos militares<sup>364</sup>. Na realidade, marcaria o princípio do fim do governo de Alfonsín que perderia as eleições de renovação parlamentar e de governadores em setembro daquele ano, para o justicialismo. Ao longo prazo, esses acontecimentos significariam o começo do descrédito dos políticos perante a população, com conseqüências devastadoras sobre o sistema democrático argentino.

<sup>361</sup> MORALES SOLA, Joaquín. Op. cit., 1990, p. 161.

<sup>362</sup> CHUMBITA, Hugo. Op. cit., p. 41.

<sup>363</sup> Se os rebeldes de Semana Santa insistiram nos níveis de oficiais subalternos e chefes, pela sugestão do novo CEMGE José Caridi foram incluídos “os oficiais superiores que não tinham revistado como Chefes Comandantes, chefe de área, chefe de subzona, ou chefe de força policial ou penitenciária”, como constava no art. 1º do projeto de lei. LOPEZ, Ernesto. Op. cit, pp. 95-96.

<sup>364</sup> MORALES SOLA, Joaquín. Op. cit., 1990, p. 162.

A crise da Semana Santa originou fortes mudanças ao nível da cúpula<sup>365</sup>. Ríos Ereñú foi substituído pelo Gal. José Segundo Dante Caridi, da Arma de Artilharia e de extração liberal, o que o levou a se enfrentar diretamente com os *carapintada*. A designação de Caridi mostrou as contradições do governo em assuntos militares; o novo CEMGE não só tinha causa aberta por violações aos direitos humanos, mas solicitava abertamente o indulto aos Comandantes. Porém, Caridi era funcional ao objetivo que o governo tinha-se proposto: a desarticulação do movimento *carapintada*<sup>366</sup>. Por medidas burocráticas como arrestos, aposentadorias obrigatórias, passagem a reserva e mudanças de destino foram cercando a Rico e aos seus partidários que, em janeiro de 1988, foram forçados a realizar outra rebelião. Mas o apoio que os *carapintada* tinham obtido na Semana Santa havia desaparecido, e sob cenas insólitas como a do envio de unidades blindadas para realizar a prisão de Rico no *country* (bairro residencial fechado) onde tinha se refugiado, o militar rebelde escapou à cidade correntina de Monte Caseros onde se rendera depois de uma resistência breve e ineficaz<sup>367</sup> - não sem antes fazer uma declaração numa incomum entrevista coletiva na estrada desta cidade que passaria à história: “eu sou um soldado, e eu não posso me dar o luxo de duvidar. A dúvida é uma jactância dos intelectuais”<sup>368</sup>.

Nas reuniões de Caridi com os generais, anteriores à segunda rebelião de Rico, registrou-se um fato realçado por Ernesto López que marca uma mudança significativa de mentalidade entre os homens de uniforme. Este autor ressalta que os generais se mostravam dispostos a reprimir Rico, mas com a condição de contar com suficiente cobertura legal<sup>369</sup>. Esta exigência dos oficiais é significativa uma vez que mostra entenderem os militares que não podiam agir como se as disposições legais não os afetassem. Deste modo, começaram a

---

<sup>365</sup> Inclusive, chegou a se considerar a substituição do ministro Jaunarena por Leopoldo Moreau, o que foi desestimulado pelo Alfonsín em face à previsível rejeição que esta medida teria por parte das cúpulas militares. UGARTE, José Manuel. Entrevista com o autor. Buenos Aires: 16 de maio de 2003.

<sup>366</sup> Para Caridi os *carapintada* eram uma loja de grande perigo, desde que reagiam da mesma maneira a um estímulo comum embora estando separados. MORALES SOLA, Joaquín. Op. cit., 1990, p. 141.

<sup>367</sup> MORALES SOLA, Joaquín. Op. cit., 1990, p. 163.

<sup>368</sup> CHUMBITA, Hugo. Op. cit., p. 75.

<sup>369</sup> LOPEZ, Ernesto. Op. cit., 1988, p. 138.

percorrer o caminho que os levou da corporação sobre a sociedade a se constituir numa instituição integrada ao sistema político.

Mas a rebelião de Monte Caseros foi desenvolvida em paralelo com outro movimento militar cujos objetivos, se alcançados, houberiam tremido o país e colocado em perigo o próprio sistema democrático. Um grupo de integrantes da Força Aérea com o apoio de alguns civis, sob o comando do comodoro aposentado Luis Estrella, ocupou durante algumas horas o Aeroparque da cidade de Buenos Aires. Os objetivos deste grupo eram nada menos que o assassinato do CEMGFA Crespo, o seqüestro do CEMC Waldner, e rumores também circularam sobre o propósito de assassinar o próprio presidente Alfonsín. Essas espécies foram dadas a conhecer pelo mesmo Alfonsín, embora depois tenha optado por lhes retirar a importância<sup>370</sup>. Embora este episódio, como a intenção de ataque de Córdoba, tenha sido submerso no mistério, mostra com clareza a resistência que o governo enfrentava na área da política militar, e contribui à adoção do tom hesitante que era a norma da administração por parte do governo radical.

No momento de se aprovar a Lei de Defesa parecia ser o momento de Caridi. Porém, a sua capacidade se reduzia ao uso das ferramentas burocráticas, carecendo por completo de compreensão para entender os lados políticos da sua atividade, como lhe fez notar um homem que alcançaria fama no futuro, o Gal. Martin Balza, profissional e veterano honrado pelo seu desempenho nas Malvinas<sup>371</sup>. Também, o CEMGE supôs que, com Rico na prisão, o movimento *carapintada* tinha sido desativado. Esquecia do fato de que Seineldin estava até mesmo em atividade, em missão militar no Panamá. Em dezembro de 1988, encabeçaria uma nova rebelião que, na realidade, marcaria o princípio do colapso com que o governo radical se desmoronaria. Embora estes eventos excedam nosso recorte temporal, são de grande

---

<sup>370</sup> CHUMBITA, Hugo. Op. cit., pp. 79-83.

<sup>371</sup> Balza pediu para Caridi a aplicação de medidas tão drásticas como a expulsão do Exército ou o fuzilamento dos *carapintada* naquele diálogo. MORALES SOLA, Joaquín. Op. cit., 1990, p. 163.

importância para entender a complexidade dum movimento que não oferecia um ponto de vista unificado quanto à sua concepção dum novo exército.

Em essência, o que compartilhavam Rico e Seineldin era a idéia de um exército de combatentes, longe das questões burocráticas e intrigas palatinas. Para eles o exército era uma máquina de guerra que deveria se conduzir no terreno, e os melhores condutores eram aqueles que mostraram a sua capacidade no campo de batalha<sup>372</sup>. A partir desse entendimento, era possível estabelecer a disciplina em parâmetros novos. Porém, a questão disciplinar era uma das razões que causaram discordâncias entre ambos líderes. Para Rico, a disciplina era uma relação recíproca; quem comandava, além de exibir capacidade, deveria assumir responsabilidades por seus subordinados e não lhes deixar liberados à sua sorte<sup>373</sup>. Isto explica a sua decisão de comandar a primeira rebelião *carapintada*, desde que a chefia liberal tinha deixado indefesos perante a Justiça aos seus subordinados, acusados por uma guerra dirigida por eles. Enquanto, para Seineldin, na medida em que existia uma hierarquia na arma tinha de ser aceita. Portanto, propunha que os militares deveriam se apresentar e declarar nos tribunais, com o seu uniforme de combate, expressando ante os magistrados que se rendiam como prisioneiros de guerra<sup>374</sup>. Na realidade, a razão fundamental que motivou a rebelião de Seineldin era o fato de ter sido banido da lista de ascensões ao grau de general, o que praticamente o colocava em situação de aposentadoria e decapitava o movimento *carapintada*<sup>375</sup>.

---

<sup>372</sup> CHUMBITA, Hugo. Op. cit., p. 54.

<sup>373</sup> CHUMBITA, Hugo. Op. cit., p. 53.

<sup>374</sup> CHUMBITA, Hugo. Op. cit., p. 103. De acordo com este autor, surpreendentemente, era a mesma postura que tinham adotado os guerrilheiros do E.R.P. quando foram detidos pelas FF.AA. na década de 1970.

<sup>375</sup> MORALES SOLA, Joaquín. Op. cit., p. 165. O caráter discricional do armado das folhas de ascensão e ordens de mérito por parte do comando militar comanda que foi uma das ferramentas que Caridi usou na sua intenção de desarticular ao movimento *carapintada*, era uma prática freqüente na Argentina. Se esta metodologia fosse usada para impedir o acesso de Seineldin para o generalato, também em ocasiões teve utilidade para promover militares questionados por violações aos direitos humanos como no caso da promoção de Alfredo Astiz para o grau de capitão de corveta. MARTINEZ, Pablo. Entrevista com o autor. Buenos Aires, 14 de maio de 2003.

As diferenças entre ambos líderes também se estendiam ao plano da concepção de guerra. Para Rico, o Exército deveria tender a assegurar a defesa do território nacional quando de agressões estrangeiras. Considerava como hipóteses de conflito potencial as variáveis clássicas contra o Brasil e Chile. Reconhecia a existência do conflito com a Grã-Bretanha, mas calculava que a assimetria existente entre ambos países excluía este conflito daqueles que tinham possibilidades de uso da força armada, pleiteando uma solução diplomática baseada na firmeza na mesa de negociações. Por outro lado, considerava dentro das hipóteses de conflito as questões internas<sup>376</sup>, para as quais reivindicava o uso do Exército na sua resolução, justificando o uso da tortura como método de obter informação<sup>377</sup>. Na visão de Seineldin, existia só um conflito: o das Malvinas, contra Grã-Bretanha e os seus aliados norte-americanos. Todos os setores da vida nacional deveriam se preparar para essa única guerra, percebida como motor de um desenvolvimento autônomo e necessário para a unidade e liberação nacional.

Outras das suas divergências fundamentais estavam nas suas concepções sobre a política. Ambos compartilhavam uma visão autoritária da política, sendo hostis ao marxismo e à social-democracia (que, acreditavam expressava o governo de Alfonsín e os seus sócios menores do peronismo renovador, ficando situados perto das posições da direita peronista). Não obstante, para Rico era necessária a constituição de um movimento nacional que liberasse o país da dependência, em prol do que aceitava a necessidade de participar da luta política. Na visão de Seineldin, o sistema político inteiro era desesperadamente corrupto, e somente uma gesta nacional como a das Malvinas unificaria ao povo por cima dos partidos e iria reconduzir o país no caminho da liberação. Na realidade, esta seria a razão fundamental que marcaria com posterioridade a quebra entre ambos os líderes. Rico fundaria o Movimento por la Dignidad y

---

<sup>376</sup> As hipóteses de conflito externo ou interno foram expressas num documento apresentado pelos *carapintada* na ocasião da Conferência de Exércitos Americanos realizada na cidade de Mar del Plata, no mês de novembro de 1987. CHUMBITA, Hugo. Op. cit., p.65.

<sup>377</sup> GRECCO, Jorge; GONZALEZ, Gustavo. Op. cit., p. 138.

la Independência (MODIN) e seria integrado à vida política<sup>378</sup>. Seineldin, depois de um flerte inicial com o governo de Carlos Menem, crescentemente cercado e defraudado nas suas expectativas, se levantaria mais uma vez em dezembro de 1990. A derrota sangrenta da sua rebelião e o seu posterior julgamento e condenação à prisão perpétua marcaria o fim do movimento *carapintada* como corrente interna das FF.AA.

Como pode se apreciar, o movimento *carapintada* mostrou a crise que corroía o Exército. Era a reação de um grupo que, na frente de uma crise causada pelo setor dirigente do Exército desde os tempos da ditadura, propôs uma volta ao mito nacional de um Exército impoluto, receptor dos valores da nacionalidade forjada nos campos de batalha da Independência. Deste modo, os *carapintada*, hipertrofiavam o lugar do Exército, colocando-o por cima do resto da sociedade. Mas ao mesmo tempo colocaram-no em risco de destruição, ao questionar o papel da disciplina e priorizar o combate sobre as questões políticas que são, na realidade, as que motivam a existência de um aparelho militar<sup>379</sup>. Se o governo não pode aplicar os remédios legais correspondentes a esse tipo de movimento -que era os julgar e os reprimir pelo crime de rebelião, correspondendo a possibilidade inclusive de pena de morte para os seus líderes- isso se devia ao fracasso das suas políticas militares que tinham ficado atrapalhadas nos pântanos do passado. Mas, inesperadamente, a crise causada pelo movimento *carapintada* destruiu a unidade interna do Exército, oferecendo uma oportunidade ao poder político para estabelecer as regras do jogo em assuntos militares. Era a grande oportunidade para que os civis promulgassem uma Lei de Defesa acorde com as necessidades de um Estado democrático.

---

<sup>378</sup> Sobre o MODIN, a sua criação e a ideologia, ver KOZEL, Andrés. *El Movimiento por la dignidad y la independencia. Introducción al análisis de su ideología política*. In: LACOSTE, Pablo (comp.) **Militares y política**, 1983-1991. (Rico, Bussi, Ruiz Palacios, Ulloa, Mittelbach y el CEMIDA). Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1993, pp. 15-38.

<sup>379</sup> Neste sentido, Pablo Martínez reivindica a participação do Senado na confirmação das folhas de ascensão de funcionários superiores, isto é, aos coronéis e generais, desde que chegados a esses níveis de responsabilidade os militares precisam ter um nível de estadistas para a natureza complexa das decisões que devem tomar que não somente ficam nas questões operativas, mas freqüentemente envolvem aspectos políticos. MARTINEZ, Pablo. Entrevista com o autor. Buenos Aires, 14 de maio de 2003.

### 3.2. Caminhos que se aforquilham: continuidade do debate sobre a reforma das FF.AA.

Durante este período da Semana Santa de 1987 até o final do Governo Alfonsín, a quantidade de publicações referentes à reforma militar foi aumentada. Em alguns casos, os autores tinham escrito durante o período prévio, mas as contribuições foram conhecidas posteriormente aos eventos da Semana Santa. Mas, ao contrário de alguns dos textos analisados no ponto 2.3., pode ser que nem todos alcançaram a mesma influência de trabalhos como aquele de Orieta, cujo conteúdo foi crucial para a evolução posterior da reforma militar e particularmente da Lei de Defesa. Portanto, analisaremos os textos aludidos destacando os seus pontos chave, sem aprofundar excessivamente no seu conteúdo.

O primeiro livro que ora apresentamos é um escrito coletivo dos coronéis aposentados José Luis García, Horacio P. Ballester, Augusto B. Rattenbach e Carlos M. Gazcón, com o título **Fuerzas armadas argentinas el cambio necesario**. Bases políticas y técnicas para una reforma militar, publicado no ano de 1987. Estes militares tinham sido expulsos do Exército pela ditadura de Lanusse no ano de 1971, e por volta de 1980 tinham fundado o Centro de Militares por la Democracia a Argentina (CEMIDA)<sup>380</sup>. O CEMIDA foi articulado ao redor das idéias do nacionalismo popular e da unidade latino-americana, vigentes na década de 1970, centrando-se na clivagem libertação/dependência<sup>381</sup>. Embora, inicialmente, tanto o radicalismo quanto o peronismo tenham se aproximado desse agrupamento, sua falta evidente de peso específico dentro da Força levou ao seu isolamento progressivo.

Os homens do CEMIDA fizeram uma crítica importante do sistema neocolonial no qual estava, segundo pensavam, mergulhada a Argentina. Nessa linha de pensamento, o

---

<sup>380</sup> Um trabalho interessante sobre o CEMIDA é o levado a cabo por COEN, Gloria. *El CEMIDA*. In: LACOSTE, Pablo (comp.). Op. cit., pp. 124-137.

<sup>381</sup> Para Luis Tibiletti, os homens do CEMIDA continuaram ancorados na idéia velha do reformismo por via dos militares. TIBILETTI, Luis. Entrevista com o autor. Buenos Aires, 16 de maio de 2003.

sistema de defesa interamericano e o seu corolário doutrinal, a D.S.N., eram instrumentos dos Estados Unidos para manter a dependência das repúblicas latino-americanas e impedir a sua unidade<sup>382</sup>. Por outro lado, consideravam que, no cenário interno, as FF.AA. tinham sido crescentemente usadas para a consolidação de uma ordem social oligárquica. Isto tinha feito que, excetuando períodos excepcionais como durante o yrigoyenismo e o peronismo, as FF.AA. agissem longe dos setores populares onde os autores reconheciam a origem do Exército nacional<sup>383</sup>. De ambas as questões é deduzido que existia um correlato entre dependência externa e ordem social oligárquica, para o que a D.S.N. teve um papel funcional. A volta a uma concepção de defesa nacional, então, implicava a existência de um projeto e programa político, econômico, social e cultural<sup>384</sup>. Isto levou os autores a reivindicar um desenvolvimento do poder militar que servisse para consolidar o sistema democrático, incluindo progressivamente as forças militares em seu funcionamento, a estas entendendo como instrumento do desenvolvimento econômico, compreendido como uma mistura entre crescimento próprio e transferências reais de tecnologia, existência de desenhos nacionais, produção para balança internacional e exportações<sup>385</sup>.

A guerra foi concebida como um conflito de tipo convencional. Na opinião dos autores, a derrota na Guerra do Malvinas tinha deixado o país afetado por três hipóteses de conflito e extremamente vulnerável<sup>386</sup>. Isto exigiu uma redefinição da política externa da nação que tinha como consequência uma releitura do conceito de Ocidente que, para os integrantes do CEMIDA, descansava numa cultura que facilitava a organização de uma sociedade ao redor dos ideais de liberdade, igualdade e justiça, não precisando do alinhamento com qualquer potência hegemônica. Portanto, criticaram aquelas posturas segundo as quais no caso de

---

<sup>382</sup> GARCIA, José Luis; BALLESTER, Horacio P.; RATTENBACH, Augusto B.; GAZCON, Carlos M. **Fuerzas armadas argentinas el cambio necesario**. Bases políticas y técnicas para una reforma militar. Buenos Aires: Galerna, 1987, pp. 45-56.

<sup>383</sup> Idem, *ibidem*, pp. 17-43.

<sup>384</sup> *Ibidem*, p. 58.

<sup>385</sup> *Ibidem*, pp. 59-60.

<sup>386</sup> *Ibidem*, p. 102.

conflito a Argentina seria aliada dos Estados Unidos, visto que o conflito Leste-Oeste não era um conflito natural para o país, e as próprias potências reitoras de Ocidente tinham sido as que lutaram contra o país no conflito do Atlântico Sul<sup>387</sup>. Na perspectiva do CEMIDA, os conflitos com o Chile e o Brasil, foram percebidos de um modo diferente. A partir da assinatura do Tratado de Paz e Amizade com o Chile, em 1984, existia a possibilidade de encaminhar as relações entre ambos países para a estrada da cooperação. Porém, a Argentina não deveria esquecer das suas relações tradicionalmente boas com países como a Bolívia e o Peru, o que não era necessário já que o destino das quatro nações era comum. Em relação ao Brasil, a Argentina deveria se lembrar da lista de “país chave” que esta nação tinha no esboço norte-americano, com as suas implicações para o desenvolvimento da indústria de defesa. A Argentina não deveria desativar, sob qualquer ponto de vista, a sua própria indústria naquele setor, visto que fazer isso levaria a uma situação de dependência de terceiro grau<sup>388</sup>. Por outro lado, no plano dos conflitos internos, foi rejeitada toda a participação das FF.AA. desde que estes eles comprometiam ao Governo, as forças de segurança e a lei para ser questões de natureza policial<sup>389</sup>. Sobre a concepção da guerra foi destacada a necessidade duma doutrina de ação conjunta, devido à natureza tridimensional que tinha alcançado a guerra desde princípios do século XX<sup>390</sup>. Finalmente, como na maioria das escritos em comento, nesse período, os homens do CEMIDA propunham uma série de medidas de aplicação imediata, como também propostas relativas ao pessoal e a educação militar.

Outro livro de interesse na questão foi publicado pelo já aposentado Tem. Cel. Néstor Cruces, com o título de **Hacia otro Ejército posible**. Invitación al debate sobre aspectos íntimos de la profesión militar, no ano de 1988. Este autor tinha terminado sua carreira na Arma de Artilharia, especializando-se em questões vinculadas à pesquisa e desenvolvimento

---

<sup>387</sup> Ibidem, pp. 102-104.

<sup>388</sup> Ibidem, pp. 113-114.

<sup>389</sup> Ibidem, p. 120.

<sup>390</sup> Ibidem, pp. 122-124.

de tecnologia militar e chegando até a dirigir fábricas desses materiais. Para a realização do seu trabalho, cruzou variáveis profissionais como aquelas que provinham da sua experiência do mundo empresarial<sup>391</sup>, o que conferiu ao estudo um caráter peculiar.

O propósito perseguido por Cruces era responder a três questões que considerava fundamentais: inserção institucional, incidência orçamentária e eficiência operacional<sup>392</sup>. A resposta a essas indagações passava pela profissionalização das FF.AA. Considerava o autor que a função evidente do Exército era a de combater, cujos corolários eram a preparação para a guerra e o permanente alistamento. Isto permitiria alcançar um dos objetivos básicos da constituição do instrumento militar, a dissuasão, já que para alcançá-la deveria ser conservado um certo nível de efetividade combativa<sup>393</sup>. Outra função evidente, na sua opinião, era a manutenção da ordem, exercitando o monopólio da violência. Para Cruces, a manutenção da ordem era determinada quando

[...] um exército, subordinado ao poder civil, recebe deste último a ordem de agir em algum caso extremo no que a vigência da Constituição e as leis e ainda mesma a existência do país vê-se ameaçada desde o interior deste. O exército deve, então, cumprir a ordem dos poderes constituídos e agir neste meio interno que aparentemente não é ele próprio. Se compreende que este recurso extremo será usado pelo poder constituído quando tenham sido ultrapassadas todas as outras alternativas dissuasivas e repressivas com que conta o Estado.<sup>394</sup>

Embora Cruces tinha mostrado que o exercício dessa função politizava e debilitava o Exército como força de defesa externa e punha em marcha mecanismos psicológicos e sociológicos capazes de desencadear golpes de Estado, entendia que a instituição armada colabora com a manutenção da ordem, pela sua simples existência, tocando uma função dissuasiva semelhante à realizada na frente do inimigo externo. Para ressaltar a importância do monopólio da violência, lembrava o autor que em 1975 o governo constitucional teve de

---

<sup>391</sup> CRUCES, Néstor. **Hacia otro ejército posible**. Invitación al debate sobre aspectos íntimos de la profesión militar. Buenos Aires: Planeta, 1988, p. 30.

<sup>392</sup> Idem, *ibidem*, p. 15.

<sup>393</sup> *Ibidem*, p. 30.

<sup>394</sup> *Ibidem*, p. 32.

recorrer às FF.AA. para deter o terrorismo ao terem sido ultrapassadas a polícia e a justiça ordinária, perguntando-se o que seria da república se não houvesse naquela ocasião, o respaldo das instituições militares<sup>395</sup>. Este argumento era o mesmo que utilizavam na sua defesa os membros das Juntas militares e dos partidos de centro direita para justificar a intervenção das FF.AA. em casos de conflitos internos, como se fez evidente no debate parlamentar pela aprovação da Lei de Defesa. Ou seja, para Cruces a re-profissionalização das FF.AA. não se ligava a uma mudança de doutrina, senão que se reduzia a um problema exclusivamente técnico. O uso que se fizesse do instrumento militar era decisão do poder político. Porém, é necessário realçar a crítica feita pelo autor às experiências golpistas. Além de enfatizar a sua influência negativa para a vida institucional argentina e para a profissão militar ao quebrar um valor central a instituição como a disciplina, censurava o fato que as conduções militares arrogaram-se a faculdade para propor políticas sem consultar com os outros integrantes da instituição. Como as FF.AA. não podem deliberar, visto que implicaria a perda da sua essência profissional, essas posturas adotadas pelos mandos superiores se assemelhavam perigosamente, na sua opinião, ao abuso de autoridade<sup>396</sup>. Também criticou Cruces as mudanças acontecidas durante a década de 1960, realizadas por meio da aplicação acrítica de modelos estrangeiros e da confiança no apoio logístico de uma superpotência, pelo fato de ter gerado um Exército de mentalidade prussiana, doutrina norte-americana, e realidade logística de um país subdesenvolvido. Isto gerou, na sua opinião, uma situação de incoerência que afetou a eficiência do aparato militar<sup>397</sup>.

Cruces foi, talvez, quem salientou com maior firmeza a importância das questões de logística. Considerava que a potencialidade de conflito externo enfrentada pela Argentina era apenas de uma guerra curta, concluída por uma mediação internacional. Também as possibilidades de manutenção de uma força operativa nas condições de combate que tinha o

---

<sup>395</sup> Ibidem, pp. 32-33.

<sup>396</sup> Ibidem, pp. 70-71.

<sup>397</sup> Ibidem, p. 206.

país não estavam acordes com a possibilidade de um conflito prolongado. Por isso considerava que os primeiros dias de guerra eram os decisivos para se chegar às negociações a partir de uma posição de força. Para isto tornava-se indispensável a existência de um aparato logístico de excelência que não reduzisse a sua função à cobertura de funções burocráticas. Isto requeria um pessoal especializado, com permanência prolongada naquele tipo de funções, e com a integração de pessoal civil qualificado com um status especial dentro da instituição no que concerne às pautas disciplinares a serem aplicadas nesse caso; estas deveriam ser as mais flexíveis, porque freqüentemente tratava-se de pessoal carente de estado militar, e a sua perda repercutiria numa diminuição da qualidade operativa da instituição<sup>398</sup>. Finalmente, para o que considerou uma reconstrução doutrinal e regulamentar, propunha a criação de uma comissão *ad hoc* integrada por destacados oficiais (em atividade e aposentados), com um conselho de militares estrangeiros contratados e com experiência em conflitos bélicos diversos, de países com capacidade logística semelhante à argentina. Desse modo, seriam integradas as experiências dos conselheiros estrangeiros com as realidades características da Argentina, sendo isso facilitado, segundo o autor, com a criação de teatros combinados de operações, e unidades experimentais onde se poderia controlar e realizar modificações a partir das propostas feitas<sup>399</sup>.

Outro autor que escreveu sobre o problema militar foi o Norberto Ceresole no seu livro **1988. Crise militar argentina**. Como pudemos observar no ponto 2.3., o autor tinha escrito o livro, publicado pelo ILCTRI, tratando do mesmo tema. Porém, fundamentalmente varia o seu ponto de vista a partir da irrupção do movimento *carapintada*. Ceresole ficou fascinado com o movimento, vendo-o como o núcleo a partir de qual poderia se conformar um Exército novo<sup>400</sup>. Na realidade, podemos afirmar ter ele sucumbido à tentação de um Exército nacional e popular que encabeçaria um processo de libertação. Não obstante criticar a posição

---

<sup>398</sup> Ibidem, pp. 99-104.

<sup>399</sup> Ibidem, pp. 137-142.

<sup>400</sup> CERESOLE, Norberto. Op. cit., p. 20.

*carapintada* objetivando a inclusão da hipótese de conflito interno dentro das suas suposições, Ceresole incorpora ao seu trabalho documentos desses militares<sup>401</sup>, ao mesmo tempo em que analisa a reforma militar dentro dos parâmetros providos pelo mesmo. Na realidade, propunha a transformação de um exército burocrático e dependente numa organização de combatentes para o serviço do interesse nacional, haja vista pretender projetar uma política externa autônoma, aumentar o potencial global da nação, transferir as hipóteses de guerra para o plano externo, a delimitação do inimigo externo como ocidental e naval com presença no Atlântico Sul, e a alteração técnico-política das FF.AA. em função dum processo acorde com uma mudança estrutural da sociedade nacional<sup>402</sup>. Nesta base, elabora uma série de reflexões sobre a situação política e do sistema que estavam implementando o radicalismo e o peronismo renovador que entram em crise, na sua opinião, a partir da rebelião da Semana Santa. Esta postura de Ceresole transforma o seu livro em uma escritura de caráter panfletário na qual a reforma militar fica subordinada a objetivos políticos não necessariamente acordes com um sistema democrático.

Em relação às publicações militares, desse período é notada uma produção que, talvez sem alcançar uma quantidade acorde com a importância do tópico, mostra um certo grau de debate na questão. Primeiramente, analisaremos o trabalho do Cel. Aníbal Laiño, intitulado *Una aproximación teórica al concepto de Defensa Nacional*, publicado na **Revista de la Escuela Superior de Guerra** (Revista da E.S.G.). Para o autor, a defesa tem como objetivo primeiro a proteção das liberdades fundamentais que é a Independência<sup>403</sup>. O seu resguardo implicava preservar a livre determinação de seu destino, a liberdade e a segurança de seus habitantes, a identidade nacional e seus valores culturais, a disponibilidade soberana de seus recursos, a vontade orientada à realização de padrões apropriados de vida e a integridade

---

<sup>401</sup> Idem, ibidem, pp. 21-25; 173-185.

<sup>402</sup> Ibidem, p. 8.

<sup>403</sup> LAIÑO, Aníbal. *Una aproximación teórica al concepto de defensa nacional*. **Revista de la Escuela Superior de Guerra**, nº 482. Buenos Aires: abril-junio 1987; nº 483. Buenos Aires: julio-agosto 1987, p. 11.

territorial<sup>404</sup>. A partir daí faz diferença entre as noções de segurança e defesa, considerando a primeira como um estado, e a defesa como uma ação. Laiño considerava que de superestimar a segurança corria-se o risco de cair na fascinação do absoluto ou na simplificação extrema onde se subsume o conceito do político para o de violência<sup>405</sup>. Entre as exigências que numerava para elaborar um conceito de defesa nacional pressupunha ser este organizado em bases civis e militares para estar em capacidade de enfrentar os tipos diversos de agressões que pudessem comprometer a liberdade de decisão da Nação. Por outro lado, a necessidade de constituir um todo homogêneo, e ser sustentada pela inteira, visto que todo o povo era a sua garantia de sucesso<sup>406</sup>. Para Laiño, os princípios nos quais se apoiava a Defesa Nacional eram a coerência do sistema, a unidade de concepção e de realização, a prevenção e dissuasão, um esforço permanente de informação, a permanência da postura de defesa, a continuidade do planejamento, e a descentralização da ação<sup>407</sup>. Com referência ao controle da ação por parte das FF.AA. considerava, entre outras questões, a redução da responsabilidade do militar a favor do político, quem tomava de fato a condução das operações. Os militares, na sua opinião, viram reduzida a sua ação à preparação e operacionalização dos meios, o que convertia as FF.AA. num instrumento permanente à disposição do político<sup>408</sup>. Finalmente, o autor realçou que assim como antigamente, o domínio da ação foi centrado sobre a guerra, ora centrando-se sobre a paz, o que levava a uma necessidade de diálogo permanente desde os tempos de paz entre o militar e o político<sup>409</sup>.

No seu artigo *Las guerras nuevas, las guerras de siempre*, publicado na **Revista da E.S.G.**, o Cel. Grayo de Keravenant considerava que salvo exceções como a das Malvinas, a maioria das guerras levada a cabo na América Latina da Independência até o tempo presente

---

<sup>404</sup> Idem, ibidem, pp. 12-13.

<sup>405</sup> Ibidem, pp. 13-14.

<sup>406</sup> Ibidem, pp. 26-27.

<sup>407</sup> Ibidem, pp. 100-101.

<sup>408</sup> Ibidem, pp. 107-108.

<sup>409</sup> Ibidem, p. 108.

pode ser inserida na tipologia de guerras “por encargo”<sup>410</sup>. Sob esta denominação estão as guerras por problemas que não têm bastante força *per se* para que os países lancem-se ao conflito armado. De fato, um clima bélico é criado na opinião pública e tomam-se as decisões que conduzem à mesma sem uma avaliação detida dos custos que pode produzir a guerra. O fator decisivo passa pelo que o autor denomina “o país promotor” que provê material bélico indispensável à realização do conflito. Porém, este material não é, na realidade, de última geração, mas saldos de estoque<sup>411</sup>. Isto o leva a afirmar que estes tipos de conflito são praticamente as únicas ameaças bélicas que a Argentina suportará, precedendo em importância à formulação de hipóteses de guerra para a estruturação de um aparato defensivo, sendo condição necessária para os evitar a criação de uma força dissuasiva independente<sup>412</sup>. Neste sentido considerava que a Defesa Nacional estava baseada em duas colunas, a operativa e a de produção de armamento. A ausência de alguns deles levava à sua inexistência. Portanto, pleiteava o desenvolvimento de uma indústria nacional de armamento, chamando a atenção sobre a inexistência de um organismo que satisfizesse as necessidades da indústria bélica de um modo harmônico e com planos de armamento de termo curto e médio, organismo que deveria ser criado se uma Defesa Nacional independente fosse querida<sup>413</sup>.

Outro artigo de importância foi publicado pelo Gal. de Brigada Juan de Dios Carranza Zavalía na **Revista da E.S.G.**, com o título de *Estrategia militar argentina. Su pasado, presente y futuro*. Como seu título indica, trata-se de uma análise da evolução do pensamento estratégico argentino e suas perspectivas futuras nas quais nós concentraremos ao realizar as nossas análises. O autor considerava que a partir da posse do governo constitucional começava uma fase nova do pensamento militar, marcada pelas experiências bélicas desenvolvidas contra a subversão marxista, Inglaterra e a crise com o Chile, o enriquecimento cultural de

---

<sup>410</sup> KERAVENTANT, Grayo de. *Las nuevas guerras, las guerras de siempre*. **Revista de la Escuela Superior de Guerra**, nº 483. Buenos Aires: julio-agosto 1987, p. 75.

<sup>411</sup> Idem, *ibidem*, p. 76.

<sup>412</sup> *Ibidem*, p. 79.

<sup>413</sup> *Ibidem*, pp. 80-85.

seus quadros, a consciência de que os movimentos pacifistas com repercussões em alguns partidos punham a existência do instrumento militar em jogo, e a necessidade de desenvolver um pensamento estratégico na classe dirigente, como alguns dos seus pontos principais<sup>414</sup>. Considerava o autor a estratégia militar como a arte e a ciência de otimizar e usar com eficiência o instrumento militar coordenado com os outros componentes do potencial nacional, com o propósito de alcançar o objetivo procurado pela estratégia nacional<sup>415</sup>. No que diz respeito à concepção de guerra, Carranza Zavalía considerava que a maioria dos teatros prováveis de operações correspondiam a espaços geográficos continentais, com objetivos de alcançar dentro das zonas terrestres e áreas de fronteira elementos de negociação. Disto era deduzido que o tipo de batalha a ser desenvolvido seria o aéreo-terrestre, devendo as outras forças colaborar na obtenção da liberdade necessária de ação estratégica como também na obstaculização e eventual desgaste ou neutralização do inimigo<sup>416</sup>. Como pontos restritivos deveriam ser tidos em conta fatores como a grande dispersão estratégica que produziria dificuldades como vazios, flancos e retaguardas extensas e não bem protegidas e, portanto, ameaçáveis, e grandes frentes para cobrir que bloqueariam a concreção dos centros de gravidade. Tudo isso contribuiria para aumentar as demandas de mobilidade das reservas estratégicas, e das reservas táticas dentro dos próprios teatros das operações, como também dificultava o apóio logístico e os deslocamentos de forças blindadas ou automatizadas. Além disso, devia-se lembrar as exigências de especialização de tropas e equipes em teatros com características especiais de terra e clima, como também as dificuldades de controle e segurança nas áreas de retaguarda para a ação potencial de minorias estrangeiras ou terroristas nacionais e internacionais com possibilidades de produzir ações insurrecionais<sup>417</sup>. Estes problemas deveriam ser elucidados a partir da consideração de seis características da ação na manobra

---

<sup>414</sup> CARRANZA ZAVALIA, Juan de Dios. *Estrategia militar argentina. Su pasado, presente y futuro*. **Revista de la Escuela Superior de Guerra**, nº 483. Buenos Aires: julio-agosto 1987, pp. 37-38.

<sup>415</sup> Idem, *ibidem*, p. 40.

<sup>416</sup> *Ibidem*, p. 60.

<sup>417</sup> *Ibidem*, pp. 61-62.

estratégica militar: potência de fogo, capacidade de persistência ou pressão contínua, alcance, flexibilidade de manobra segundo o terreno e condições atmosféricas, variedade de meios e capacidade de ocupação e exploração de área dominada. Isto colocava aos componentes aéreos e navais com maior capacidade de potência de fogo, alcance e flexibilidade, e para o Exército com persistência maior e possibilidade de controle<sup>418</sup>. A partir destas observações, Carranza Zavalía justificava a ação militar combinada porque os conflitos potenciais eram de natureza limitada, sendo um elemento de apoio às soluções negociadas e não a sua alternativa, o que implicava atitudes conseqüentes relativamente ao controle de danos, não expansão do conflito, e conquista e controle de áreas geográficas<sup>419</sup>.

No seu artigo *Problemática de la defensa*, publicado na **Revista Militar**, o Gal. de Brigada Lino Montiel Forzano efetuou uma análise dos desafios que enfrentava a defesa nacional. Estes desafios apresentavam-se por meio da possibilidade de guerra nuclear, a contaminação do ambiente, e o uso potencial do espaço ultraterrestre como teatro de operações das superpotências. Ao ser constituído em ameaças para a própria sobrevivência da humanidade, o autor propôs o desenvolvimento dum conceito integrador e amplo que abrangesse ao de defesa nacional, denominado por Montiel Forzano de Defesa Mundial. Este seria composto dos elementos produzidos pela participação de estudiosos de defesa nacional e estadistas através da O.N.U., considerando o autor que deveriam ser coordenados e integrados às medidas já adotadas ou por adoção em matéria ecológica. Realçou a valiosa participação argentina no Grupo dos Seis que empreendia uma ação sustentável pelo desarmamento. Por outro lado, o autor incluía no conceito de Defesa Mundial a necessidade do estudo da hipotética existência de civilizações extraterrestres, como conseqüência do que a hipótese de conflito correspondente deveria ser elaborada. Na sua opinião, a mesma ajudaria à realização de uma cooperação internacional efetiva e sincera, contribuindo para fortalecimento da O.N.U.

---

<sup>418</sup> Ibidem, pp. 62-63.

<sup>419</sup> Ibidem, p. 64.

e para alcançar a paz entre as nações. Por outro lado, dentro deste assunto, considerava necessário o estudo da violência para freá-la e limitá-la por meio de medidas em campos diversos que a diminuíssem colaborando com o objetivo de eliminar a guerra na Terra<sup>420</sup>. Referindo-se à defesa nacional, esboçava a necessidade de integração com as outras repúblicas latino-americanas, primeiramente pela integração com a Bolívia, Chile, Paraguai, Peru e Uruguai a permitir uma recriação do Vice-reinado do Rio da Prata, para posteriormente se integrar, sob condições de igualdade, ao Brasil sem excluir a possibilidade da conformação de um posterior bloco latino-americano<sup>421</sup>. Nos aspectos mais estritamente técnicos, separava as funções policiais e militares, estas últimas atinentes às FF.AA., sem prejuízo de se perguntar sobre o status que nesse esboço tinham forças militarizadas como a Guarda Fronteira e a Prefeitura; defendia a ação conjunta das FF.AA. e punha ênfase no desenvolvimento científico-tecnológico, considerando indispensável o desenvolvimento do poder naval de acordo com a largura da costa marítima e fluvial e com relação aos interesses nacionais<sup>422</sup>.

Os coronéis Carlos Maldonado e Nestor Romero escreveram conjuntamente o artigo *Un punto de vista sobre la actualidad de nuestro ejército*, publicado na **Revista Militar**. Criticavam a idéia duma redefinição global da instituição militar ao considerar que era uma instituição fundamental da República e, portanto, deviam permanecer inalterados os seus princípios morais, éticos e espirituais, que constituintes da sua essência e razão de ser<sup>423</sup>. Para isto, eles denominaram ao processo como modernização do Exército. Também estimavam inconveniente tomar como ponto de partida a Guerra das Malvinas, por ter sido desenvolvida num teatro de operações atípico, onde ainda não tinham sido realizados os estudos

---

<sup>420</sup> MONTIEL FORZANO, Lino. *Problemática de la defensa*. **Revista Militar**, nº 719. Buenos Aires: enero-marzo de 1988, pp. 35-39.

<sup>421</sup> Idem, ibidem, p. 40.

<sup>422</sup> Ibidem, pp. 40-43.

<sup>423</sup> MALDONADO, Carlos; ROMERO, Néstor. *Un punto de vista sobre la actualidad de nuestro ejército*. **Revista Militar**, nº 719. Buenos Aires: enero-marzo de 1988, p. 62.

correspondentes para extrair conclusões válidas<sup>424</sup>. Criticavam a quebra da disciplina, a substituição da noção de profissionalidade pela de emprego, a perda de capacitação técnica, a macrocefalia do Exército e a falta de uma doutrina apropriada e de planejamento, aspectos perante os quais fizeram uma série de propostas tendentes reverter à situação<sup>425</sup>. Quanto à doutrina, consideravam indispensáveis o estabelecimento de uma doutrina nacional que combinasse experiências de outros exércitos com a realidade local, a história militar e a geografia argentinas. Deveria ser lembrado não possuir o país objetivos expansionistas, e que os conflitos e os oponentes potenciais seriam regionais<sup>426</sup>. A partir daí propuseram uma orientação doutrinal que, considerando-se a extensão do território e fronteiras do país era diferenciada em função das atmosferas geográficas diferentes (montanha alta, media e baixa montanha, planalto patagônico, planície e monte), cujo objetivo primordial era a destruição da força inimiga em detrimento do território, dada a extensão deste e o caráter reduzido das tropas usadas no combate, além da ênfase no combate noturno como norma para a execução de operações<sup>427</sup>.

Finalmente, analisaremos o artigo do Coronel Pascual Tozzi, *Guerra contra la subversión*, também publicado na **Revista Militar**. O seu propósito constituía a reivindicação da ação das FF.AA. no enfrentamento da guerrilha marxista da década de 1970 e alertar as suas atividades no governo democrático. Inclusive, Tozzi chega a considerar ao governo de Alfonsín como parte de uma estratégia das organizações subversivas para a tomada do poder, expressando

Claramente hoje pode ser observado que os seus objetivos eram, primeiro, causar a derrota e a queda do governo militar com a frustração de todos os objetivos sociais, culturais, econômicos, políticos, enunciados no 24 de março de 1976 e então restabelecer um sistema institucional democrático fraco, sentado sobre a discórdia civil, na confrontação latente entre partidos políticos e forças armadas, sobre uma

---

<sup>424</sup> Idem, ibidem, p. 62.

<sup>425</sup> Ibidem, pp. 63-66.

<sup>426</sup> Ibidem, p. 66.

<sup>427</sup> Ibidem, pp. 66-69.

economia sem signos de recuperação e em reclamos social que o governo constitucional tampouco estará em condições de satisfazer.<sup>428</sup>

O caráter múltiplo das estratégias que a delinquência terrorista podia adotar leva o autor a soslaiar a possibilidade de derrotá-la por meio da ação da justiça, desde que o seu fracasso a partir da sua anulação, em 1973, por pressão dessas organizações, levou a não ser restabelecida em 1976 por ter sido provada a sua inoperância em face de uma verdadeira guerra civil<sup>429</sup>. Foi, então, o Exército quem instrumentou a ação de acordo com a doutrina efetiva que, juntamente à razão e a coragem dos seus homens, levaram à vitória. É por isso que, na opinião de Tozzi, a força deveria continuar a sua preparação profissional, assimilando essa experiência como um fato positivo da sua atuação, ficando alerta, apesar das dificuldades que estava atravessando<sup>430</sup>.

Recapitulando o conteúdo exposto neste ponto e nos pontos 2.3 e 3.1, acreditamos que se acham coincidências significantes concernentes à doutrina a partir da qual as FF.AA deveriam operar num contexto democrático. Em geral, foi concebida a guerra como um conflito de tipo convencional, baseado nas hipóteses de conflito tradicionais às quais se somava o conflito no Atlântico Sul. Não obstante, especialmente no caso do Chile e especialmente do Brasil, morigerava-se a partir das hipóteses de confluência que reduziam a ameaça de uma confrontação e começavam a ser delineados mecanismos de defesa e segurança regional que seriam aprofundadas durante a década de 1990. A concepção de nação para a qual a defesa foi concebida era a de um país que aumentasse o seu desenvolvimento industrial usando as necessidades militares como um fator a ajudar a consolidar setores estratégicos, requerendo a aplicação de tecnologia avançada. Também neste plano, argumentava-se a necessidade de uma regionalização desse desenvolvimento da capacidade

---

<sup>428</sup> TOZZI, Pascual. *Guerra contra la subversión*. **Revista Militar**, n° 720. Buenos Aires: abril-diciembre de 1988, p. 33.

<sup>429</sup> Idem, *ibidem*, p. 32.

<sup>430</sup> *Ibidem*, p. 39.

industrial, levando o exemplo de países como o Brasil, onde a possibilidade de desenvolvimentos conjuntos foi contemplada. Também eram coincidentes os enfoques, em referência à relação entre as FF.AA. e o poder político, realçando a subordinação dessas para a ordem constitucional.

Não obstante, subsistia uma divergência maior que tornava estas avaliações um tanto incoerentes. A controvérsia se estabelecia no uso das FF.AA. em relação às situações de conflito interno. Aqui as discordâncias eram notórias, podendo-se deduzir que, em muitos casos, deixava-se implícita a necessidade do seu uso em tais situações. Na realidade, como se pode deduzir do exposto até o momento no nosso trabalho, a discussão sobre o uso das FF.AA. em situações de conflito interno transcendeu o aspecto meramente técnico para se constituir em uma discussão intensamente política. Na realidade, discutia-se o status da democracia argentina, e a função que as FF.AA. desempenhariam nela. A partir do modo em que esta questão fosse resolvida, não somente seria definida a qualidade do regime democrático, mas as suas próprias possibilidades de sobrevivência.

### **3.3. O parto de uma lei mãe: o consentimento bipartidário e a Lei de Defesa Nacional**

Como vimos, a rebelião da Semana Santa não só apressou os tempos políticos, mas também mostrou as fraquezas da estratégia política do radicalismo. Também facilitou a expressão desinibida de setores que, embora não coincidentes com as orientações políticas que exibiram os *carapintada*, tentaram impor pontos de vista acordes com o atuado durante o *Proceso* em matéria de segurança interna. Portanto, a Semana Santa permitiu, além dos seus lados negativos em relação à fraqueza do sistema político e da crise interna militar formidável que a rebelião de Rico expôs à luz, estabelecer uma clara divisória de águas entre partidários e críticos da lei. A partir de lá foi possível estruturar os consentimentos partidários que

facilitaram a aprovação de uma lei de importância fundamental para a estruturação do sistema de defesa argentino.

Apesar dos fracassos prévios, o Governo insistia em que estava trabalhando na construção de uma lei de Defesa adequada. O ministro Jaunarena negou, poucos dias antes das eleições cruciais do dia 6 de setembro de 1987, que fosse a retirar o projeto de lei do Parlamento<sup>431</sup>. Por outro lado, essas eleições mostraram a firme mudança que vinha se criando no país. O justicialismo obteve uma clara vitória, impondo-se na maioria das províncias, incluindo a de Buenos Aires, de importância crucial no mapa político argentino. Antonio Cafiero que foi eleito como seu governador, era o presidente do P.J. e a figura com mais possibilidades de obter a nomeação presidencial para este partido. Essa situação fez que se falasse da necessidade de coabitação entre a U.C.R. e o P.J., sendo que o próprio Cafiero estava a favor de um acordo com o radicalismo que garantisse a estabilidade. Uma das questões principais a concordar eram as políticas de defesa.

Nesse contexto, aconteceu a ressurreição da Lei de Defesa. Depois duma reunião, da qual participaram junto a Jaunarena, o Secretário de Produção para a Defesa José María Lladós, o Conselheiro de Cafiero em tópicos de Defesa Hernán Patiño Mayer, além do deputado da sua própria bancada Raúl Carignano, o deputado justicialista Miguel Angel Toma anunciava um acordo virtual com o radicalismo sobre aspectos fundamentais do mesmo<sup>432</sup>. A criação do Comitê Militar estava entre eles, havendo muitas figuras jurídicas e instrumentos que deveriam ser revisados, ordenados e hierarquizados para ser completados com funções que servissem para uma tarefa eficiente de execução da função das FF.AA., da função que era inexoravelmente a defesa nacional. Também se lembrou que as hipóteses de conflito deveriam

---

<sup>431</sup> *Clarín*, 26 de agosto de 1987, p. 16.

<sup>432</sup> Toma, que tinha chegado ao Parlamento pelas mãos do renovador da Capital Federal Carlos Grosso, e Patiño Mayer tinham trabalhado na sua juventude nos Comandos Técnicos da década de 1970, junto aos ex-militares liderados pelo Julián Licastro. Desse modo, eles constituíram, de acordo com Luis Tibiletti, uma exceção estranha de civis que levavam mais duma década trabalhando em questões de Defesa. TIBILETTI, Luis. Entrevista com o autor. Buenos Aires: 16 de maio de 2003.

ser fixadas pelo poder político como condição insoslayável, enquanto derivadora das questões operativas às instituições castrenses. Acerca da intervenção em assuntos internos, Toma considerava que a mesma era para desvalorizar a alta missão que deveriam ter as FF.AA., subalternizándolas, e que a segurança interna dependia de outros organismos, como a própria Constituição e as leis previam. A função de inteligência deveria ser dividida em inteligência estratégica (que interessava à defesa nacional), e interior (que dependia de outros organismos do Estado). Toma expressou também a necessidade para unir estas coincidências num projeto “consensual”<sup>433</sup>. Pela sua parte, Jaunarena, ao mesmo tempo que reafirmou a postura do Governo, contrário à inclusão dos conflitos internos no ambiente de competência das FF.AA., considerava que o momento era propício para impelir a sanção da lei, desde que tivessem sido atingidas grandes coincidências entre setores majoritários da cidadania, sendo a mesma um instrumento necessário para avançar no processo de modernização<sup>434</sup>. Dias depois, numa reunião da qual participaram o Secretário de Defesa Raúl Alconada Sempé, Lladós, Berhongaray e Zubiri (pelo radicalismo), e Patiño Mayer, Gurdulich, Toma, e os deputados Miguel Alterach e Alberto Lestelle (pelo justicialismo), acordou-se em remeter o projeto de lei ao Congresso. Nesse texto era estabelecida uma separação clara dos conceitos de defesa nacional e segurança interna, deixando indubitavelmente claro que as questões políticas internas não podiam constituir assunto de inteligência em nenhum caso; foram relacionados entre os membros do Conselho de Defesa o Presidente, os ministros, o CEMC, os presidentes das Câmaras do Congresso e os representantes dos blocos de maioria e a primeira minoria do Parlamento<sup>435</sup>.

O projeto consensual entre radicais e peronistas nasceu de um modo muito particular. O esboço do texto teve origem no projeto que ambos os partidos tinham tentado concordar, durante as sessões do ano 1985 na Câmara de Deputados, com a assinatura dos deputados

---

<sup>433</sup> *Clarín*, 27 de outubro de 1987, p. 8.

<sup>434</sup> *Clarín*, 3 de novembro de 1987, p. 6.

<sup>435</sup> *Clarín*, 13 de novembro de 1987, p. 8.

Sarquis e Bordón. Depois de se ter chegado a um acordo entre ambos partidos, Manzano lembrou da existência de um pré-projeto, pedindo-o ao assessor parlamentar do justicialismo na área de Defesa, Luis Tibiletti. A surpresa de Tibiletti foi grande quando, depois de revisar no arquivo do Congresso, achou que o texto não existia. Então, perguntou ao conselheiro parlamentar do radicalismo, José Manuel Ugarte, se tinha conhecimento de aproximadamente onde aquele projeto pudesse estar, explicando-lhe a situação. Ugarte respondeu não ter o texto passado de ser um esboço de dez artigos. Ambos os conselheiros, então, encerraram-se num escritório da Câmara e “escreveram” em uma hora o projeto Sarquis-Bordón. Enquanto escreviam, discutiram o conteúdo dos artigos e a forma da sua escritura. Basicamente combinaram a idéia de condução militar e as hipóteses de confluência do projeto (que no seu momento tinha apresentado Orieta), com a diferenciação entre a defesa e segurança que Sarquis e Ugarte tinham delineado para o projeto radical. Concluída a redação, Tibiletti enrugou um pouco os papéis até lhes conferir a antigüidade requerida e levou-os ao Manzano, de forma que os levasse para a Comissão de Defesa dos Deputados. Portanto, podemos afirmar que depois de tantos projetos e debates, a Lei de Defesa Nacional teve sua origem de um modo absolutamente improvisado; urgida por um acordo bipartidário e a partir de um projeto que nunca existiu, escrito no prazo de uma hora por dois conselheiros, numa velha máquina de escrever, num escritório do Congresso<sup>436</sup>.

Essa urgência estava justificada do ponto de vista de ambos os partidos, como pode ser constatada na expressão de um porta-voz do P.J.: “eles urgem para ter isto daqui para 1989, nós precisamos de isto para depois daquela data”<sup>437</sup>. Também, peronistas e radicais tinham se

---

<sup>436</sup> A primeira notícia da feitura “informal” do projeto Sarquis-Bordón que tivemos foi a menção que fez Druetta no seu artigo *Herencia militar y lucha parlamentaria. Hacia una concepción democrática de la defensa*. In: HIRST, Mónica (comp.). **Argentina-Brasil**. Perspectivas comparadas y ejes de integración. Buenos Aires: Tesis, 1990, p. 141. Os detalhes sobre a sua escritura mencionados aqui, foram expressos por Tibiletti e Ugarte nas entrevistas que o autor deste trabalho manteve em separado com eles. TIBILETTI, Luis. Entrevista com o autor. Buenos Aires, 16 de maio de 2003; UGARTE, José Manuel. Entrevista com o autor. Buenos Aires, 16 de maio de 2003.

<sup>437</sup> Na realidade, Zubiri tinha acertado com a Força Aérea a redação dum projeto completamente diferente do que seria finalmente aprovado. UGARTE, José Manuel. Entrevista com o autor. Buenos Aires, 16 de maio de 2003.

encarregado de enviar o projeto da Lei de Segurança Interior no prazo dum ano, além de trabalhar num pacote de leis complementares: a organização das FF.AA. que incluía logística, educação militar e acionar conjunto; a organização de produção para a defesa; a de organização territorial e mobilização para a defesa que tratava sobre o serviço militar e civil; sobre o sistema nacional de informação e inteligência; a organização da Prefeitura e da Guarda Fronteira; e a de segredo de Estado. Não só a oportunidade foi feita de urgências e compromissos; a deputada da UCeDé María Julia Alsogaray tinha anunciado a oposição do seu partido por não querer ser furgão de linha de um acordo já assinado<sup>438</sup>. A própria legisladora apresentou um documento de três laudas com objeções para o projeto apresentado no Parlamento<sup>439</sup>.

Naquele período, o governo deu um dos seus passos mais transcendentales na matéria da reforma militar. Por meio dum ato de dezessete pontos -assinado pelo Presidente, pelo Ministro da Defesa e pelos CEMGs- procedeu-se à delimitação de responsabilidades nas FF.AA. para a execução de tarefas específicas. As questões fundamentais acordadas referiam-se ao uso do ar e componentes aeroespaciais. A Armada manteve o seu controle na aviação de ataque com base em porta-aviões, e os seus meios aéreos de base terrestre para a guerra anti-submarina, exploração e reconhecimento dentro da cifra histórica de dez unidades. A Força Aérea era a responsável primária pelo transporte aéreo militar específico, e tinha responsabilidade exclusiva nas operações aéreas estratégicas. Para a interdição aérea tática, a Força Aérea exercitaria a mesma com aviões para apoio de operações de superfície, enquanto o Exército pudesse usar helicópteros e a Armada era a responsável primária no âmbito das operações navais. Em referência aos sistemas de satélites militares, se estabelecia que cada força entendia nas especificações de desenho quanto às capacidades desses instrumentos poderem ser aplicados naquelas operações, e em relação aos projéteis estratégicas dispunha-se

---

<sup>438</sup> *Clarín*, 22 de novembro de 1987, p. 12.

<sup>439</sup> *Clarín*, 24 de novembro de 1987, p. 6.

da intervenção das três forças, deixando aberta a questão da responsabilidade primária para o momento em que se dispusesse desses meios. Este acordo constituiu um passo fundamental, e permitiria avançar no processo de modernização e reestruturação das FF.AA.<sup>440</sup>.

Desse modo, o projeto acertado entre a U.C.R. e o P.J. chegou em sessões extraordinárias ao plenário da Câmara de Deputados para o seu debate. Havia previsibilidade quanto àqueles que adotariam a posição de oponentes e sobre o tópico central em que as dissidências aconteceriam: a exclusão das FF.AA. das hipóteses de conflito interno. Em geral, os líderes dos partidos provinciais adotaram uma linha semelhante aos partidos principais de centro-direita de nível nacional. Cristina Guzmán, do Movimento Popular Jujeño, baseou as suas objeções no que considerou uma prática parlamentar ruim porque insinuava um avanço do Poder Executivo no Legislativo; e no que concernia à norma em questão, considerava que era velha, parecendo um projeto de defesa do peronismo da década de 1940<sup>441</sup>. Roberto Requeijo, do Movimento Popular Rionegrino, expressou que o conceito de defesa nacional não podia se dividir em agressão externa e segurança interna<sup>442</sup>. Dentro dos partidos com alcance nacional, o deputado pelo M.I.D. Carlos Zaffore criticou o projeto porque, se tivesse sido adotado pelo pacto da governabilidade, seria provado que esta não era sinônimo de bom governo. Na sua opinião, o projeto tinha sido elaborado em função de preconceitos ideológicos, sem uma avaliação apropriada da realidade concreta onde operaria uma vez aprovado, e com a exclusão das FF.AA. dos tópicos de inteligência interna coerente com um erro conceitual que separava o que era inseparável na realidade<sup>443</sup>.

O ataque mais incisivo para o projeto viria da UCeDé, força que tinha sido a de maior crescimento eleitoral nas eleições de setembro, e que tentava arbitrar na prevalência até então indiscutida da U.C.R. e do P.J. O Deputado Alberto Albamonte destacou as condições pelas

---

<sup>440</sup> *Clarín*, 29 de dezembro de 1987, p. 13.

<sup>441</sup> *Clarín*, 30 de dezembro de 1987, p. 7.

<sup>442</sup> *Clarín*, 30 de dezembro de 1987, p. 7.

<sup>443</sup> *Clarín*, 30 de dezembro de 1987, p. 7.

quais atravessava as FF.AA, salientando o grau de indefesa que se encontrava o país frente a uma possível agressão, e criticava a manipulação política que tinha sido efetuada na área militar nos últimos quatro anos<sup>444</sup>. Mas a posição fundamental da bancada foi mantida por seu líder, Alvaro Alsogaray. Depois de criticar o fato de ser aprovada uma lei sob pressão, em sessões extraordinárias, considerava que o mesmo nem importava ao Poder Executivo nem as FF.AA. Na sua opinião, a questão fundamental era determinar se os membros das FF.AA., em razão de terem defendido o país da subversão, seriam considerados como assassinos ou genocidas pelos seus excessos, ou como vencedores. O líder liberal sustentava necessário dividir o conceito de usurpação do poder da ação militar que triunfou sobre a subversão. O primeiro conceito mereceu o seu mais severo juízo, como também o caos para o qual o peronismo tinha conduzido o país naquele tempo; o segundo tinha permitido restabelecer a ordem constitucional, facilitando que os legisladores exercessem suas funções institucionais. Portanto, concluía Alsogaray, era necessário restabelecer a moral militar partindo do reconhecimento de seu acionar antiterrorista, sem considerar que por isso pudessem ser justificados os excessos aberrantes cometidos. Desse modo, o líder da UCeDé tinha encerrado a defesa mais coerente que foi escutada no Parlamento da ação repressiva da década de 1970. Como corolário, apresentou um pedido de volta para comissão do projeto, o que foi rejeitado<sup>445</sup>.

O que constituiu uma novidade, moldada no consentimento que tinha sido alcançado em torno da lei, foi a posição conjunta que adotaram peronistas e radicais, através das suas espadas principais na questão. Zubiri expressou que, com a sua intervenção, Alsogaray tinha estabelecido uma linha divisória entre duas ideologias, sendo a do campo popular a que o radical reivindicou para o seu setor. Também atacou ao ucedeísta por ter reivindicado na Câmara a metodologia do terrorismo de Estado, enquanto ele fazia o mesmo com a cidadania

---

<sup>444</sup> *Clarín*, 31 de dezembro de 1987, p. 4.

<sup>445</sup> *Clarín*, 30 de dezembro de 1987, p. 7.

argentina e a justiça independente que tinham posto atrás das grades os responsáveis pelo drama argentino<sup>446</sup>. Por outro lado, Manzano criticou o liberal quando este prolamou os membros do seu partido como os campeões da redução da despesa, ao mesmo tempo em que defendiam o aumento do orçamento militar. A partir daí, afirmou Manzano existirem dois modos de fazer demagogia, um pelos votos e outro pelas botas (isto é, os militares, na fala cotidiana argentina). Porém ao falar pelos votos, se as coisas saírem ruins, igualmente ruins serão com as botas, e vice-versa. Com esta manobra, acusava Alsogaray de ser o porta-voz dos militares nos assuntos de defesa. No relativo ao militar sintetizou de um modo contundente a sua posição no sistema democrático argentino e a sua posição de subordinação relativa ao poder civil, expressando que [...] aos militares são dadas ordens porque para isso os argentinos nos votaram: para ordenar. Não se negocia com as forças, porque elas recebem salário, têm uniforme e armas e aceitam ordens; se não concordam com o ordenado que solicitem a aposentadoria.<sup>447</sup>

Depois do debate, os deputados aprovaram o projeto da lei de Defesa com o apoio da U.C.R., o P.J., o P.I. e da D.C., e a oposição da UCeDé e do M.I.D.<sup>448</sup>.

Entre a aprovação do projeto entre os deputados e a sua passagem para o Senado, aconteceu a rebelião de Rico em Monte Caseros, como analisamos no ponto 3.1. Ao acontecer a chegada do projeto à Câmara Alta, Berhongaray emitiu declarações sobre diversas questões. Realçou a importância dos operativos conjuntos entre a Argentina e o Brasil, como o nascimento de uma nova concepção estratégico-militar que contribuía para assegurar a paz na região e no Atlântico Sul, sugerindo que os comandos estratégicos previstos no artigo 18 do projeto de lei pudessem ser integrados, em não muito tempo, aos efetivos argentinos, brasileiros e de outros países de América Latina. Quanto à questão da segurança interior, anunciou que estava em estudo uma lei especial em que a Câmara esboçava uma perspectiva

---

<sup>446</sup> *Clarín*, 31 de dezembro de 1987, p. 4.

<sup>447</sup> *Clarín*, 31 de dezembro de 1987, p. 4.

<sup>448</sup> *Clarín*, 30 de dezembro de 1987, p. 7.

de defesa e segurança interior semelhante a dos Estados Unidos, da Espanha, da França e da Itália. Criticou o senador aqueles que misturavam os conceitos de segurança interior e defesa, acusando-os de não integrar o mundo desenvolvido. Além disso, enfrentava as críticas que surgiram do jornalismo e de alguns líderes políticos no sentido de que se tivesse sido posta em vigência a Lei de Defesa não haveria sido possível o uso das FF.AA. para reprimir em Monte Caseros. Essas críticas, segundo Berhongaray, mostravam a ignorância dos seus autores em relação ao Código de Justiça Militar, ao texto da Lei de Defesa e à própria Constituição, além do que pensar ou insinuar que uma insubordinação ou motim de Exército ensejasse em sua repressão o uso de meios não militares como gases lacrimogêneos e caminhões hidrantes era um erro grosseiro e uma ofensa a todos os que tinham dedicado os seus esforços para aprovar aquela lei<sup>449</sup>.

O projeto de lei de Defesa chegou ao Senado com um ditame aprovado por todos os membros da Comissão de Defesa, com a exceção do senador Bravo Herrera. Sua aprovação por parte da Câmara Alta foi mais complexa que aquela realizada pelos deputados, especialmente em relação à postura que manteria o peronismo durante o seu tratamento. Isto acontecia porque, ao contrário da composição da Câmara dos Deputados, o Senado não tinha sofrido modificações como consequência das eleições de setembro. Também, em muitos distritos, subsistiram orientações relutantes ou diretamente hostis à hegemonia renovadora, o que se agravava pela próxima eleição interna que teria como rivais Cafiero e o governador de La Rioja, Carlos Menem. Então, não existia nenhuma garantia de que o acordo entre radicais e renovadores se traduzisse automaticamente na aprovação da lei.

Como era previsível, os partidos provinciais e de centro direita fariam também sentir a sua oposição no debate. O ex-chanceler da ditadura de Bignone e senador pelo P.A.L. Juan Ramón Aguirre Lanari, examinou artigos diversos da Constituição que se referiam aos poderes

---

<sup>449</sup> *Clarín*, 8 de abril de 1988, p. 12.

presidenciais, considerando que poderem estes cerceados por uma lei de ordem inferior. Em troca reivindicava a legislação sobre o tema da segurança interior e externa no mesmo corpo legal, sendo que ambas as defesas deviam ser consideradas simultâneas e coordenadas. Também chamava a atenção para a insuficiência da disposição legal perante os fatos concretos, desde que tivesse sido disposta a ação das FF.AA. contra Rico no *country* de Bella Vista, sendo esta uma questão indubitavelmente interna, além que o Presidente tinha ordenado a atuação em Monte Caseros em uso das suas atribuições constitucionais. Concluía afirmando reclamar o país um reencontro sincero e inevitável entre as FF.AA. e a civilidade<sup>450</sup>. José Antonio Romero Feris -líder político do P.A.L.- fundou o seu voto negativo ao não compartilhar o estreito conceito de uma defesa nacional restrita a agressões de origem externa, sendo necessário, na sua opinião, a previsão expressa do projeto sobre casos de exceção grave em que as FF.AA. pudessem ser empregadas, condicionando isto às situações em que a natureza ou extensão do conflito interno aconselharem o seu emprego. Isto não estava relacionado, de acordo com o legislador, com a D.S.N., mas com o texto expresso da Constituição, desprovido de qualquer previsão impeditiva ao Poder Executivo e ao uso das FF.AA. em casos graves de conflito interno. Finalmente, afirmou esquecer a iniciativa esquecia da existência de agressões internas de origem externa<sup>451</sup>. Outro legislador que se expressou no mesmo sentido dos correntinos foi Manuel Vidal, do M.I.D. O senador desenvolvimentista considerava que o projeto não corrigia as sérias falências do anterior, ao teimar em dividir o conceito de defesa nacional, separando aspectos internos e externos, contrariando a tendência daqueles tempos, a experiência histórica e a realidade do mundo. Isto estava sendo desse modo por causa dos ideologismos e preconceitos que tinham se tornado recifes insalváveis para a elaboração legislativa da função das FF.AA. que, no seu entender,

---

<sup>450</sup> *Clarín*, 9 de abril de 1988, p. 6.

<sup>451</sup> *Clarín*, 9 de abril de 1988, p. 6.

deveria lhes permitir uma articulação na tarefa comum de preservação da unidade nacional, conducente à segurança e ao desenvolvimento da comunidade<sup>452</sup>.

No caso dos peronistas, as posturas apresentadas eram diametralmente opostas. O senador Bravo Herrera empreendeu uma defesa decidida da D.S.N. Afirmava não existir uma definição comum da mesma nem serem conhecidas as suas origens e propósitos. Mencionavam-se as questões do conflito Leste/Oeste, as lutas na Indochina e na Argélia, e a doutrina geopolítica de Haushofer, mas eram dados que se misturavam sem dar uma visão sobre a existência de uma verdadeira doutrina. Também sustentou que se a doutrina fosse materializada por hipótese de conflito interno, seria necessário afirmar a equivocidade da expressão, porque as hipóteses não se incluíam nas leis. Estas eram formuladas pelos EMs e decididas pelo Presidente. Também entendia existirem conflitos mundiais que podiam ser externos puros, internos puros ou uma combinação de ambos, sendo função dos poderes políticos elaborar medidas para os combater. Para reforçar a sua posição, levou à colação o projeto contra o uso ilegal de entorpecentes, apresentado pelos senadores radicais Adolfo Gass e Fernando Mahum, em que a intervenção das FF.AA era prevista em funções de polícia de proteção dos negociantes de droga que colaborassem com a Justiça, e recorria à experiência de países democráticos como a Inglaterra que reprimia aos irlandeses com as FF.AA., citando além os tumultos acontecidos quando do assassinato de Martin Luther King, ocasião em que os Estados Unidos recorreram às tropas que combateram na Segunda Guerra Mundial<sup>453</sup>.

A posição justicialista em apoio da lei foi defendida por Liliana Gurdulich. A legisladora defendeu a idéia presente no art. 2º do projeto, no sentido de que a defesa era a ação coordenada de todas as forças morais e materiais da Nação, sem somente ser restrita a um enfoque militarista, entendendo ser necessária a sanção de uma lei fundamental que servisse como marco para estabelecer as bases doutrinárias e um sistema coordenado, permitindo cobrir

---

<sup>452</sup> *Clarín*, 9 de abril de 1988, p. 6.

<sup>453</sup> *Clarín*, 9 de abril de 1988, p. 6.

no futuro a totalidade dos problemas de defesa. Salientou o fato de que o projeto proibia a intervenção das FF.AA em conflitos sociais, visto que com isso tentava-se garantir a defesa legítima dos direitos e interesses por parte de setores diversos da comunidade, até mesmo aqueles que geravam situações de conflito, as quais deveriam ser resolvidas com mecanismos e métodos próprios do sistema democrático<sup>454</sup>. Quem expôs a posição do radicalismo no assunto foi o senador Hipólito Solari Yrigoyen, responsável por uma análise da implantação da D.S.N. na ditadura de Onganía, destacando que na década de 1970 tinha se iniciado uma repressão selvagem e indiscriminada a que as FF.AA. tiveram de ocultar depois dos sangrentos erros cometidos, além do que a Guerra das Malvinas tinha deixado uma lição: um exército de conscritos não podia fazer frente a um exército profissional. Ao final propôs o parlamentar a formação de um exército de profissionais pagos e a diminuição gradual do serviço militar obrigatório<sup>455</sup>.

A extensão do debate forçou um intermédio por falta de quorum quando do momento da votação<sup>456</sup>. A espera manteve a incerteza mais uma semana. Porém, quando da renovação da sessão o tramite foi breve. O senador justicialista Ramón Saadi, numa breve intervenção, reivindicou a doutrina do partido na matéria elaborada pelo próprio Perón. Depois foi rejeitada a proposta do senador Martiarena de reformar o art. 5º da lei, o que houvesse motivado o retorno do projeto aos deputados<sup>457</sup>. No momento da votação, encontravam-se presentes vinte e quatro legisladores dum total de quarenta seis, garantindo o quorum por apenas um voto. O projeto da Lei de Defesa foi aprovado com dezessete votos que abrangiam ao radicalismo e um setor do justicialismo. Votaram contra os justicialistas Ramón Saadi e Rogelio Nieves, os bloquistas Bravo e Francisco Gil, e os autonomistas Romero Feris e Aguirre Lanari<sup>458</sup>.

---

<sup>454</sup> *Clarín*, 9 de abril de 1988, p. 6.

<sup>455</sup> *Clarín*, 9 de abril de 1988, p. 6.

<sup>456</sup> *Clarín*, 9 de abril de 1988, p. 6.

<sup>457</sup> *Clarín*, 14 de abril de 1988, p. 8.

<sup>458</sup> *Clarín*, 14 de abril de 1988, p. 8.

No dia 30 de abril de 1988, o Poder Executivo aprovou a Lei 23.554, a Lei de Defesa Nacional. Deste modo, depois de quatro anos de projetos, debates e demoras, a pedra fundamental tinha sido colocada na constituição de um sistema de defesa acorde com as instituições democráticas e as necessidades do país no assunto. Também tinha sido estabelecida a subordinação militar ao poder civil de um modo apropriado, com o propósito de consolidar um sistema democrático, sem condicionamentos de qualquer tipo, e que tivesse continuidade no seu exercício.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sanção da Lei de Defesa Nacional não terminou por si só, como é lógico, com as perturbações que tinham se manifestado durante os últimos dois anos do governo de Alfonsín. Como já vimos, em dezembro de 1988 tinha explodido a rebelião do Cel. Seineldin em Villa Martelli. Outro acontecimento violento enlutaria o país no mês de janeiro de 1989; no dia 23 um grupo armado de integrantes do movimento *Todos por la Patria* (MTP), liderado por Enrique Gorriarán Merlo, tentou a tomada do Regimento de Infantaria Mecanizada 3 de La Tablada, na Grande Buenos Aires. Depois de trinta e seis horas de choques violentos, o regimento foi recuperado. Os evidentes excessos nos quais incorreu o Exército nessa luta - incluindo cadáveres adversários com um tiro na nuca, mortos que tinham sido fotografados com vida depois da sua detenção- foram diminuídos ante o impacto que esse evento causou em uma Argentina oscilante da surpresa ao assombro. Este episódio tentou ser aproveitado por quase todos os atores políticos do momento. Para os militares, constituiu uma ocasião perfeita para melhorar a sua imagem pública e reivindicar a sua participação nos conflitos internos. Neste sentido foram apoiados pelos seus parceiros civis habituais, como a UCeDé. Diversos meios de comunicação, e inclusive o próprio candidato presidencial justicialista, Menem, centraram suas acusações no governo. Foi destacada a ligação do ministro Nosiglia com Francisco Provenzano, um dos guerrilheiros mortos no ataque. Outro elemento que reforçou as suspeitas sobre o governo foi a acusação feita por Jorge Baños, outro participante também morto na tentativa, sobre um complot que supostamente Seineldin, Menem e Lorenzo Miguel preparavam contra o governo. O “Golpe dos três Turcos”, como ficou popularmente conhecido pela origem árabe dos seus personagens principais, tinha sido profusamente difundido pelo Governo, com a intenção de desacreditar Menem em sua marcha para a presidência. A versão mais provável foi a difundida por Patiño Mayer, segundo quem, os

homens do MTP “compraram” uma versão de inteligência não dirigida a eles, assegurando que uma nova rebelião carapintada aconteceria no final de janeiro, com epicentro no regimento de La Tablada. Isto, conforme pensamos, é o mais verossímil, visto que as versões de inteligência eram moeda corrente durante aqueles dias, e usadas como elemento de pressão pelos atores diversos: o Exército oficial, os *carapintada*, o Governo, a oposição<sup>459</sup>.

Se os eventos de La Tablada puderam constituir um incentivo ao avanço militar sobre os limites da sua ação interna, expressos na Lei de Defesa, a explosão da crise econômica no mês de fevereiro –responsável por um arrocho hiper-inflacionário que faria concluir com antecedência a presidência de Alfonsín- afastou, durante um tempo decisivo, o Exército do centro da cena política. Nem mesmo os saques aos supermercados que originaram fortes reclames favoráveis à intervenção militar –como os realizados pelo influente jornalista Mariano Grondona ao pedir que “os tanques saiam à rua”- puderam mudar essa tendência. A presidência de Alfonsín se desvanecia, mas a Lei de Defesa Nacional sobreviveria ao seu colapso sem sofrer modificações de qualquer tipo.

O balanço do conteúdo exposto nestas páginas nos conduz a uma série de reflexões que julgamos pertinentes. Como se pôde apreciar, a situação política a partir da qual o governo radical teve de operar era quanto menos delicada. Cruzado o cenário político por demandas contrárias e auto-excluíntes, a retórica de campanha e a concepção formalista do exercício de governo típico da U.C.R. não resultou ser o melhor instrumento para levar adiante as tarefas que deviam de ser empreitadas. Somando-se a isto, como Ugarte ressaltou na entrevista que nos concedeu- o estilo político de Alfonsín (mais afeto à grande política, ao golpe de efeito, à ação para a história, que para a administração diária, para a política como a atividade diária de bom governo)<sup>460</sup>. Na realidade, a sua equipe tampouco estava à altura de substituir a desídia do presidente nas ações concretas do dia-a-dia. Nesse sentido, as

---

<sup>459</sup> Os trabalhos sobre a tentativa de tomada de La Tablada são casi inexistentes. Para este comentário utilizamos o livro de CHUMBITA, Hugo. op. cit., pp. 123-148.

<sup>460</sup>UGARTE, José Manuel. Entrevista com o autor. Buenos Aires, 16 de maio de 2003.

estratégias políticas do presidente foram desastrosas. A sua opção inicial escolhendo os ministros entre os homens da sua confiança absoluta revelou-se um completo fiasco. É verdade que, neste caso, a fatalidade jogou também suas cartas, batendo no presidente em seus lados mais sensíveis. Mas também é evidente que Borrás e Carranza mostraram sérias limitações para cumprir a sua função. A capacidade política do primeiro teve como lastro o seu preconceito contra os militares e a sua falta absoluta de conhecimento técnico no assunto; enquanto o segundo era um técnico excelente, sem destreza política. Por outro lado, a eleição de Germán López na sucessão de Carranza era desastrosa por onde seja olhado; se um político combinava falta de conhecimento técnico, preconceitos e rigidez política, este era o novo ministro. Portanto, a sua administração estava condenada de antemão, e o escândalo ocorrido pela sua renúncia podia ser evitado perfeitamente se o Alfonsín não houvesse empregado tanta determinação em mostrar que as políticas do governo radical para os homens de uniforme estavam sob seu controle pessoal. A eleição de Jaunarena como sucessor de López, em certo sentido lógico, depois destes fracassos, levou o governo radical a uma inversão da sua postura inicial no governo. Se numa primeira fase o governo sentiu a força do inaugural, de ter podido derrotar os militares e peronistas, sentindo ser suficiente o otimismo da vontade para fazer com que a realidade mudasse de um jeito semelhante aos seus projetos, o seu despertar foi amargo e assumido do pior modo possível. Se o Exército, os peronistas, os sindicatos, a Igreja, e os grupos empresariais não eram espectros que poderiam ser amedrontados com o recitar do Preâmbulo da Constituição, tomado por Alfonsín como oração laica na conclusão dos seus atos de campanha, tampouco eram instituições parmenídeas de essência intangível e eterna. A crescente influência de Nosiglia sobre o presidente era absolutamente perniciosa, ao lhe persuadir da necessidade de negociar, ganhar tempo, mas ao preço de sacrificar iniciativa política. Nesse sentido, Jaunarena constituía a quinta-essência do que eram os funcionários radicais daquela fase: negociadores qualificados, peritos na

operação política de conjuntura, mas incapazes sequer de pensar uma política para o médio prazo. Essa falta minaria a sua credibilidade, e a volta periódica aos problemas produzia-se de um modo mais freqüente, mais peremptório, e com maiores custos para o governo.

Quanto à reforma militar, o governo de Alfonsín empreendeu uma rápida tarefa de cumprimento das suas promessas eleitorais. Atingido este alvo, a ação dos radicais foi se diluindo. Nisto, provavelmente, teve incidência a frase de Raúl Borrás que Luis Tibiletti lembrou na entrevista a nós concedida, quando dizia “tenho muitos problemas com os militares para somar mais um”<sup>461</sup>. Se a isto acrescentássemos a prática resumida contundentemente nas palavras do ex-presidente Illia, segundo quem “existem dois tipos de problemas: aqueles que fixa o tempo e aqueles que ninguém fixa”<sup>462</sup>, o resultado iria inexoravelmente passar da ação a uma espera crescentemente concessiva, claudicante. Traduzindo isto às condições práticas, representava sair do caminho da reforma militar imposta pelo poder político, para a auto-reforma, para a adesão formal e a reticência prática. Deste modo, estão justificadas as palavras de Ugarte quando nos afirmava que Alfonsín não acabou assumindo como própria a lei de Defesa<sup>463</sup>. Para o Poder Executivo, esta lei era algo distante, inimaginável no cotidiano de dificuldades e situações limites que o governo radical viveu a partir da rebelião da Semana Santa.

Mas, se no ambiente do governo observamos uma impotência crescente, um quadro semelhante pode ser observado dentro das FF.AA. Havia uma compreensão de que a Guerra Fria estava terminando<sup>464</sup> e com ela o campo doutrinal que tinha definido a ação do Exército até aquele momento. Ainda mais, podemos concordar com Luis Tibiletti quando este nos afirma que Argentina foi o primeiro país a derrubar o Muro de Berlim, em 1982<sup>465</sup>. A Guerra das Malvinas, disputada contra um dos maiores poderes ocidentais, explicitamente apoiado

---

<sup>461</sup> TIBILETTI, Luis. Entrevista con o autor. Buenos Aires, 16 de maio de 2003.

<sup>462</sup> TIBILETTI, Luis. Entrevista com o autor. Buenos Aires, 16 de maio de 2003.

<sup>463</sup> UGARTE, José Manuel. Entrevista com o autor. Buenos Aires, 16 de maio de 2003.

<sup>464</sup> MARTINEZ, Pablo. Entrevista com o autor. Buenos Aires, 14 de maio de 2003.

<sup>465</sup> TIBILETTI, Luis. Entrevista com o autor. Buenos Aires, 16 de maio de 2003.

pelos Estados Unidos, poderia se constituir num exemplo prático de complexo edípico que transformou em pedaços todas as certidões dos militares. Se à Guerra das Malvinas, onde ficou evidente a inabilidade das FF.AA. para agir eficazmente na guerra externa, somamos a degradação e o descrédito ético que decorreram dos métodos aplicados na repressão da insurgência interna, a situação das instituições militares era delicada. Então, a estratégia seguida pelos mandos militares foi realizar uma retirada em ordem que tentava preservar intactas, na medida do possível, a sua estrutura, privilégios corporativos e a sua influência sobre o poder político. Então, a ação dos sucessivos CEMGs consistiu em aceitar formalmente as decisões do governo, fazer como se fosse realizada uma reforma que tentava equilibrar as lições aprendidas no conflito das Malvinas em relação ao agir conjunto com a manutenção soterrada das hipóteses de conflito interno, e manter na prática a mesma estrutura operativa. Desse modo, a combinação das novas perspectivas com as velhas estruturas teve como consequência um afiado problema orçamentário que, ao não se achar o governo de Alfonsín em condições de satisfazer, alienou o governo radical com os militares.

Se à questão da reforma militar somássemos o problema dos julgamentos, as perspectivas eram ameaçadoras. Apesar de não ser o ponto central de nosso trabalho, ao constituir um fator de importância para as relações entre o poder político/FF.AA. devemos fazer algumas considerações no assunto. Em essência, e apesar das aparências em sentido contrário, a questão dos julgamentos por violações aos direitos humanos cometidas durante o Processo não era prioritária para as FF.AA. como instituição. Como afirmou, acertadamente, José Manuel Ugarte, o real problema do Exército era a perda do poder político, não os julgamentos<sup>466</sup>. Se a questão dos direitos humanos tornou-se um problema significativo para as FF.AA. pela quantidade de militares envolvidos e a sua procura desesperada de impunidade, os militares estavam dispostos, além de certas resistências, a entregar aos Comandantes do

---

<sup>466</sup> UGARTE, José Manuel. Entrevista com o autor. Buenos Aires, 16 de maio de 2003.

Processo como bodes expiatórios, em troca da sua própria impunidade. Foi a extensão dos julgamentos para os níveis inferiores o que precipitou a crise militar. Isto foi agravado pela atitude dos mandos de atingir a sua salvação pessoal, deixando à própria sorte os seus subordinados. O abandono sentido por estes últimos perante uma Justiça que avançava com passo inexorável foi o detonante da crise da Semana Santa.

O movimento *carapintada* que veio à tona durante esses dias de abril de 1987, expressava uma ameaça profunda para o sistema institucional. Mas a mesma não era consequência de um avanço do Exército sobre a sociedade civil, mas resultado da crise interna que sofria a força. Em certo sentido os *carapintada*, com a sua idealização dum exército de combatentes perante as conduções ineptas que os usaram como peões no jogo da preservação da sua salvação pessoal, expressaram uma tendência que marchava na contramão da história. A essência da instituição militar no mundo moderno consiste na profissionalização dos seus quadros dentro de um rígido sistema burocrático. Esta profissionalização, além das habilidades técnicas exigidas pelos rebeldes, requer uma adequada compreensão das características políticas da atividade militar e uma disciplina entendida como uma aceitação de normas objetivas e universais. Estas duas questões constituem os pontos centrais da rejeição *carapintada* aos mandos militares, a partir da valoração do guerreiro acima do burocrata e a sua concepção da disciplina como uma relação de reciprocidades. Ou seja, se os *carapintada* constituíram uma expressão profunda da crise militar, as suas rebeliões significaram o colapso da instituição militar como entidade corporativa e enfraqueceram decisivamente a sua autonomia perante a sociedade civil.

Nesse contexto, o trabalho do Parlamento foi decisivo para a subordinação militar ao poder civil e para a redefinição doutrinária indispensável à execução das suas funções básicas. Como tentamos mostrar no ítem 1.1., as mudanças acontecidas nas políticas argentinas foram acompanhadas por reformas no plano militar. Seja para iniciativa do poder político, ou para

auto-assinação corporativa de tal missão, as FF.AA. transformavam-se em paralelo à sociedade civil. Como consequência dos desastres acumulados durante o tempo do Processo, o período iniciado em 1983 trairia sensíveis modificações na instituição militar, foram estas queridas ou não, feitas de modo voluntário ou imposto. Se o governo de Alfonsín era reticente a avançar em tal sentido, e a formidável crise interna das FF.AA. impossibilitou às mesmas dirigir uma reforma que atingisse objetivos por elas determinados, era necessário que o Poder Legislativo avançasse em tal área.

Não obstante, e como pode se apreciar da nossa exposição, o Parlamento estava imensamente longe de ser ator unificado e coerente. Os partidos políticos com representação parlamentar apresentavam sérias divergências nas dimensões políticas da doutrina que tentava ser consagrada pela nova lei de defesa. Os desacordos não só eram interpartidários, mas também se ramificavam amplamente no plano intrapartidário. Essencialmente, estas diferenças não se registravam em relação às questões técnicas, onde as coincidências entre civis e militares eram significantes, como também pode se apreciar por meio da revisão da produção escrita sobre a reforma e a doutrina militar. O ponto nodal em discussão era, simples e decisivamente, a questão sobre o exercício do monopólio do uso legítimo da violência, e o lugar das FF.AA. no caso de uma situação de conflito interno. Para os partidos de centro-direita, fora as versões provinciais ou nacionais, como no caso da UCeDé, a questão era muito simples. As instituições militares, como parte do aparelho estatal, deveriam agir perante o colapso eventual das forças de segurança. Na realidade, consideraram que este desempenho era legítimo, além de ter sido essencial para a manutenção das instituições republicanas. Desse modo, mantinham a tradição de usar a força militar não só como garantia da independência nacional, mas também como ferramenta de controle social empregada para estabelecer a hegemonia dos setores oligárquicos.

Para os radicais e peronistas, porém, a questão era muito mais complexa. Por razões diferentes, ambos os partidos apresentaram posturas divergentes no seu interior, dificultando imensamente o processo que conduziu à promulgação da lei. O radicalismo oscilou entre as suas convicções democráticas, sua concepção formalista da política, e a necessidade de preservar o governo de Alfonsín de qualquer problema adicional a respeito da questão militar. Isto levou os seus principais líderes parlamentares a desaparecer dos debates, deixando em solidão a legisladores tais como Zubiri, Sarquis e Berhongaray, que foram os principais defensores da nova legislação. Como consequência, a ação dos radicais era freqüentemente confusa, e as pressões exercitadas regularmente pelo Poder Executivo levavam a ponto morto aos esforços feitos na aprovação da lei. No caso do peronismo, até mesmo a situação foi mais confusa. Desgastado pela derrota eleitoral de 1983, faltava-lhe uma direção certa a permitir definir uma linha política coerente. Isto foi aumentado pela presença no seu seio de setores francamente autoritários em enfrentamento com aqueles que aceitaram a necessidade do respeito às regras do jogo democrático, pela compartilhada concepção instrumental da política como arte da conquista, exercício e manutenção do poder, e a necessidade de impedir a consolidação da hegemonia radical. Como resultado, a posição dos peronistas dividiu-se entre os apoiadores da necessidade de intervenção das FF.AA. nos conflitos internos e aqueles que consideravam a sua utilização restrita à defesa nacional. Os primeiros concebiam a sua ação como um elemento destinado a sustentar a autoridade do poder político, colocando a totalidade dos instrumentos disponíveis à sua disposição, sem meditar sobre a devastadora freqüência com que as FF.AA. foram usadas contra os próprios peronistas. Os filiados à segunda tentavam conciliar a velha tradição na matéria enunciada pelo próprio Perón com a necessidade de integrar e subordinar as forças ao poder político.

O impasse que estas divergências internas causaram em ambos os partidos, postergando à sanção da Lei de Defesa, foi quebrado através de duas circunstâncias: as

rebeliões *carapintada* e o predomínio da Renovação no justicialismo e a sua vitória nas eleições de 1987. A rebelião de Rico fez sentir tanto aos radicais e aos peronistas as vertigens do abismo; a vitória interna e o triunfo externo da Renovação Peronista levaram à condução deste partido às melhores condições para pactuar com os radicais, devido às suas compartilhadas convicções a favor das concepções e métodos democráticos. Também, a sensação de estar nas vizinhanças do poder levou os renovadores a praticamente exigir dos radicais a sanção da Lei de Defesa, de modo a ter o instrumento necessário para facilitar a subordinação dos militares ao poder político e a sua redefinição funcional e doutrinária. A ilusão dos renovadores em alcançar a presidência foi destruída pela vitória de Menem nas internas do partido. Porém, a lei surgida do acordo entre os radicais e os renovadores seria constituída na pedra angular da reforma do sistema militar argentino.

Nesse sentido, o trabalho dos legisladores e dos conselheiros parlamentares foi de importância crucial. A doutrina desenvolvida a partir da lei teve origem no trabalho dos membros da Comissão de Defesa<sup>467</sup>. A Lei de Defesa foi baseada numa concepção de guerra defensiva externa com prevalência de mobilidade e ação conjunta das três forças, adequada a uma nação que consolidasse o seu perfil industrial e integrasse os outros países da região, sendo a subordinação ao poder político a responsável por estabelecer a lógica na gramática da guerra. Desse modo, como expressou com acerto Pablo Martinez, “deixou-se estabelecido, a partir do trabalho conjunto no Parlamento, que a política de defesa era uma política de Estado”.<sup>468</sup>

---

<sup>467</sup> UGARTE, José Manuel. Op. cit., p. 244.

<sup>468</sup> MARTINEZ, Pablo. Entrevista com o autor. Buenos Aires, 14 de maio de 2003.

## FONTES

a) **Livros e artigos em revistas especializadas:**

CARRANZA ZAVALIA, Juan de Dios. *Estrategia Militar argentina. Su pasado, presente y futuro*. **Revista de la Escuela Superior de Guerra**, nº 483. Buenos Aires: julio-agosto de 1987, pp. 7-73.

CERESOLE, Norberto. **1988**. Crisis militar argentina. Buenos Aires: ILCTRI, 1988.

CONADEP. **Nunca más. Informe de la Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas**. Buenos Aires: Eudeba, 1984.

CRUCES, Néstor. **Hacia otro ejército posible**. Invitación al debate sobre aspectos íntimos de la profesión militar. Buenos Aires: Planeta, 1988.

GARCIA, José Luis; BALLESTER, Horacio P.; RATTENBACH, Augusto B.; GAZCON, Carlos M. **Fuerzas Armadas argentinas, el cambio necesario**. Bases políticas y técnicas para una reforma militar. Buenos Aires: Galerna, 1987.

ILCTRI/Gal. Wolf Graf von Baudissin. **Fuerzas armadas y democracia**. Buenos Aires: El Cid Editor, 1982.

KERAVENANT, Grayo de. *Las nuevas guerras, las guerras de siempre*. **Revista de la Escuela Superior de Guerra**, nº 483. Buenos Aires: julio-agosto 1987, pp. 75-85.

LAIÑO, Aníbal. *Una aproximación teórica al concepto de Defensa Nacional*. **Revista de la Escuela Superior de Guerra**, nº 482. Buenos Aires: abril-junio de 1987, pp. 11-32; nº 483. Buenos Aires: julio-agosto 1987, pp. 91-118.

MALDONADO, Carlos A.; ROMERO, Néstor. *Un punto de vista sobre la actualidad de nuestro ejército*. **Revista Militar**, nº 719. Buenos Aires: enero-marzo de 1988, pp. 62-69.

MONETA, Carlos J. *Fuerzas armadas y gobierno constitucional después de Malvinas: hacia una nueva relación cívico-militar*. In: MONETA, Carlos J.; LOPEZ, Ernesto; ROMERO, Aníbal. **La reforma militar**. Buenos Aires: Legasa, 1985.

MONTIEL FORZANO, Lino D. *Problemática de la defensa*. **Revista Militar**, n° 719, Buenos Aires: enero-marzo de 1988, pp. 35-43.

ORIETA, Ramón. **Reforma militar para la defensa nacional**. Buenos Aires: Pequén, 1985.

ROMERO, Raúl José. *Reestructuración, plan de guerra y el área de personal*. **Revista Militar**, n° 715, Buenos Aires: enero-diciembre de 1986.

TOZZI, Pascual. *Guerra contra la subversión*. **Revista Militar**, n° 720, Buenos Aires, abril-diciembre de 1988, pp. 31-40.

**b) Jornais:**

*Clarín*, junho 1982 a julho 1989.

**c) Entrevistas:**

MARTINEZ, Pablo. Entrevista com o autor. Buenos Aires, 14 de maio de 2003.

TIBILETTI, Luis. Entrevista com o autor. Buenos Aires, 16 de maio de 2003.

UGARTE, José Manuel. Entrevista com o autor. Buenos Aires, 16 de maio de 2003.

## BIBLIOGRAFIA

ABOS, Alvaro. **Las organizaciones sindicales y el poder militar (1976-1983)**. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1984.

ABOS, Alvaro. **El poder carnívoro**. Buenos Aires: Legasa, 1985.

ALTAMIRANO, Carlos. *La Coordinadora: elementos para una interpretación*, In: NUN, José; PORTANTIERO, Juan Carlos (comp.). **Ensayos sobre la transición democrática en la Argentina**. Buenos Aires: Puntosur, 1987, pp. 295-332.

ASPIAZU, Daniel; BASUALDO, Eudardo M.; KHAVISSE, Miguel. **El nuevo poder económico en la Argentina de los años '80**. Buenos Aires: Legasa, 1987.

BAÑON, Rafael; OLMEDA, José Antonio (comp.). **La institución militar en el Estado contemporáneo**. Madrid, Alianza, 1987.

BARCELONA, Eduardo; VILLALONGA, Julio. **Relaciones carnales**. La verdadera historia de la construcción y destrucción del misil Cóndor II. Buenos Aires: Planeta, 1992.

BOUZAS, Roberto; RUSSELL, Roberto (comp.) **Estados Unidos y la transición argentina**. Buenos Aires, Legasa, 1989.

CAVAROZZI, Marcelo, **Autoritarismo y democracia (1955-1983)**. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1987.

CARDOSO, Oscar Raúl; KIRSCHBAUM, Ricardo; VAN DER KOOY, Eduardo. **Malvinas, la trama secreta**. Buenos Aires: Sudamericana/Planeta, 1984.

COEN, Gloria. *El CEMIDA*. In: LACOSTE, Pablo (comp.). **Militares y política**, 1983-1991 (Rico, Bussi, Ruiz Palacios, Ulloa, Mittelbach y el CEMIDA). Buenos Aires: CEAL, 1993, pp. 124-137.

CHERESKY, Isidoro; CHONCHOL, Jacques (comp.). **Crise e transformação dos regimes autoritários**. Campinas: Icone/Unicamp, 1986.

CHUMBITA, Hugo. **Los carapintada**. Historia de un malentendido argentino. Buenos Aires: Planeta, 1990.

DE LA BALZE, Felipe A. M.; ROCA, Eduardo A. (comp.) **Argentina y EE.UU.** Fundamentos de una nueva alianza. Buenos Aires: ABRA/CARI, 1997.

DE RIZ, Liliana. **Radicales y peronistas: El Congreso Nacional entre 1983 y 1989**. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1994.

DRUETTA, Gustavo A. *Diputados y defensa: radiografía de un poder tenue*. In: DRUETTA, Gustavo A.; ESTEVEZ, Eduardo E.; LOPEZ, Ernesto; MIGUENS, José Enrique (coord.). **Defensa y democracia**. Un debate entre civiles y militares, Buenos Aires: Puntosur, 1990, pp. 196-243.

\_\_\_\_\_. *Herencia militar y lucha parlamentaria. Hacia una concepción democrática de la defensa*. In: HIRST, Mónica (comp.). **Argentina-Brasil**. Perspectivas comparativas y ejes de integración, Buenos Aires: Tesis, 1990.

EDDY, Paul; LINKLATER, Magnus. **Una cara de la moneda**. Buenos Aires: Hyspamérica, 1987, 2 vols.

FONTANA, Andrés. **Fuerzas Armadas, partidos políticos y transición a la democracia en Argentina**. Buenos Aires: CEDES, 1984.

\_\_\_\_\_. *La política militar del gobierno constitucional argentino*. In: NUN, José; PORTANTIERO, Juan Carlos (comp.). **Ensayos sobre la transición democrática en la Argentina**. Buenos Aires: Puntosur, 1987, pp. 375-418.

\_\_\_\_\_. **Notas sobre relaciones cívico-militares y el proceso de consolidación democrática en la Argentina**. Buenos Aires: Biblos, 1987.

\_\_\_\_\_. *De la crisis de las Malvinas a la subordinación condicionada: conflictos intramilitares y transición política en Argentina*. In: VARAS, Augusto (coord.). **La autonomía militar en América Latina**. Caracas: Nueva Sociedad, 1988, pp. 33-56.

\_\_\_\_\_. **La política militar en un contexto de transición**. Argentina 1983-1989. Buenos Aires: Cedes, 1990.

GAMBA, Virginia. **El peón de la Reina**. Buenos Aires: Sudamericana, 1984.

GARCIA, Alicia S. **La Doctrina de la Seguridad Nacional**. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1991, 2 vols.

GRANOVSKY, Martín, **Misión cumplida**. La presión norteamericana sobre la Argentina, de Braden a Todman. Buenos Aires, Planeta, 1992.

GRECCO, Jorge; GONZALEZ, Gustavo. **¡Felices Pascuas!** Los hechos inéditos de la rebelión militar. Buenos Aires: Planeta, 1988.

\_\_\_\_\_. **Argentina: el Ejército que tenemos**. Buenos Aires: Sudamericana, 1990.

KOZEL, Andrés. *El movimiento por la dignidad y la independencia. Introducción al análisis de su ideología política*. In; LACOSTE, Pablo (comp.). **Militares y política**, 1983-1991 (Rico, Bussi, Ruiz Palacios, Ulloa, Mittelbach y el CEMIDA). Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1993, pp. 15-38.

LANUS, Juan Archibaldo. **De Chapultepec al Beagle**. Política exterior argentina, 1945-1980. Buenos Aires: Hyspamérica, 1986, 2 vols.

LOPEZ, Ernesto. *Doctrinas militares en Argentina: 1932-1980*. In: MONETA, Carlos J.; LOPEZ, Ernesto; ROMERO, Aníbal. **La reforma militar**. Buenos Aires: Legasa, 1985.

\_\_\_\_\_. **Seguridad nacional y sedición militar**. Buenos Aires: Legasa, 1987.

\_\_\_\_\_. **El último levantamiento**. Buenos Aires: Legasa, 1988.

\_\_\_\_\_. *Gasto militar en la Argentina*. In: DRUETTA, Gustavo A.; ESTEVEZ, Eduardo E.; LOPEZ, Ernesto; MIGUENS, José Enrique (coord.). **Defensa y democracia**. Un debate entre civiles y militares. Buenos Aires: Puntosur, 1990, pp. 322-337.

\_\_\_\_\_. **Ni la ceniza ni la gloria**. Actores, sistema político y cuestión militar en los años de Alfonsín. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 1994.

\_\_\_\_\_. *Militarismo latinoamericano*. In: BOBBIO, Norberto; MATEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (dir.). **Diccionario de política**. México, Fondo de Cultura Económica, 1995.

LOPEZ, Ernesto; PION-BERLIN, David. **Democracia y cuestión militar**. Quilmes: Universidad Nacional de Quilmes, 1996.

MORALES SOLA, Joaquín. **Asalto a la ilusión**. Historia secreta del poder en la Argentina desde 1983. Buenos Aires: Planeta, 1990.

O'DONNELL, Guillermo; SCHMITTER, Philippe C., **Transições do regime autoritário**. Primeiras conclusões. São Paulo: Vértice, 1988.

O'DONNELL, Guillermo; SCHMITTER, Philippe C.; WHITEHEAD, Laurence (ed.). **Transições do regime autoritário**. América Latina. São Paulo: Vertice, 1988.

OSZLAK, Oscar (comp.). **“Proceso”, crisis y transición democrática**. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1984, 2 vols.

PASQUINO, Gianfranco. *Militarismo*. In: BOBBIO, Norberto; MATEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (dir.). **Diccionario de política**. México: Fondo de Cultura Económica, 1995.

PASSARELLI, Bruno. **El delirio armado**. Argentina-Chile, la guerra que evitó el Papa. Buenos Aires: Sudamericana, 1998.

PORTANTIERO, Juan Carlos,. *La transición entre la confrontación y el acuerdo*. In NUN, José; PORTANTIERO, Juan Carlos (comp.). **Ensayos sobre la transición democrática en la Argentina**. Buenos Aires: Puntosur, 1987, pp. 257-293.

POTASH, Robert A. **El ejército y la política en la Argentina**. Buenos Aires: Hyspamérica, 1986, 2 vols.

RODRIGUEZ GIAVARINI, Adalberto. *Planeamiento de defensa, fuerzas armadas y recursos económicos*. In DRUETTA, Gustavo A.; ESTEVEZ, Eduardo E.; LOPEZ, Ernesto; MIGUENS, José Enrique (coord.). **Defensa y democracia**. Un debate entre civiles y militares. Buenos Aires: Puntosur, 1990, pp. 143-157.

ROUQUIE, Alain. **El Estado militar en América Latina**. Buenos Aires: Emecé Editores, 1984.

\_\_\_\_\_. **Poder militar y sociedad política en la Argentina**. Buenos Aires: Hyspamérica, 1986, 2 vols.

SAIN, Marcelo F. **Los levantamientos carapintada 1987-1991**. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1994, 2 vols.

SANTORO, Daniel. **Venta de armas, hombres de Menem**. La investigación periodística que reveló el escándalo del tráfico a Ecuador y Croacia. Buenos Aires: Planeta, 2001.

SCHVARZER, Jorge. **La política económica de Martínez de Hoz**. Buenos Aires: Hyspamérica, 1986.

SIMEONI, Héctor; ALLEGRI, Eduardo. **Línea de fuego**. Historia oculta de una frustración. Buenos Aires: Sudamericana, 1992.

TAFANI, Roberto. *Producción para la defensa*. In: DRUETTA, Gustavo A.; ESTEVEZ, Eduardo E.; LOPEZ, Ernesto; MIGUENS, José Enrique (coord.). **Defensa y democracia**. Un debate entre civiles y militares, Buenos Aires: Puntosur, 1990, pp. 349-374.

TIBILETTI, Luis; UGARTE, José Manuel. *El rol de las comisiones de defensa parlamentarias como ámbito de interacción cívico militar. Ideas para incrementar y fortalecer dicho rol*. In: NATIONAL DEMOCRATIC INSTITUTE FOR INTERNATIONAL AFFAIRS, **Hacia una nueva relación**. El papel de las Fuerzas Armadas en un gobierno

democrático. Washington/Buenos Aires: National Democratic Institute for International Affairs, 1990.

UGARTE, José Manuel. *La Comisión de Defensa Nacional: un rol casi inédito*. In: DRUETTA, Gustavo A.; ESTEVEZ, Eduardo E.; LOPEZ, Ernesto; MIGUENS, José Enrique (coord.). **Defensa y democracia**. Un debate entre civiles y militares. Buenos Aires: Puntosur, 1990, pp. 244-251.

VARAS, Augusto. *Autonomización castrense y democracia en América Latina*. In: VARAS, Augusto (coord.), **La autonomía militar en América Latina**, Caracas: Nueva Sociedad, 1988, pp.13-29.

\_\_\_\_\_. *Democratización y reforma militar en Argentina*. In: VARAS, Augusto (coord.). **La autonomía militar en América Latina**. Caracas: Nueva Sociedad, 1988, pp. 57-82.

VERBITSKY, Horacio. **Civiles y militares**. Memoria secreta de la transición. Buenos Aires: Contrapunto, 1987.

WALDMANN, Peter; GARZON VALDES, Ernesto (comp.). **El poder militar en la Argentina, 1976-1981**. Buenos Aires: Galerna, 1983.

WOODWARD, Bob. **Veil**. Las guerras secretas de la C.I.A. 1981-1987. Buenos Aires: Sudamericana, 1988.

YEVES, Enrique. **La Contra**. Una guerra sucia. Buenos Aires: Zeta, 1990.

# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)